

AGOSTINHO SCHNEIDERS

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE TUBARÃO E SUAS  
CONTROVÉRSIAS**

Florianópolis  
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
DE TUBARÃO E SUAS CONTROVÉRSIAS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Geografia.

Orientador: Dr. José Messias Bastos

Florianópolis  
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schneiders, Agostinho

O desenvolvimento econômico de Tubarão e suas controvérsias [tese] / Agostinho Schneiders ; orientador, José Messias Bastos - Florianópolis, SC, 2012.

151 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Formação sócio-espacial. 3. Funções econômicas. 4. Geografia econômica. I. Bastos, José Messias. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Agostinho Schneiders

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
DE TUBARÃO E SUAS CONTROVÉRSIAS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Geografia, avaliada pela seguinte banca examinadora.

Prof. Dr. José Messias Bastos  
Professor Orientador - GCN - UFSC  
*Presidente da Banca*

Prof. Dr. Carlos José Espíndola  
GCN – UFSC

Prof. Dr. Clecio Azevedo da Silva  
GCN – UFSC

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Márcia Fernandes Rosa Neu  
UNISUL

Prof. Dr. Jailson Coelho  
UNISUL

Florianópolis - SC, 03 abril de 2012



*À minha esposa, à minha mãe e ao meu pai dedico, com plenitude, todos os instantes vividos, compartilhados profundamente, que resultaram nesta Tese.*





## AGRADECIMENTOS

Ser grato é reconhecer um “ato livre” do outro que contribuiu para construir algo importante na vida da gente: À minha família: agradecer antecipadamente é reconhecer a importância da solidariedade que o outro demonstra para a construção do ser.

Ao **Dr. José Messias Bastos**: professor e orientador, pelo seu jeito de ser que mostra o caminho do saber... Obrigado.

Aos meus amigos e colegas professores, ex-professores da Unisul, Fernando, Leonardo, Iop, Clóvis e Arlete, pela participação nas discussões, pelo estímulo e incentivo.

À Universidade Federal de Santa Catarina, em nome da professora Ruth Nogueira, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela possibilidade de cursar esse doutorado.

Agradeço, singularmente, a todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível de doutorado, da Universidade Federal de Santa Catarina indistintamente, pelo meu crescimento intelectual e pessoal.

Aos membros desta banca examinadora, pela competente avaliação e subsídios para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, concorreram para esta pesquisa se concretizasse.



*Mais que nunca, a cidadania  
sofre e respira os ares do mundo,  
mas as pessoas vivem em seus  
lugares.*

*Milton Santos*



## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo de formação sócio-espacial em Tubarão, SC, a partir das combinações e contradições da sociedade no espaço, ou seja, a dinâmica das funções econômicas decorrentes dos diversos tipos de combinações que se manifestaram sobre o espaço local e regional. Em relação às bases metodológicas da investigação, a proposta do presente estudo foi esboçada em dois níveis operacionais, variando em maior ou menor grau as operações de identificação, caracterização, classificação e análise, considerando-se apresentar dentro de uma perspectiva histórica e geográfica a formação sócio-espacial de Tubarão. Para tal seguiram-se os pressupostos de duas matrizes teóricas: a categoria de Formação Sócio-Espacial (SANTOS, 1977) e a análise econômica brasileira relacionada aos Ciclos Econômicos exposta na obra de Ignácio Rangel, que verifica os períodos de crescimento e crise do modo de produção capitalista. Tubarão, considerado polo regional, sofre as conseqüências diretas da implantação do Programa Nacional de Desestatização adotado pelo governo federal a partir de 1990 com impactos negativos sobre o conjunto da atividade produtiva. A diversificação na matriz produtiva não se repetiu aqui como em outros municípios da região carbonífera, reflexos da fraca divisão do trabalho existente, limitando-se ao comércio e prestação de serviços. Todos os dados foram, sistematicamente, pensados a partir do rigor metódico exigido pela especificidade de cada um deles. Este trabalho baseia-se, fundamentalmente, na análise distintiva entre as formas abstrata e a forma concreta de pensar os problemas.

**Palavras-chave:** formação sócio-espacial, funções econômicas, geografia econômica.



## ABSTRACT

The main goal of this research is to analyze the social-spatial formation in Tubarão, SC, from the combinations and contradictions of the society in a space, in other words, the dynamics of the economic functions arising from the many types of combinations that manifested over the local and regional space. Regarding the methodological basis of the investigation, the proposal of this study was outlined in two operational levels, ranging in greater or minor degree the operations of identification, characterization e analysis, considering presenting within a historical and geographical perspective the social-spatial formation of Tubarão. In order to do it, the assumptions of two theoretical arrays were followed: the category of Social Spatial Formation (SANTOS, 1977) and the Brazilian economical analysis' related to the economic cycles presented in the work of Ignácio Rangel, which verifies the periods of growth and crisis of the capitalistic production model. Tubarão, considered regional center, suffers the direct consequences of the National Program of Privatization adopted by the federal government from 1990 with negative impacts over the group of productive activity. The diversification in the productive matrix does not repeat itself like in other cities of the coal region, reflexes of the existing weak labor division, limiting itself to commerce and services. All data was, systematically, thought from the methodical strictness demanded by the specificity of each of them. This work is based, fundamentally, in the distinctive analysis between the abstract and concrete forms of thinking over problems.

**Key Words:** social-spatial formation, economic functions, geographical economics.





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....</b>	<b>28</b>
<b>3 A ECONOMIA BRASILEIRA: DESDOBRAMENTOS INTERNOS A PARTIR DOS CICLOS ECONÔMICOS .....</b>	<b>39</b>
3.1 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DA ATIVIDADE INDUSTRIAL .....	41
<b>3.1.1 Gênese da industrialização no Brasil: teorias Cepalina,                 Dependência e dos Ciclos Econômicos.....</b>	<b>50</b>
3.2 INDÚSTRIA EM SANTA CATARINA: PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL COMO BASE.....	58
<b>4 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE TUBARÃO E REGIÃO.....</b>	<b>71</b>
4.1 COMPOSIÇÕES DAS FORÇAS POLÍTICAS.....	71
4.2 DA OCUPAÇÃO AÇORIANA ATÉ A DÉCADA DE 1960 .....	79
<b>4.2.1 Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina: agente de                 mudanças .....</b>	<b>86</b>
<b>4.2.2 Fatores impulsionadores do desenvolvimento .....</b>	<b>89</b>
4.3 DE 1961 A 1991: SINAIS DE ESGOTAMENTO, ENFRAQUECIMENTO E DESESTRUTURAÇÃO .....	93
4.4 DE 1991 ATÉ 2010: UMA NOVA REALIDADE .....	119
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>



# 1 INTRODUÇÃO

A formação econômica e social do Brasil deu-se paralelamente à transformação da natureza em campos, cidades, áreas agrícolas, estradas, *shoppings centers*, etc. Essas obras do homem, construídas em épocas diferentes, identificam como ele se relaciona com o meio em que vive e como organiza e reorganiza o seu espaço, o qual é modificado a partir de suas necessidades básicas: fome, sede, frio e habitação.

Para Corrêa (2002, p. 54), a “[...] intervenção na natureza foi, em primeiro momento, marcada pelo extrativismo, passando em seguida por um progressivo processo de transformação, incorporando a natureza ao cotidiano do homem como meio de subsistência e produção, ou seja, alimentos, tecidos, móveis, cerâmicas e ferramentas.”

A complexidade da organização da sociedade no espaço ocorreu em dois momentos: com a Revolução Industrial e com a expansão do modo de Produção Capitalista. O surgimento das indústrias e a acumulação de capital geraram diferentes formas de organização do espaço e de utilização dos recursos naturais, desconhecidas até então. Esse processo contribuiu para intensificar a exploração dos recursos naturais e agravar os problemas ambientais. Assim, desencadeou a formação de centros de decisões e articulações, ou seja, o surgimento do espaço urbano. Segundo Garnier (1997, p. 71): “O espaço urbano é [...] e será um espaço afeiçoado pelo homem. [...] não é mais o meio natural [...] é um espaço produzido.”

A história demonstra que, para a realidade brasileira, a organização das atividades econômicas em complexos industriais, como conhecemos hoje, percorreu uma trajetória bem diferente. Sua formação no princípio baseava-se na pura e simples exploração dos recursos naturais através do extrativismo vegetal, mineral e de lavouras voltadas exclusivamente para o mercado externo, dificultando, assim, o surgimento de estruturas produtivas de manufatura locais.

Considerada uma das mais importantes atividades humanas e que utiliza os mais variados tipos de matéria-prima, desde o seu surgimento, a atividade industrial promoveu grandes alterações no espaço geográfico global. Desta forma, vem desempenhando importante papel em diversos setores produtivos da economia, já que quase tudo o que se consome ou se utiliza é produzido pela indústria.

A industrialização brasileira ocorreu na fase de abertura da economia<sup>1</sup> com aumento do intercâmbio internacional nas condições da 1ª Guerra Mundial. Quando os países desenvolvidos foram atingidos, aumentaram os esforços do Brasil pela possibilidade de substituir as importações. Com certeza, não foi a primeira vez que isso ocorreu; a diferença, segundo Rangel (1986), foi que em outros momentos não se engendrou um processo de industrialização. Assim, começava de forma inversa<sup>2</sup> a industrialização nacional com a produção de bens de consumo simples, graças à existência de uma incipiente indústria de base e de um número razoável de portos, pôde se estabelecer e continuar o seu aprimoramento.

Contudo, a industrialização tem a sua lógica interna. No caso do Brasil, ela se manifestou através da modernização escalonada, isto é, setorial de todo o organismo econômico. O Estado foi o orientador do esforço de industrialização para certas áreas do sistema econômico, enquanto outras não eram beneficiadas da mesma maneira. Como as condições eram muito favoráveis e havia um desenvolvimento muito acentuado, algumas áreas começavam a ter capacidades ociosas, impelindo toda a economia para a recessão.

A vinda dos imigrantes europeus ao Brasil foi um projeto do Governo Imperial que atendia basicamente a dois objetivos: ocupação de áreas que representavam um vazio demográfico, com destaque para a região Sul, e suprimento de mão de obra no principal centro dinâmico do país, Rio de Janeiro e São Paulo, carente de força de trabalho nas lavouras de café, após a abolição da escravatura.

Após a independência do Brasil, o Governo Imperial entendeu que era necessária uma ênfase especial para os dois estados brasileiros

---

<sup>1</sup> Em 1880, o processo de industrialização era incipiente e espontâneo, ou seja, sem apoio ou incentivos governamentais. Já em 1930, com a crise mundial, e a conseqüente queda do preço do café no mercado internacional, a indústria obteve apoio do governo Getúlio Vargas. A Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda – RJ, (CSN) foi criada neste período. Em 1955, com o governo de Juscelino Kubitschek, a industrialização tomou outro rumo, com a entrada das empresas estrangeiras no Brasil, especialmente as montadoras. (Palestra proferida pelo professor Armen Mamigonian na 4ª Semana Integrada das Licenciaturas, na Unisul em Tubarão no dia 6 de setembro de 2005).

<sup>2</sup> Substituição das importações aconteceu de três formas: a 1ª foi de forma natural com diversificação das fazendas de escravos, essencialmente rural por volta de 1822 (Independência); 2ª foi artesanal com proliferação das atividades artesanais na cidade (1889, Proclamação da República) e, 3ª foi industrial, iniciou na segunda década do século XX.

localizados mais ao sul em relação a uma efetiva ocupação das suas terras. Enormes florestas ainda tomavam conta do espaço que era domínio dos índios Botocudos e sujeito a ataques argentinos ao sul. A ocupação das matas pelos brancos não aconteceu, apenas percorrendo-as por alguns caminhos conhecidos como caminhos de boiadeiros e de tropas; entre eles destacava-se o que ligava em direção norte-sul (São Paulo - Rio Grande do Sul) e planalto de Santa Catarina até a costa (Lages - Florianópolis).

O estabelecimento das primeiras colônias no Brasil meridional na década de 1820, conforme Waibel (1948, p. 228), aconteceu em todos os “[...] lugares onde os caminhos de tropa e de gado entravam e saíam da selva.” São exemplos ilustrativos, as colônias de São Leopoldo, fundada em 1824 (RS), a colônia de Rio Negro, as margens do rio Negro na divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina e, a terceira colônia, no lugar onde o caminho de Lages à Florianópolis encontrava terras já ocupadas (Açorianos). Ambas as colônias tem sua origem no ano de 1829.

O plano de colonização elaborado pelo Governo Imperial deveria ser diferente da colonização que vinha acontecendo até então, ou seja, a origem dos imigrantes deveria ser de outra procedência já que os colonos dos Açores e das Madeiras não se interessavam pela ocupação das matas. O papel a ser desempenhado pelo novo colono deveria ser tanto de agricultor quanto de soldado, o que foi possível através da vinda de imigrantes da Europa Central que passava por sérias crises na época e que tinham exatamente este perfil: cultivar e defender as terras dos ataques indígenas.

Com a colonização, estabeleceram-se em Santa Catarina povoamentos onde aconteciam a produção e comercialização do excedente,

conhecido como sistema colônia-venda<sup>3</sup>. Os mais destacados e prósperos foram os do Vale do Itajaí (Blumenau e Brusque), Norte (Joinville) com predomínio da etnia alemã, e, no Sul (Criciúma), predomínio da etnia italiana. Especificamente quanto à produção da Região de Criciúma, figurava produtos manufaturados como farinha de milho, farinha de mandioca, açúcar, pó de café, vinagre, vinho (agrícolas), salame, banha, toucinho, leite, nata, charque entre outros (pecuária), comercializados no próprio local bem como transportados para o porto de Laguna, via Tubarão (GOULARTI FILHO, 1997).

Espíndola e Silva (1997) evidenciaram para as áreas catarinenses de pequena produção mercantil que, “[...] a gênese do capitalismo se inscreve no movimento amplo da expansão dos pequenos negócios.” O mesmo foi observado antes por Mamigonian (1966), especificamente sobre as áreas de colonização alemã em Santa Catarina (Blumenau, Joinville e Brusque), a iniciativa da industrialização, os industriais e os capitais são locais. É provável que essas comprovações tiveram seu embasamento teórico na experiência russa, relatada através de Lênin (1985, p. 341), “[...] de que a tendência fundamental da pequena produção mercantil consiste no desenvolvimento capitalista e, particularmente, na formação da manufatura.”<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> “A ‘colônia’ correspondia à propriedade agrícola de 25 hectares no povoamento ‘*Waldhufendorf*’ [povoamento rural disperso, utilizado no fim da Idade Média na colonização das montanhas do leste alemão, sendo quase desconhecido no oeste, sul e norte da Alemanha, origem dos primeiros imigrantes], na qual, o agricultor trabalhava em policultura. Ele produzia, além das suas necessidades, açúcar, mandioca, feijão, milho, manteiga, banha, etc.; cultivava mesmo um produto comercial como o tabaco e, se fosse mais abastado, explorava a madeira. Entretanto, não podia deixar de contar com ferramentas, tecidos, querosene, sal, etc. E foi para permitir essas trocas que nasceu a ‘venda’, isto é, o pequeno comércio que se estabeleceu justamente na entrada de ‘*Waldhufendorf*’ [a expansão da atividade comercial, sobretudo via comercialização da erva-mate e madeira, significou a passagem dos vendedores à condição de comerciantes *export-import*, resultando na transferência maciça de estabelecimentos para a *Stadplatz*, a sede da vila, além do crescimento de filiais nas zonas rurais].”

<sup>4</sup> Para Lênin (1985, p. 346), o desenvolvimento do capitalismo na indústria russa comportava três fases: “[...] a produção mercantil (pequenas indústrias basicamente camponesas), a manufatura capitalista e a fábrica (a grande indústria mecanizada).” Ele verificou a intrínseca ligação destas fases ao demonstrar que parcela significativa dos grandes fabricantes havia ocupado também condição de “[...] pequenos entre os pequenos industriais [...]” e passaram “[...] por todos os degraus entre a ‘produção popular’ e o ‘capitalismo’.

O cenário econômico mundial está em crise exigindo mudanças por parte dos principais agentes econômicos, entre eles, o Estado (desestatização da economia). O setor da mineração do carvão no sul-catarinense<sup>5</sup> começa a enfrentar dificuldades por conta da liberação do preço pelo Governo, desativação do Lavador de Capivari e da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). O impacto é grande num primeiro momento, mas a economia se recupera rapidamente, pois existe uma diversificação na produção (cerâmica, plásticos e vestuário) em curso em setores que se beneficiaram diretamente da renda gerada pela exploração do carvão<sup>6</sup>.

A dificuldade em desenvolver um setor da indústria de forma mais vigorosa paralelamente e/ou posterior ao término do ciclo da economia carbonífera em Tubarão deve-se ao não estabelecimento de pequenas iniciativas anteriormente? Isso aconteceu por que as pequenas iniciativas locais não existiram? Se existiram, por que não se desenvolveram? A falta de mão de obra qualificada local, um mercado consumidor potencial bem como o pioneirismo na criação de novos espaços econômicos no que tange a produtos, processos, mercados e outros, não existiu? A estrutura produtiva existente, historicamente, esteve atrelada a um processo afeito à concorrência?<sup>7</sup>

Para responder a estas questões, o trabalho partiu das colocações de Milton Santos e do paradigma de formação sócio-espacial, reconhecendo a importância da apreensão das especificidades locais e regionais, compreendidas em seu movimento e articulação com as determinações mais gerais. Decifrar as determinações gerais em suas relações com as especificidades locais e regionais exigiu a busca de um instrumental teórico que permitisse entender o desenvolvimento econômico local e regional no contexto do próprio desenvolvimento brasileiro. Sobre a formação social brasileira, Ignácio Rangel interpreta, como resultado de uma combinação única, uma resposta própria aos

---

<sup>5</sup> Segundo Mamigonian (1966) no Sul há uma anomalia de duas capitais regionais que se equivalem: Tubarão e Criciúma. Consideradas como áreas que estão em situação intermediária de desenvolvimento para época.

<sup>6</sup> A exploração do carvão foi um dos carros-chefes do crescimento econômico neste espaço, conhecida como região carbonífera (GOULARTI FILHO, 1997).

<sup>7</sup> A idéia de concorrência aqui entendida segue a análise schumpeteriana, que compreende concorrência como “[...] um processo evolutivo, e portanto dinâmico, gerado por fatores endógenos ao sistema econômico, notadamente as inovações que emergem incessantemente da busca de novas oportunidades lucrativas por parte das empresas em sua interação competitiva.” (POSSAS, 2002, p. 415).

movimentos cíclicos da economia mundial, demonstrando a complexidade das condições de evolução da indústria no Brasil.

A partir da demonstração objetiva desta complexidade, desvendar o significado do diverso, do local com sua riqueza de determinações, sem recorrer à postura de enquadramento da realidade em uma “fôrma homogenizadora”<sup>8</sup>, torna-se ainda mais importante. Rangel (1981), através da sua teoria, prova-nos que a formação social brasileira evolui carregada de múltiplas combinações, de articulações entre diferentes modos de produção e, dentro destes, de diferentes estágios, produzindo também diferentes espaços diferenciados, cujas especificidades merecem ser analisadas.

Além da concepção de dualidade da formação social brasileira de Rangel, outra base teórica muito rica e proveitosa para entender a gênese da indústria brasileira, vetor importante para o desenvolvimento econômico do Brasil, foram as contribuições de Mamigonian. Este destaca o papel fundamental desempenhado pela pequena produção mercantil no Sul do país, principalmente em Santa Catarina.

Nesses estudos observamos que, apesar de articulada ao polo dinâmico nacional da época, representado por São Paulo, o processo de industrialização do sul gerou centros com dinamismo próprio. Foi através da junção da pequena produção mercantil de origem agrária ao pequeno capital comercial, e com a experiência artesanal e de operários de origem européia, aliada a uma ampla divisão social do trabalho, que as bases para uma evolução foram proporcionadas, “[...] onde as indústrias nasceram, em geral, pequenas e tiveram que realizar um longo aprendizado local de resistência e lenta expansão inicial.” (MAMIGONIAN, 2000, p. 05).

Esse processo desencadeou-se no interior das zonas de colonização do sul, onde as iniciativas relacionadas as atividades industriais surgiram no período depressivo da economia internacional (fase b do 2º ciclo longo de Kondratieff), suprimindo o mercado local e regional, este em franco processo de expansão, com a introdução de bens de consumo simples. Podemos observar que a conjuntura internacional da época era favorável para desenvolvimento da indústria nacional, porém, internamente, esse desenvolvimento não acontece de forma igual sobre o espaço e, menos ainda, submete-se a uma lógica externa. A presença de elementos locais é fundamental para um desenvolvimento diferenciado no espaço destacado.

---

<sup>8</sup> Para mais informações sobre a fôrma homogenizadora, consultar Kuhn (1987).



A partir dessas duas visões complementares, quais sejam de Inácio Rangel (1981) para a formação social brasileira e Mamigonian (1966) para a gênese da industrialização catarinense, conduzimos a pesquisa de modo a caracterizar efetivamente que condições contribuíram para acumulação do capital regional e local como ponto de partida para **o desenvolvimento econômico de Tubarão e suas controvérsias**.

Baseado no que foi definido, justificamos aqui, ainda, o uso da idéia do geógrafo francês André Cholley<sup>9</sup>, que apresentou grande contribuição para Geografia no final dos anos 40 do século XX, ao mostrar as diferentes combinações geográficas (combinação de complexo) que em última instância exprimem as atividades dos grupos humanos com relação ao espaço e ao tempo. A contribuição é a análise do espaço geográfico em determinada escala e tempo, utilizando-se das combinações que se articulam para explorar o meio. As combinações geográficas oferecem localização especial, que apresentam caráter dinâmico e contribuem para criar no meio onde se articulam um meio particular, e, ao se articularem, criam também um caráter de estabilidade, de duração ou de renovação periódica, (CHOLLEY, 1964a).

Para Mamigonian (2003), há necessidade de conhecer melhor os diversos tipos de combinações que se manifestaram sobre o espaço regional e, em especial no município de Tubarão, bem como seu nível de organização, seu grau de integração e de complexidade. Constitui-se objeto de análise deste estudo, compreender o dinamismo de uma combinação, seu alcance, seu crescimento em detrimento das combinações vizinhas e, por último, sua própria degenerescência.

Tendo como pressuposto que a cultura é entendida como aquilo que agrega valor e se diferencia do natural, acreditamos que os valores culturais dos povos deverão continuar presentes e se aperfeiçoar em suas descendências, pois cultura é todo complexo que inclui valores, idéias, ideais, crenças e costumes. É constituída por áreas, complexos e traços culturais. Portanto, o fazer humano vai se modificando através dos tempos e as diferenciações estão no modo de pensar, sentir e agir das pessoas, em seus contatos existenciais e culturais.

Essas formas diferenciadas de um grupo social se manifestam concretamente no cotidiano através de instituições que são criadas e estabelecidas ao longo de um determinado período de sua formação.

---

<sup>9</sup> Consultar “Observações sobre alguns pontos de vista geográficos” no Boletim Geográfico ano XXII, número 179 de 1964.

Elas representam grupos sociais, entidades com interesses gerais e particulares que desempenham determinados papéis e rotinas, bem como símbolos e seus respectivos deveres. Uma das formas mais corriqueiras de observar e sentir a atuação de uma instituição pode ser um governo e na própria política que demandam em última instância a proximidade com o poder.

A força das instituições é expressiva e não pode ser considerada como apenas uma disputa entre um determinado grupo de indivíduos, a relação e interação no conjunto das forças sociais gerais. A influência é sentida na configuração que uma entidade acaba assumindo, o poder que ela exerce sobre as estratégias dos atores envolvidos. Elas sempre representam determinados períodos históricos e apresentam trajetórias e momentos decisivos. As escolhas por parte do indivíduo para pertencer a uma instituição não acontecem em função de circunstâncias criadas por ele mesmo, da mesma forma como acontece com seus sucessores (PUTNAM, 2005).

A partir da premissa de que os espaços se constituem historicamente, procedentes de formações sociais mais tradicionais, dizemos que seriam resultantes de práticas sociais conservadoras. Portanto, a explicação para as transformações impetradas no espaço pela sociedade, que se modifica com ele, vem da produção. A questão central que permeará todas as ações da pesquisa é: por que em Tubarão e região a formação socioespacial estabelecida não conseguiu imprimir a mesma dinâmica, diversidade e complexidade nas atividades econômicas comparada a outras regiões no estado de Santa Catarina?

Dessa maneira, pretendemos analisar o processo de formação sócio-espacial em Tubarão, SC, a partir das combinações e contradições do espaço. Para operacionalização de tal objetivo, no decorrer do trabalho, procuramos: caracterizar o processo de formação sócio-espacial de Santa Catarina e de Tubarão; relacionar a evolução econômica de Tubarão ao longo dos diversos ciclos ou fases da economia nacional; verificar a influência das atividades industriais nos índices de emprego na cidade de Tubarão; conhecer e interpretar as múltiplas funções econômicas decorrentes dos diversos tipos de combinações que se manifestaram sobre o espaço local e regional.

Em relação às bases metodológicas da investigação, a proposta do presente estudo será esboçada em dois níveis operacionais, variando em maior ou menor grau as operações de identificação, caracterização, classificação e análise, considerando-se apresentar dentro de uma perspectiva histórica e geográfica a formação sócio-espacial de Tubarão. A descrição, aqui entendida como uma identificação e caracterização foi mais eficiente, entretanto, nas operações intermediárias, entendidas por

comparação e classificação que objetiva a busca pela realização da análise, foi mais útil.

A análise a ser realizada terá uma preocupação com a totalidade, abarcando, como recomenda Mamigonian, num primeiro nível, a participação dos fenômenos naturais na vida humana – de mudanças lentas – sobre outro nível, as atuações das estruturas econômico-sociais e, num nível mais elevado, os acontecimentos políticos e eventos em geral. Esta investigação somente será possível a partir de uma abordagem interdisciplinar, na qual se busca o tempo todo apreender o *modus operandi* em relação a sua evolução e na formação sócio-espacial de Tubarão.

A partir da articulação com os dois níveis da proposta metodológica, a pesquisa está estruturada em 5 capítulos, obedecendo, em boa medida, à tese desenvolvida por Mamigonian em seus diversos trabalhos citados ao longo deste. No capítulo 2, apresentamos uma breve síntese sobre organização da sociedade e (re) produção do espaço, porém, significativa para os objetivos do trabalho, englobando os principais conceitos como o das combinações geográficas de Cholley (1964a, 1964b) que referenda o princípio da causalidade múltipla e os paradigmas contemporâneos de geossistema; formação sócioespacial de Santos (1977), a qual destaca que, para compreender o espaço geográfico em sua totalidade, as categorias de forma, função, estrutura e processo devem ser tomadas em conjunto e interrelacionadas.

A economia brasileira e seus desdobramentos internos a partir dos grandes ciclos são apresentados no capítulo 3. Nele aparecem os principais períodos e suas articulações com os polos e pactos de poder que se estabeleceram para a formação social brasileira. Para a compreensão da dinâmica econômica capitalista mundial, ou seja, macrocenários econômicos, adotamos os clássicos como Kondradieff (Ciclos longos); internamente, Rangel (Ciclos médios ou Juglarianos) em Santa Catarina, Mamigonian (pequena produção mercantil) como sendo a responsável pela formação econômica e social regional.

No capítulo 4, relatamos a origem e evolução da formação socioespacial de Tubarão e região e sua lógica na área objeto deste estudo, seja no seu polo principal, como em cidades de pequeno porte, localizadas no entorno desse polo. É fundamental destacar aqui que esse polo, objetiva e concretamente, foi se alterando de acordo com o período histórico e a dinâmica da economia regional, nacional e mundial acima destacada. A acumulação propiciada pela pequena produção mercantil (colônias de povoamento açoriano-madeirense, alemãs e italianas), a descoberta e a extração do carvão representou um fator fundamental para a inserção da Região Carbonífera no âmbito da economia nacional.

As ponderações e, principalmente, as conclusões a qual o trabalho chegou estão apresentadas no capítulo 5, onde destacamos diversas fases pelas quais o processo de formação geoeconômica de Tubarão percorreu e qual o papel dos atores principais e suas respectivas parcelas na contribuição ou de obstáculos ao desenvolvimento da região, em especial, no município de Tubarão.

## 2 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Para se fazer uma análise das relações sociais de produção materializadas no espaço geográfico na atualidade em uma capital regional, como Tubarão, o que não é tarefa simples, parte-se da premissa de que a organização espacial das atividades econômicas configura-se como resultante de um processo histórico pautado por diretrizes políticas, econômica e social representativas de uma sociedade em transição. Neste sentido torna-se imprescindível identificar e apreender as continuidades e as rupturas ocorridas na formação socioespacial do Sul Catarinense. Assim, partindo de fatos concretos da realidade e inscritos no território de Tubarão e em sua região de influência busca-se sistematizar o comportamento de um conjunto diverso de variáveis suficientes para construir um quadro analítico-crítico no âmbito de sua história, do seu funcionamento econômico e da organização de seu espaço.

A partir do exposto, é necessária uma análise acerca do método e da fundamentação teórica que se pretende utilizar no estudo geoeconômico sobre Tubarão. Ele nos remete, num primeiro momento, à discussão acerca do particular como explicação da totalidade. Na busca de respostas, destacamos as afirmações de Santos (1977, p. 93), sobre a totalidade: “[...] todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade do todo, mas a totalidade não é a simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la, ao contrário, a totalidade é que explica as partes.”

Dessa forma, o desenvolvimento regional e local não pode ser entendido por si mesmo, mas como produto da formação sócio-espacial brasileira, esta inserida na dinâmica do modo de produção hegemônico em suas articulações duais com outros modos de produção. Portanto, o desenvolvimento regional e local não se reduz ao local, mas suas atividades econômicas se articulam em nível regional, nacional e internacional com o todo da economia e da sociedade.

Para evitar uma simples e bem intencionada descrição da realidade é necessário avançar em outra questão fundamental sobre a temática proposta. Se for o todo que explica as partes, a análise de tais partes (são recortes do real) é um esforço estéril enquanto contribuição para o entendimento do todo. Para romper essa limitação metodológica, Santos (1977, p. 94) destaca que “É a realidade do todo que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz [...]”. Como assim,

enfrentar a árdua tarefa de entender a totalidade? A primeira noção a levar em conta é que o conhecimento pressupõe a análise e a segunda noção essencial é de que a análise pressupõe a divisão.”

A divisão apresentada por Santos, não se limita a uma pura fragmentação das partes, mas, conforme Beltrão (2001), na verdade, resgatar o seu movimento, sem o qual o todo perde sua significação. Logo, o todo somente pode ser conhecido através das partes e as partes somente podem ser conhecidas, em sua essência, através do todo, em seu movimento conjunto, expresso através do processo histórico. Assim, dentro da perspectiva do método dialético, o desenvolvimento econômico de Tubarão e suas controvérsias é expressão de uma parte do todo. É o particular presente concretamente enquanto manifestação do universal. Logo a opção por um enfoque que privilegiará a gênese e a evolução, justifica-se na necessidade de resgatar a problemática dentro de uma perspectiva histórica, ou seja, de uma dimensão temporal que deve ser analisada a partir de sua dinâmica socioeconômica materializada no espaço.

Ao elegermos o estudo da cidade de Tubarão em um dado tempo (este lugar referido com suas conexões com outros lugares e o tempo como o corte de um tempo mais vasto e global), buscamos tentar apreender as determinações mais gerais. Estas sim se expressam como universais por que dão conteúdo singular ao lugar. Nas palavras de Santos (1977, p. 100), “[...] os lugares reproduzem o país e o mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, qualitativa e quantitativamente para cada lugar.”

Dessa forma, delimitamos nosso objeto de estudo num lugar e num tempo determinado – da gênese ao ano de 2010 - escolhendo como objeto de análise um estudo geoeconômico. Esse processo não está referido a qualquer sociedade e tempo, e sim, ao universo particular conhecido como sociedade capitalista mundial, brasileira, catarinense e tubaronense. No entanto, é necessário destacar, que a formação dual brasileira ora está mais afeita as forças políticas externas anti-nacionalista como aquelas que deram sustentação ao neoliberalismo dos anos 90 de Collor e FHC que, aliás, desestruturou setores importantes da atividade carbonífera do Sul de Santa Catarina. Ora são forças políticas internas nacionalistas e desenvolvimentistas enfaticamente estimuladoras de ações estatais estruturantes e fortalecedoras do capitalismo industrial e financeiro do Brasil. Por esta razão é preciso buscar delimitá-la às particularidades da formação sócio-espacial brasileira e região de Tubarão, em especial ao período compreendido de seu desenvolvimento mais significativo, mas também compreendê-la em

necessária e íntima conexão com o processo capitalista global tanto nas suas fases de expansão como naquelas de depressão. Nesta última fase recessiva do ciclo longo aberta com crise do petróleo a conjuntura tornou-se cada vez menos tolerante e as imposições imperialistas foram cirurgicamente implacáveis como desregulamentação financeira, comercial dos países América Latina e da África nos anos 90.

Por muito tempo sociedade capitalista explorou a natureza e se fixou no espaço afinado na lógica de sua racionalidade. Sua forte imprudência degradadora da natureza teve sua contabilidade socializada, logo todos devem pagar pela implacável acumulação capitalista. Entretanto, com midiático despertar para planetária questão ambiental tem-se avançado bastante no sentido de minimizar os impactos ambientais e, assim, garantir o prolongamento na utilização dos recursos naturais esgotáveis. É importante ressaltar que a questão ambiental não pode ser resolvida dentro dos marcos nacional e muitas vezes é transformada estrategicamente alçada pelos países centrais para retalhar ou dificultar o desenvolvimento dos países periféricos.

Nesse sentido, conforme Corrêa (2002, p. 55), “[...] a organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução).”

A questão da (re)produção social no espaço está condicionada à atuação de vários agentes, que se encontram presentes em cada fase da formação socioespacial e estão via de regra condicionadas a um amalgama de interesses específicos que em última instância é o interesse econômico o mais determinante. No caso de Tubarão, que se constituiu como importante centro comercial e de serviços, as forças políticas e culturais desempenharam papel mais relevante pois conseguiram não só atrair importantes investimentos estatais como a Termoeletrica Jorge Lacerda, o Lavador de Capivari, a sede administrativa e a oficina da Estrada de ferro Tereza Cristina, como também criaram a mais forte e dinâmica universidade do sul catarinense, a UNISUL. Logo é mister identificar os agentes, os interesses e estratégias para entender as diversas formas de (re) produção social do espaço.

Ainda, como base teórica e epistemológica de uma geografia de orientação marxista<sup>10</sup>, entre os avanços realizados pela Geografia nova,

---

<sup>10</sup> Esta corrente do pensamento geográfico se fortaleceu no Brasil, principalmente, após o 3º Encontro Nacional de Geógrafos em 1978. Período marcado também por mudanças políticas internas com o enfraquecimento do regime golpista de 1964.

estão aqueles associados à questão da organização espacial, herdada basicamente da Nova Geografia, que, por sua vez se opõem à concepção estática das análises neoclássicas, representadas no Brasil pela chamada Geografia quantitativa. Para Corrêa (2002, p. 21), “[...] trata-se, no caso de ir além de uma descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais, [...]”

Para Lefebvre (1999, p. 143) “[...] a estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão.” Assim, para entender a atuação dos agentes, devemos sobretudo entender o espaço de atuação deles.

A grande colaboração nesse sentido vem de Milton Santos. Ao elaborar o conceito de Formação Social, de Karl Marx trabalhou na perspectiva espacial tendo como enfoque a constituição do espaço territorial brasileiro, através da formulação de seu conceito de Formação Sócio Espacial, também trabalhado por Lênin em seus estudos sobre a realidade da Rússia, norteador desta investigação.

Numa perspectiva teórica de base marxista, o paradigma formação sócio-espacial de Milton Santos busca resgatar a dimensão espacial no interior do materialismo histórico-dialético, abrindo novas e importantes perspectivas explicativas para a Geografia. Considerou a impossibilidade de conceber uma determinada formação social sem se recorrer ao tempo histórico e ao espaço geográfico, pois as categorias modo de produção e formação sócio-econômica são categorias fundamentais no desenvolvimento de pesquisas preocupadas tanto na explicação da dinâmica socioespacial como também apontar as possíveis tendências e propor pragmaticamente solução para os problemas amadurecidos. Assim atentar para especificidades com que os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada. Nas palavras do próprio Marx (1983, p. 24) destaca-se que,

[...] na produção social de sua existência os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que respondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual respondem determinadas formas de consciência



social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimeto da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

Para Marx, esta base material é a ferramenta que permite elucidar os traços gerais da formação econômica de uma sociedade. Tais determinações, por sua vez, unem-se dialeticamente à apreensão das especificidades de uma realidade concreta, dada pela categoria Formação Social que é historicamente e espacialmente determinada. A compreensão de uma realidade concreta faz-se pelo movimento dialético de apreensão das determinações gerais e das específicas, pois, como aponta Vieira (1992, p. 28),

[...] as leis gerais do processo histórico natural estão contidos na categoria MP [Modo de Produção] (a unidade e a diversidade no tempo) e suas leis específicas, na categoria FS [Formação Social] (a unidade e a diversidade no espaço). Ambas só se realizam na interpretação de uma dada realidade, uma FSE [Formação Sócio-Espacial], onde o geral deve conter o específico e o geral, pois é assim que se apresenta a materialidade da sociedade.

Dito de outra forma, ao tentarmos compreender o processo de formação e/ou acumulação de capital em Tubarão, não podemos buscar as respostas apenas no local/regional. A compreensão deste processo só pode ocorrer, considerando-se as determinações gerais do modo de produção predominante no Brasil que é historicamente definido, em conjunto com as “múltiplas determinações”<sup>11</sup>. Logo Tubarão não se explica por si mesmo, mas sim inserido na formação social brasileira e mais especificamente, na área de transição entre a ocupação açoriana e a colonial europeia, no Sul de Sanata Catarina.

Marx e Lênin, autores que estudaram exaustivamente a categoria formação econômica e social no século XIX na Europa, e Santos (1977),

---

<sup>11</sup> Procura desvendar as causas e efeitos oriundos das leis naturais e sociais ao longo da história, conforme demonstrou Karl Marx, considerando as ‘múltiplas determinações’ (políticas, econômicas, culturais, espaciais, etc..) ao explicar o desenvolvimento do capitalismo inglês.

no século XX, chamam atenção para a dificuldade de se compreender a formação das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas. Estas, no entender dos autores, organizam-se muito antes do momento em que atuam sobre o espaço desconsiderando o fator histórico que ele representa e é aliada à história local fundamentada na compreensão da realidade a serviço do homem. Portanto, não é possível ignorar o elemento espaço e sim analisá-lo em profundidade, pois esta relação representa a noção de formação socioespacial.

Milton Santos no seu trabalho “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”<sup>12</sup>, levanta uma questão que no entendimento dele estava prejudicando, ou desviando a geografia de sua função mais importante, qual seja, de compreender a formação das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, diferentemente do que estava acontecendo naquele momento. As preocupações estavam voltadas para as formas já cristalizadas desconsiderando dessa forma o espaço humano como um fato histórico que ele é, onde a história mundial aparece aliada a história local (SANTOS, 1977).

A categoria de Formação Econômica e Social na visão de Santos (1977) diz respeito à evolução diferencial das sociedades no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso, concretizado a partir da produção, através do trabalho, transformando o espaço segundo leis historicamente determinados. O espaço será o componente fundamental, todavia esse papel do espaço passa frequentemente despercebido ou não é analisado com profundidade. Essa noção de espaço aliada a de sociedade é o que representa as Formações Sócio Espaciais.

Para Santos (1977, p. 90), “A defasagem com a qual os modos de produção impõem seus diferentes vetores sobre os diversos segmentos do espaço é responsável pelas diferentes idades dos múltiplos elementos ou variáveis do espaço em questão.” Quando falamos de modo de produção não estamos simplesmente falando de relações sociais (forma material) mas também de dados políticos ou ideológicos (formas imateriais).

---

<sup>12</sup> Para uma maior compreensão e entendimento sobre o texto e seus desdobramentos consultar Mamigonian (1996). Segundo Mamigonian o artigo de Milton Santos tem o mérito de reafirmar o caráter global e de totalidade da visão geográfica presente desde os gregos passando pela escola alemã, fundadora da geografia moderna e que está na segunda metade do século XX nas discussões sobre geossistemas e a formação social, dois paradigmas da ciência.

A totalidade social sobre o espaço se reproduz, “[...] na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas”. Desta forma, “[...] o espaço reproduz-se ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos [...]”, influenciando na evolução de outras estruturas tornando-se dessa forma um componente fundamental para a totalidade social e de seus movimentos, (SANTOS, 1977, p. 91).

Continuando essa linha de raciocínio, em trabalho mais recente, Santos (2002, p. 242), coloca que uma sociedade só pode ser analisada “[...] sem ambigüidades se definida em função de suas determinações históricas sucessivas.” Segundo ele, somente assim “[...] poderemos alcançar o conhecimento de suas especificidades e distinguir as suas qualidades essenciais das outras sociedades.”

Neste aspecto chamamos a atenção para estudos de caráter regionais do conceito de Formações Sócio-Espaciais ao exemplo das pesquisas de Armen Mamigonian realizados com sucesso sobre a Formação Sócio-Espacial do Vale do Itajaí e de Santa Catarina que explica as causas do exitoso processo de industrialização que foi capaz de se inserir dinamicamente no mercado brasileiro e mundial. , com abrangência no mercado interno e externo.

Ainda nessa linha Espíndola e Silva (1997, p. 61) destacam a importância da “[...] categoria formação econômico-social ou simplesmente formação social [...]”, para estudos de geografia que se preocupam muito com os “[...] processos históricos, sociais e geográficos, sem partir da esfera da produção - prática absolutamente crucial na análise das sociedades onde o capitalismo é dominante.”

Santos percebeu que a formação econômica e social era a categoria de análise que mais dava conta de explicar o desenvolvimento dos tipos de sociedade, nas suas mais variadas escalas, com métodos dialéticos e tendo como resultado um estudo mais totalizador. Essa categoria agrupa uma multiplicidade de determinações analíticas em combinações capazes de aproximar o teórico e o empírico.

Além das contribuições anteriormente destacadas, cabe aqui também apontarmos a contribuição dos estudos de Cholley, que conforme Mamigonian (2003) aponta que os fatos geográficos, como exemplo, economia agrária, forças erosivas entre outros, resultam de uma combinação de influências variadas, físicas, biológicas e humanas, cujas interações são tão complexas que, às vezes tocar num elemento da combinação consiste em modificar o todo, por uma série de reações em cadeia. Sendo assim, “múltiplas determinações” (Marx) serão consideradas na análise regional a ser empreendida, buscando desvendar

como as condições humanas corrigiram as desvantagens de (re)produção da atividade geoeconômica na formação econômica-social de Tubarão e região.

No campo das combinações mistas, físicas, biológicas e humanas, devemos reconhecer, o homem é que governa sua decisão ou escolha, quando põe em ação uma combinação para exercer satisfatoriamente uma de suas atividades fundamentais (agricultura, criação, pesca, fabricações, etc). Contudo, uma vez desencadeada uma combinação, seu poder diminui singularmente. A combinação desenvolve, provocando os efeitos, mais ou menos esperados, no domínio da produção, da demografia e da estrutura social. As crises indicarão se o sistema está mais ou menos bem adaptado às condições físicas, biológicas ou políticas reinantes no momento e assistir-se-á a malogros, a paradas e a tentativas de consertos grosseiros. Porém parece que, o esforço do homem somente produzirá pelo efeito se, em consequência destas experiências ou destes prejuízos, ele chegar a compreender as insuficiências da combinação e qual a modificação que deve introduzir para melhor adaptá-la às condições do meio físico ou humano. (CHOLLEY, 1964b, p. 270).

O próprio Cholley (1964a, p. 139) apresenta nos seus estudos que, quando procuramos reduzir a realidade geográfica a seus elementos mais simples, chegamos à noção de combinação de complexo, expresso, essencialmente, por fenômenos de convergência. Enquanto que as ciências físicas se esforçam para decompor as combinações em seus elementos mais simples, para depois, considerá-las separadamente, a contribuição, ou a originalidade da geografia, nas palavras do autor, estaria na forma como “[...] toma a própria combinação como objeto de seu estudo, procura determinar os caracteres dessa combinação e as razões da convergência dos elementos que a compõem a repartição ou a frequência dessa mesma combinação na superfície do globo.” Por sua vez a consideração dos elementos que entram na combinação e nas modificações de estrutura que daí resultam não é senão relativa.

As combinações geográficas de Cholley<sup>13</sup> são divididas em três grandes categorias: as de natureza exclusivamente física; as que são resultado de uma combinação de fatores físicos e biológicos, considerados mais complexos e, por último; as chamadas combinações complicadas, pois resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, biológicos e humanos, considerados pelo autor como as mais interessantes. Cabe ao geógrafo identificar qual é o peso das mesmas em determinada escala de tempo, naquele determinado espaço. Cholley lembra que o peso dos elementos que compõem uma combinação somente pode ser estudado naquela combinação, ou seja, não há possibilidade de analisar seu valor e importância fora dela, visto que um elemento pode assumir importâncias diferentes em combinações diferentes.

Uma combinação geográfica não é algo que aparece pronto sobre o espaço num determinado tempo. Elas nascem, evoluem se aperfeiçoam e, por fim, morrem, quando são substituídas por outra combinação. Sociedades ou países compostos por um gênero de vida resultante de combinações geográficas simples apresentam um único modo de atividade (agricultura ou criação) que diferentemente de combinações mais ou menos mistas, conciliando atividades múltiplas, como agrícolas e industriais ou de trocas, apresentam uma estrutura social mais estratificada, complexa e mais capaz de alcançar seu equilíbrio<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> “As combinações podem ser divididas em três grandes categorias: as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais complexas; que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e por isso mesmo, mas interessantes que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos. São estas últimas que estudamos de início. Elas sempre, por ocasião do exercício de uma atividade necessária à vida dos grupos humanos: atividade agrícola, de criação industrial, etc... E é justamente, ao provocar essas convergências de elementos físicos, biológicos e humanos, que o grupo humano consegue resolver os duros e numerosos problemas que lhe são expostos pela vida.” (CHOLLEY, 1964a, p. 141).

<sup>14</sup> Para Cholley (1964a, p. 144), “Tais complexos provocam, evidentemente, densidades mais fortes, constituem tipos de *habitat* mais complicados (cidades, vilas, subúrbios), estruturas sociais, enfim, muito estratificadas e hierarquizadas. [...]. Esses agregados de combinações estão, certamente, em relação com os grandes focos de densidade – que eles provocam, aliás – mas não seriam eles determinados, em primeiro lugar, seja por condições físicas ou naturais favoráveis, seja por condições de ordem política particularmente eficazes?”

Para Crocetti (2007), ao estudar com as ferramentas analíticas de Cholley, as velhas combinações são substituídas pelas novas, conduzindo o sistema a novos rearranjos econômicos, até que surjam combinações mais dinâmicas e dominem no tempo e no espaço, visto que não há hipótese de que combinações sejam eternas. Dessas afirmações de Cholley, podemos compreender a dinâmica cíclica das combinações. Além do mais, fica bem clara, em suas teorias, a alternância da importância dos fatores que compõem uma determinada combinação.

Conforme Mamigonian (1996, p. 206), a geografia humana brasileira contribuiu muito ao longo dos últimos anos mostrando para sociedade interna, diferentemente do que acontece no centro do sistema capitalista, as contradições sociais gritantes da nossa realidade, onde milhões de indivíduos não têm acesso a elementos básicos da cidadania, bem como, a imposição de um sistema neoliberal baseado nos princípios do imperialismo americano. Portanto, é de fundamental importância que se realize estudos sérios que objetivam mostrar “[...] em que medida o paradigma formação social vale para todas as ciências sociais nas suas diferentes especializações, mas também sua coincidência com a geografia humana na sua abrangência [...]”, permitindo dessa forma quem sabe “[...] da possibilidade de alcançar uma história dos homens (formação social) e outra da natureza (geossistemas) enunciada na Ideologia Alemã.”

Um estudo mais detalhado das teorias e categorias acima expostas permitirá um entendimento melhor de como se deu a formação socioeconômica do Sul do Estado e, em especial Tubarão. É nesse contexto e importância que se apresenta **“O desenvolvimento econômico de Tubarão e suas controvérsias”**. Com as leituras específicas poderemos esboçar um posicionamento teórico definido, proporcionando uma interpretação e entendimento melhor da realidade sobre as atividades econômicas e seus desdobramentos na região.

### **3 A ECONOMIA BRASILEIRA: DESDOBRAMENTOS INTERNOS A PARTIR DOS CICLOS ECONÔMICOS**

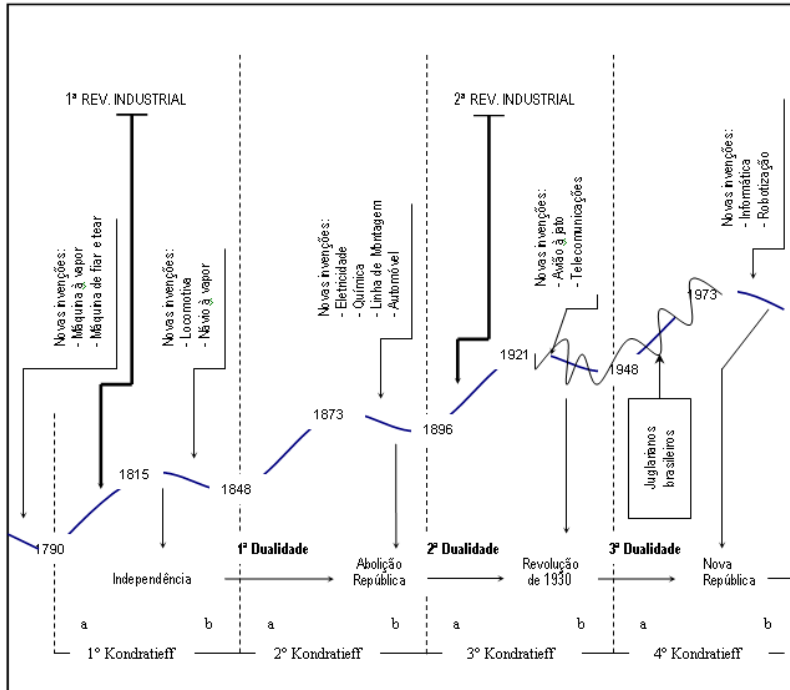
A compreensão da dinâmica econômica capitalista mundial e de suas leis de funcionamento, bem como seus desdobramentos no desenvolvimento desigual e combinado das inúmeras formações sociais nacionais e regionais nos conduz a realizar breve digressão teórica da perspectiva metodológica adotada. Ou seja, além do materialismo histórico a presente pesquisa nortear-se-á pela teoria dos Ciclos de Kondratieff. Os ciclos longos emanados pelas economias centrais e mecanicamente condicionados e administrados pelo surgimento ou esgotamento de inovações tecnológicas revolucionárias dá uma visão abrangente da conjuntura econômica mundial. Tais ciclos foram sistematizados estatisticamente entre 1918-1921 pelo economista russo Nikolai Kondratieff<sup>15</sup> e publicado na obra “Ondas longas da conjuntura” em 1926. No Brasil Ignácio Rangel tratou de não só atualizar estatisticamente as fases de expansão e depressão da economia mundial como também insistir nesta hipótese por sua extraordinária força explicativa<sup>16</sup>.

A teoria dos ciclos recebeu contribuições e críticas posteriormente de autores marxistas e não marxistas que interpretaram os momentos de expansão e crise por caminhos distintos, em alguns casos muito mais por conta de conveniências e inconveniências ideológicas. Especificamente para o caso da economia brasileira, encontramos paralelo aos Ciclos Longos uma resposta positiva em relação às fases recessivas e ao acompanhamento nas fases de ascensão. Por outra ótica ao mesmo tempo encontramos num cenário recessivo na economia brasileira em períodos de ascensão da economia mundial, pois numa perspectiva desenvolvimentista agrega-se a análise os Ciclos Médios ou “Juglarianos” de caráter eminentemente nacional, (Figura 1).

---

<sup>15</sup> Economista russo indicou na década de 20, a partir do estudo das estatísticas econômicas referentes à Inglaterra, França, Alemanha e aos Estados Unidos, que a economia capitalista industrial caracteriza-se por conter e se condicionar a ciclos longos de 50 anos de duração aproximadamente, que apresentam fases de ascensão, onde são postas em prática as inovações tecnológicas e, fases depressivas, onde a extensão das inovações tecnológicas a toda a economia, reduzem a taxa de lucro, desestimulando investimentos (MAMIGONIAN, 1987).

<sup>16</sup> Para ver mais informações sobre os ciclos longos, consultar obras de Rangel (1981); Mamigonian (2000).



**Figura 1: Ciclos Longos, dualidades da formação social brasileira e ciclos juglarianos (Médios), conforme Ignácio Rangel.**

Fonte: Mamigonian (1987, p. 71) adaptado por Napoleão (2006, p. 46).

Na perspectiva teórica da formulação dos Ciclos Longos, a reprodução do capitalismo se fez ao longo da história com mais vigor em períodos de ascensão. Ao analisar seu funcionamento enfocando a dinâmica do setor comercial verifica-se no período de crescente o aumento das vendas e do consumo que, aliás, são proporcionados pelas elevadas taxas de investimentos produtivos e assim eleva-se a empregabilidade. A consequência mais visível é a verticalização e concentração do capital. Os períodos recessivos obrigam por sua vez as empresas buscar defensivamente novos caminhos para sustentar sua rentabilidade e estabilizar seu orçamento. Direciona, assim, suas estratégias empresariais e de mercado prioritariamente no sentido de aprofundar mais e mais centralização do capital e geograficamente expande-se horizontalmente. Essa última conjuntura traz consigo, então uma maior ou menor velocidade na reorganização espacial pela de implantação das infra-estruturas de comunicação modernas.



Os ciclos médios, ou de Juglar, são de abrangência nacional e interagem com os ciclos longos da economia mundial, sendo que, no Brasil, eles surgiram de forma incipiente nas primeiras décadas do século XX e ganha forte impulso com Revolução de 1930 com vitória de setores sociais anti-imperialista e nacional desenvolvimentista . Nesse período, o país possuía uma importante produção industrial que permitiu desencadear um processo de industrialização por substituição de importações e que assumiu uma forma cíclica de aproximadamente dez anos, onde, cada ciclo médio significou uma etapa do processo de industrialização por substituição das importações. O Sul Catarinense teve sua vida econômica e social favorecida por medidas institucionais estimuladoras da produção carbonífera e investimentos estatais desde os inícios do referido processo de industrialização.

Para Rangel (1985) a economia brasileira apresentava um comportamento que, durante a fase expansiva da economia mundial, ocorre uma forte elevação da capacidade de importação e exportação, ou seja, aprofunda-se a Divisão Internacional do Trabalho. Já na fase depressiva, a economia brasileira reage à crise mundial, diminuindo o intercâmbio e, conseqüentemente, substituindo importações.

Na seqüência do trabalho, o objetivo será explicar as reais causas responsáveis pelo desencadeamento das etapas que se sucederam no processo histórico e geográfico do desenvolvimento econômico brasileiro. Sem deixar de considerar aspectos particulares inerentes ao desenvolvimento do Sul Catarinense e da cidade de Tubarão. Apesar da literatura bastante rica e dos levantamentos estatísticos disponíveis ser abundante, as interpretações são parciais e recheadas de vícios e distorções grosseiras.

### 3.1 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

Estudos interessados em conhecer as causas e condições para o florescimento da industrialização brasileira são relativamente recentes e, segundo Mamigonian (1995), surgiram inicialmente fora da academia. Celso Furtado, com a publicação da Formação Econômica do Brasil, em 1959, observa-se um engajamento dos intelectuais com a questão com estudos que apontam sobre as particularidades das economias subdesenvolvidas da América Latina, da qual a brasileira, é a mais importante. Para Mantega (1995), é um produto histórico, e não como reprodução das fases preliminares do capitalismo nos países pioneiros (Inglaterra, França, Alemanha), o que no entendimento de Mamigonian

(1997) reforça a idéia da existência e consolidação de um centro dinâmico interno à economia brasileira. Entender como se deu esse processo é o objetivo desse capítulo do presente estudo.

No Brasil, podem-se evidenciar três períodos principais e gerais no seu processo de desenvolvimento industrial: 1850-1930, iniciativas espontâneas, caracterizado pela agro-exportação cafeeicultora; período nacional desenvolvimentista (1930 até a década de 90) e de 90 até praticamente os dias atuais, período de estrangulamento da indústria nacional. Para compreender o processo de industrialização do Brasil é necessário analisar as características de sua colonização e, o destaque maior será para o segundo período.

Durante o primeiro período, observa-se o surgimento mais acelerado de indústrias nas principais praças portuárias do Brasil. Normalmente tais iniciativas nasceram a partir da transferência de lucros para o setor industrial de comerciantes (Comércio e Indústria Hoepcke<sup>17</sup>) ligados a exportação e importação, contidas nas áreas de influências das cidades (hinterlândia portuária).

Percebe-se então que o capitalismo, mais precisamente a produção de mercadorias está ligada à intensificação de circulação, pois como afirma Moraes e Costa (1993, 1993, p. 130), é nessa condição que o capitalismo se realiza. A "espacialidade" amplia a sua importância. "O encurtamento das distâncias está ligado, por seu turno à ampliação das escalas espaciais de produção e distribuição de mercadorias."

O processo histórico aponta no sentido de que na segunda metade do século XIX apresentou-se como grande problema à economia brasileira relacionado à ineficiente mão de obra.

Constituindo a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava o sistema a abolição servil assumisse as proporções de uma "hecatombe social". (FURTADO, 1997, p. 136).

---

<sup>17</sup> Conforme Mamigonian (2011), na capital catarinense a poderosa firma comercial Hoepcke montou fábricas de pregos, estaleiro naval e adquiriu fábrica de rendas e bordados. Em geral, estas formas eram privilegiadas pela reserva geográfica de mercado, sofreram com a unificação do mercado nacional provocado pela Revolução de 1930 e acabaram desaparecendo. Em Tubarão, Hoepcke S/A Indústria e Comércio funcionou de 1945 a novembro de 1969, localizado estrategicamente, ao lado da estação ferroviária e as margens do rio Tubarão.

No Brasil, o sistema escravista foi sendo extinto lentamente, de maneira a não prejudicar os proprietários de escravos. Nesse período algumas leis foram publicadas, dentre as quais se citam a Lei do Ventre Livre (1871); Lei dos Sexagenários (1885), isso para aqueles que conseguiam sobreviver a brutal exploração do seu trabalho; e somente em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, é que a escravidão foi extinta no Brasil (COTRIM, 1996).

Anterior as leis acima citadas, outra lei foi publicada em meados do século XIX e que teve consequências sobre a forma de acesso a terra no Brasil. Até 1850 o sistema fundiário brasileiro ainda tinha como herança o sistema de capitanias hereditárias e as sesmarias. A lei nº 601 de 1850, a famosa Lei das Terras, possibilitou a legitimação da posse das terras por parte de quem as ocupava e decretava a devolução ao poder público de todas as terras que haviam sido doadas em Sesmarias e que não tivessem sido cultivadas (daí o termo devolutas), passaram a pertencer ao patrimônio público.

Segundo Taglietti (2012), essa situação foi drasticamente modificada com a Lei de Terras, de 1850, que tornou a via da posse ilegal. Daí em diante as aquisições de terras públicas só poderiam ocorrer através da compra, ou seja, só poderiam ser adquiridas por aqueles que tivessem condições de pagar por elas. Um dos objetivos da Lei de Terras foi exatamente impedir que os imigrantes e os trabalhadores brancos pobres, negros libertos e mestiços tivessem acesso à terra. Seu efeito prático foi dificultar a formação de pequenos proprietários e liberar a mão de obra para os grandes fazendeiros.

Essa lei de 1850, foi o resultado de toda uma reorganização da questão agrária brasileira, buscando adaptar-se às exigências do avanço do capitalismo, juntamente com a necessidade de promover um ordenamento jurídico da propriedade da terra no Brasil, já que desde os tempos de colônia a situação era confusa. Procurava ajustar todos os costumes referentes à posse, mas o que, de fato, ela pretendia era regularizar a propriedade privada da terra.

Aos poucos, a lei pretendia definir o quadro agrário brasileiro, apesar de sua complexidade, o que acabou por gerar novos conflitos. Após a edição da lei, várias vezes o governo cedeu terras gratuitamente às companhias particulares, que as utilizavam para assentar o imigrante em projetos de colonização. Com isso, essas empresas ganhavam muito dinheiro, pois recebiam gratuitamente as terras do governo e vendiam-nas aos imigrantes (TAGLIETTI, 2012).

Para Suzigan (1986), até a década de 1920 a economia brasileira compartimenta-se em regiões econômicas mais ou menos autônomas e representativas, cada uma, de diferentes setores agrícola-exportadores.

Assim, a extração da borracha sustentava a economia regional amazônica; o açúcar, o algodão, o fumo e o cacau representavam as riquezas de exportação do Nordeste; o café, mais importante produto de exportação do país, indicava a hegemonia de São Paulo, Rio de Janeiro e também Minas Gerais e Espírito Santo; e finalmente, no Sul, a importância da economia baseada no charque, que supria as demais regiões do país e evoluiu para a produção das carnes congeladas e industrializadas, voltadas ao mercado internacional.

O início da industrialização brasileira, em bases mais sólidas, ocorreu a partir de 1880 com o crescimento mais acelerado da imigração européia para São Paulo e Sul do Brasil. Estes imigrantes constituíam uma nova classe média pois eram ao mesmo tempo produtores e consumidores (MAMIGONIAN, 2000)). Contudo, a revolução de 30, que ocorreu na esteira da crise da bolsa de Nova York, que enfraquece o setor agroexportador frente aos setores ligados ao mercado interno, ou seja, o latifúndio de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e sertão do Nordeste.

Foi em função da crise mundial que a economia brasileira sofreu enormes problemas levando à decadência do ciclo do café, especialmente na Região Sudeste. Por outro lado, o *crash* da bolsa de Nova York também se refletiu provocando crise de exportação de cana-de-açúcar, tabaco e algodão na Região Nordeste (FURTADO, 1980).

O comércio internacional se encontrava estagnado, em virtude da crise, que dificultava a exportação e a importação de bens de consumo duráveis e não-duráveis, sendo que foram seriamente prejudicados.

Furtado (1980) argumenta que em função da grande depressão econômica, ocorreu uma queda no nível de renda entre 25 e 30%, e o índice dos preços dos produtos importados se elevou em 33%. Dessa forma, houve redução nas importações que alcançou 60%, diminuindo de 14 para 8% do produto interno. E, desse modo, a procura passou a ser atendida pela oferta interna e, assim sendo, a demanda interna passou a desempenhar importante papel ante a conjuntura de inércia que se encontrava a economia mundial.

O período de 1930 a 1945 foi marcado por um surto industrial no Brasil representado pela manufatura sendo fatores desencadeadores desse processo a disponibilidade de mão de obra, a expansão do mercado consumidor, a elevação das tarifas alfandegárias, e a grande dificuldade de importar produtos estrangeiros. Esse surto foi de fundamental importância no processo de industrialização do país. Não que a indústria tenha surgido nessa época, mas foi quando a mesma se firmou, pois a crise de 1929, seguida da Revolução de 1930, veio

desestruturar a oligarquia agroexportadora, fortalecendo uma burguesia industrial urbana, a qual acabou financiando a indústria, marcada também pela forte intervenção do governo.

Outro fator de elevada importância foi a eclosão da Segunda Guerra Mundial, que propiciou à indústria brasileira um grande salto, pois naquele momento o Brasil ficou com dificuldade de importação, fato que forçou a indústria nacional a se desenvolver. Durante a guerra, o presidente Getúlio Vargas negociou com os americanos a construção da siderúrgica de Volta Redonda. Esse empreendimento, crucial para as etapas subseqüentes da industrialização brasileira, entrou em operação em 1946.

Furtado (1997) relata o resultado da crise e das fortes desvalorizações cambiais, além de diminuir as importações e aumentar a produção interna estabelecendo um novo nível de preços relativos, com base nos quais se desenvolveram indústrias destinadas a substituir importações.

A depressão se tornou num grande marco que sinalizou a economia nacional na passagem do Brasil de um país de economia agroexportadora para um país de economia baseada no desenvolvimento voltado ao mercado interno.

Em outras palavras, os preços dos produtos primários normalmente se depreciavam com relação aos dos produtos industrializados, obrigando os países latinos a exportar um volume cada vez maior de bens para fazer frente às suas importações. Assim, quando fatores como as guerras Mundiais e a grande depressão prejudicavam esse relacionamento comercial, ocorria o desenvolvimento “voltado para dentro”, com avanço da industrialização. (FURTADO, 1997, p. 74).

A partir da citação de Furtado, temos uma clara manifestação sobre o que ficou conhecido por uma corrente de economistas e intelectuais como uma visão estagnacionista, onde o país estaria condenado à estagnação e ao atraso que se dava em função da concentração de renda, tecnologia importada, uma tendência a importação de modelos de consumo e apelo às poupanças externas (obstáculos internos); ao comércio internacional desfavorável, absorção do excedente econômico pelo exterior e desperdício do excedente na periferia (obstáculos externos), que conduzia a economia do país a taxas decrescentes de crescimento. A somatória desses obstáculos agravava

ainda mais a análise da tese estagnacionista, que subestimava uma dinâmica de crescimento e desenvolvimento que se daria em meio à realidade de dependência estrutural bem como os estímulos ao desenvolvimento industrial, além do que, o avanço industrial era visível desde antes de 1930.

O terceiro período, após 1945, marcou uma etapa importante para o país, podendo-se dele destacar os fatores que impulsionaram a implantação da indústria moderna, e inclusive a indústria de base ou pesada, a ampliação e diversificação do parque industrial, o grande impulso à industrialização com a construção, em 1946, da Siderúrgica Nacional instalada em Volta Redonda.

Da mesma forma para Furtado (1997, p. 112), “[...] as indústrias ligadas aos setores de metalurgia, borracha, transporte e minerais não-metálicos obtiveram grande índice de crescimento durante a Segunda Guerra Mundial, pois produziam os principais produtos que o Brasil enviava às tropas envolvidas no conflito.”

Como a situação fora do país continuava tensa no início dos anos 1950, naquele ano de 1952 o déficit no balanço comercial foi de cerca de quatro por cento do PIB, como neste momento explodia o processo de substituição de importações, a política econômica de Vargas passou a sofrer fortes restrições externas. A crise nas contas externas, agravou-se em 1953 pela exacerbação da guerra fria e do conflito da Coréia. Esta crise provoca uma mudança ministerial e Osvaldo Aranha foi nomeado Ministro da Fazenda. Cômico deste problema declarou que a industrialização era “devoradora de divisas” e respondeu a este quadro de crise cambial com a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em outubro de 1953. Esta criava as taxas múltiplas de câmbio e os leilões de câmbio para substituir o controle direto de importações, vigente desde a crise de 1947. A Instrução 70 propunha um tratamento diferenciado para importações e exportações e as primeiras eram classificadas em cinco categorias definidas de acordo com a essencialidade dos bens para o funcionamento do sistema produtivo (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2012).

Procurava-se com isso tornar as exportações brasileiras mais acessíveis no mercado internacional, desencorajar as importações, proteger a indústria e a balança comercial. Isto porque as taxas múltiplas de câmbio atuavam de modo a não desencorajar demasiadamente as importações consideradas essenciais à industrialização. De fato, a Instrução 70 acabou funcionando como um incentivo substancial ao processo de substituição de importações, mas não impediu que a situação financeira do país continuasse instável.

Esta política cambial fazia uma conciliação entre a proteção do setor industrial e o reforço das finanças do Estado para garantir o investimento na infra-estrutura. No entanto, o agravamento da situação externa, a escassez de energia elétrica no Sudeste e as greves operárias amplificam a crise política e culminam com o suicídio do Presidente Vargas em 1954. O trágico desfecho consolida o projeto desenvolvimentista e a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais de 1955.

Luiz Gonzaga Belluzzo, desenvolvimentista convicto, em artigo recente publicado na Revista Carta Capital, escreveu que a economia brasileira reagiu com vigor à Grande Depressão dos anos 1930 do século passado. “Entre 1930 e 1945, o ‘fazendão’ atrasado e melancólico do Jeca Tatu – a terra da hemoptise, do bicho-do-pé e da lombriga – cedia espaço para a economia urbano-industrial incipiente.” (BELLUZZO, 2012). Segundo este, a industrialização era vista como a única resposta adequada aos inconvenientes da dependência da demanda externa. A renda nacional dependia da exportação de produtos sujeitos à tendência secular de queda de preços e flutuações cíclicas da demanda.

O segundo conflito mundial ampliou as oportunidades de crescimento da indústria de bens de consumo não duráveis (têxteis, calçados, alimentos e bebidas) e de alguns insumos processados, como óleos e graxas vegetais e ferro-gusa. Esses setores cresceram rapidamente não só para suprir a demanda doméstica, mas também para atender às exportações. O avanço da industrialização, na concepção dos desenvolvimentistas daquela época, só poderia ocorrer com a modernização da infraestrutura e a constituição dos departamentos industriais que produzem equipamentos, insumos e bens duráveis de consumo, (BELLUZZO, 2012).

A partir da década de 50, em especial no governo de Juscelino Kubitschek, a indústria teve outro grande impulso com as seguintes características: implantação do Plano de Metas, que garantiu aos setores de energia e transportes um maior desenvolvimento e rápido escoamento dos produtos, e ainda a construção de Brasília. Para o setor secundário foram concebidos subsídios e também estímulos, sendo o mesmo responsável pela produção de equipamentos e insumos com elevada intensidade de capital.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), que com sua proposta de “50 anos em 5”, pelo Plano de Metas, põe a economia brasileira, a passos largos rumo ao crescimento econômico, fundamentado em recursos externos captados pelo governo e pela abertura ao capital estrangeiro que quisesse se instalar no país. Este plano foi favorecido de certa forma pelo quadro de políticas existentes

na época. Lessa (1983), em seu livro *Quinze anos de política econômica*, diz que os aspectos positivos da implantação do eram: primeiro, a aceitação do Estado interventor, não só como regulador, mas também como produtor em setores deixados aquém pelo capital privado e que seriam vitais para a industrialização brasileira; segundo, o conjunto de políticas e seus instrumentos montados anteriormente por outros governos, como o de Vargas e o de Dutra. Dessa forma, o Plano poderia ser implantado sem maiores barreiras.

Em termos mais sumários, o Plano postulava investimentos diretos do governo no setor de energia, transportes e em algumas atividades industriais básicas, notadamente siderurgia e refino de petróleo – para as quais o ânimo empresarial havia se revelado insuficiente – bem como favores e estímulos ampliados à expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos com funções de produção de alta intensidade de capital. (LESSA, 1983, p. 28).

Fica bastante evidente na citação de Lessa, uma valorização da siderurgia para o País, devendo ocorrer também, um aumento na produção de carvão mineral para fazer frente ao crescimento da economia, sem onerar a balança de pagamentos. A fim de evitar aumento excessivo dos rejeitos – nesta época apenas a fração metalúrgica e parte do carvão vapor eram aproveitados - foi que, em 1953, surgiu pela primeira vez a idéia de um complexo de indústrias que consumiria integralmente todas as frações do carvão, o que foi levado à frente pelo governo JK. No Plano, na “Meta carvão mineral”, estavam previstas as construções de várias usinas termelétricas a carvão nos Estados do Sul do País e uma usina eletrossiderúrgica a ser construído em Santa Catarina, o que não se concretizou.

O Plano de Metas acelerou o crescimento da economia, que estava dividida em cinco bem-sucedidos setores da indústria dessa época, quais sejam: no setor da produção de energia elétrica, através de carvão e petróleo; no transporte ferroviário, com a construção e o aperfeiçoamento de rodovias e serviços portuários. Com relação ao setor agrícola e de mineração, vários investimentos ocorreram na criação de matadouros industriais e constante mecanização da agricultura. Na indústria de base, siderurgia, alumínio, celulose, indústria automobilística, indústria da construção civil de material elétrico e pesado. Na educação, a preocupação foi com a preparação de técnicos.



A indústria do setor automobilístico e a marinha deram um salto substancial. Através da construção da nova capital federal, foi efetivada a pavimentação asfáltica de várias rodovias e a criação de outras, dentre elas a Belo Horizonte-Brasília, Belém-Brasília e Brasília-Acre, a intenção era a integração nacional. Neste período, o setor que mais atenção recebeu foi o rodoviário, ficando os demais em segundo plano. Mais tarde o setor de transporte ferroviário recebeu maior atenção, o que ocorreu com a ampliação da Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Como a industrialização provocava nas suas fases iniciais crescimento das desigualdades regionais, pela implantação de indústrias em São Paulo mais competitivas aniquilando as indústrias das praças portuárias, provocando assim, brutal taxa de desemprego. Por outro lado, ocorre um grande movimento migratório de várias regiões para os centros urbanos da Região Sudeste, tendo em vista a necessidade e a capacidade de absorção de mão de obra dessa região. Estas mudanças foram facilitadas pela integração rodoviária do território nacional.

É inegável que a política de Juscelino Kubitschek tenha dado grande impulso ao desenvolvimento econômico do país. No entanto, seu governo foi responsável pelo agravamento de velhos problemas como o aumento da dívida externa no período, agravando as desigualdades sociais, pois a riqueza, que deveria ser aplicada em melhores condições de saúde, educação, foi desviada para o pagamento de compromissos assumidos com organismos internacionais. Além dos desníveis sociais havia também grande diferenciação entre os setores da economia. Nesse momento ocorreu aumento da dívida externa e, paralelamente, ocorrem fortes investimentos de capitais estrangeiros em diversos setores produtivos, não podendo frear a industrialização em franco crescimento, tratavam de aproveitar novas oportunidades lucrativas.

Sem dúvida que a Instrução 70 da Sumoc criou as condições necessárias e suficientes para alavancar o Plano de Metas, foi à instalação da indústria automobilística, que se tornou forte impulsor da economia nacional. Apesar da estrutura artesanal da indústria de bens de capital, dispensar suporte científico e tecnológico, tal esforço foi indispensável para estruturação nos anos 70 (governo Geisel) de moderno setor de bens de produção, a implantação do setor petroquímico e construção civil pesada e mecânica pesada.

Cumprindo satisfatoriamente a maior parte de suas propostas, o Governo JK permitiu anos de intenso crescimento econômico e favoreceu a consolidação da fase industrial do Brasil. Hidrelétricas gigantescas, indústria automobilística e estradas que cortavam o país anunciavam um modelo de progresso que depositava na tecnologia as esperanças da resolução dos males do país.

### 3.1.1 Gênese da industrialização no Brasil: teorias Cepalina, Dependência e dos Ciclos Econômicos

Como foi assinalado, abordagem teórica e metodológica da presente tese baseia-se na perspectiva de uma interpretação marxista. Assim, apresenta-se a seguir três teorias que desempenham um papel hegemônico entre os intelectuais de esquerda, nas explicações sobre a industrialização do Brasil. Segundo Mamigonian (1995, p. 66) as teorias básicas são:

1) a teoria da CEPAL, que popularizou a expressão ‘industrialização por substituição de importação’, dominou o ambiente cultural de 1955 a 1964; 2) a teoria da dependência, que teve sua grande aceitação no período seguinte ao golpe militar, enfatizou a subordinação da industrialização aos interesses do centro capitalista; 3) a teoria dos ciclos econômicos, com grande aceitação recente, reconhece o enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro.

Raul Prebisch, destacado economista argentino (1901-1986) no trabalho “*Estúdio econômico de La América Latina*” (1949), coloca que os países periféricos tinham bases produtivas diferentes em relação aos do centro, porque a inserção da periferia na Primeira e na Segunda Revolução Industrial aconteceu de forma atrasada, tornando-a dependente e reflexa. Enquanto este tinha uma estrutura industrial homogênea e diversificada na periferia era heterogênea e descontinuada, onde se encontrava um setor moderno e outro atrasado, especializado em produtos primários voltados para o mercado externo, via exportação (GOULARTI FILHO, 2007).

A esquerda brasileira assim como a latino-americana foi fortemente influenciada pelas idéias da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), que se preocupou especialmente em estudar o processo de industrialização e aos problemas dela decorrentes. A partir desse debate, na concepção cepalina, a gênese da Formação Social Brasileira deu-se a partir da existência do modo de produção feudal, a espelho do modelo europeu, anteriormente mencionado. Segundo entendimento desses teóricos, as crises ocorridas no centro do sistema capitalista mundial seriam sua principal causa.

A economia brasileira, fortemente dependente de suas exportações era muito afetada por conta dessas crises mundiais do

centro, que diminuía as importações dos produtos primários do Brasil. Este, por sua vez ficava impossibilitado de importar produtos manufaturados (máquinas e equipamentos, principalmente) do centro do sistema por conta de dificuldades cambiais e déficits na balança de pagamentos. O elevado custo das importações provocou um estímulo na produção industrial interna, conhecida como substituição das importações, porém a economia gerada com a substituição não foi o suficiente para superar as dificuldades, gerando uma nova fase de substituições.

Para os teóricos ligados a esta teoria, o crescimento industrial através deste processo gerava um empobrecimento crescente, pois o mecanismo de troca internacional sempre era desfavorável aos países periféricos. Acontecia dessa forma aquilo que se convencionou chamar de transferência de excedentes para o centro do sistema. A crítica que se faz a tal raciocínio, de caráter estagnacionista, não considerava a possibilidade de um crescimento industrial no País, exceto a partir de uma atitude intervencionista do Estado.

A teoria cepalina, além dos seus teóricos, teve o apoio de um grupo de intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que entendiam que além da troca desigual estabelecida a partir das trocas comerciais, a estrutura fundiária, ou seja, o latifúndio de origem feudal – produtor de gêneros primários de exportação, atendia aos interesses dos países centrais aliados ao baixo poder aquisitivo da população rural sufocavam o incipiente processo de industrialização - bem como o imperialismo, os maiores obstáculos ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Ignácio Rangel critica essa interpretação simplista como veremos mais adiante.

Qual seria a solução para este problema considerado como um problema de ordem estrutural? A solução segundo os teóricos da CEPAL e compartilhada pelos intelectuais do PCB era, a realização de mudanças estruturais guiadas pelo Estado, começando pela realização de uma ampla e profunda reforma agrária, permitindo assim um aumento na capacidade de consumo do mercado interno e conseqüentemente aumentando a distribuição de renda. A crítica feita a Comissão e ao PCB a essa interpretação é que ela carece de um rigor metodológico mais profundo, pois a constitui de uma simples transposição dos modelos estudados por Marx a partir da realidade de alguns países europeus.

A concepção cepalina, com a publicação de “A Revolução Brasileira”, por Caio Prado Júnior, em 1966, uma forte oposição chegando efetivamente a negar os princípios desta. As principais contestações deste estudo e corroborado por outros, é de que a concepção de um feudalismo no Brasil não era verdadeira e

conseqüentemente de parte das idéias anteriormente sustentadas a este respeito. Outro fato marcante e que contradiz a concepção cepalina, foi o bom desempenho da indústria nacional durante os anos de 1950, derrubando a visão estagnacionista até então sustentada.

Quando da publicação do trabalho de Caio Prado Júnior, importante destacar, passou por mudanças políticas com o Golpe Militar, em 1964, período este, marcado por discussões ideológicas profundas polarizadas entre esquerda e direita em todos os países da América Latina. A questão da gênese sobre a industrialização brasileira e dos demais países do Continente, passa a ter uma nova interpretação que teve ampla aceitação entre a esquerda brasileira e sul-americana: a teoria da dependência. Qual seja: de que ambos são fruto da expansão capitalista da Europa desde seu início (FRANK apud MAMIGONIAN, 1995).

A Teoria da Dependência surge nos anos 60 para repensar o modelo cepalino e oferecer uma alternativa de interpretação da dinâmica social da América Latina. Portadora de um método analítico mais sofisticado, ela suplantou com facilidade o estagnacionismo, que havia sido abraçado pelos remanescentes do nacional-desenvolvimentismo, e transformou-se na crítica mais consistente ao desenvolvimento autoritário.

Dessa forma, segundo a concepção dependentista, os avanços obtidos no processo de industrialização do continente deveriam ser entendidos como um aprofundamento desta e seu atrelamento aos centros do capitalismo mundial. A relativa autonomia obtida pela burguesia industrial nacional foi substituída pela associação entre o capital multinacional, estatal e privado nacional. A partir desta nova concepção, a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho passa a ser de simples exportador de produtos primários para exportador de produtos de bens de consumo como têxteis, alimentos, calçados, etc.

Com a associação entre os capitais envolvidos, conforme citado acima, a remessa de lucros para a sede dessas empresas multinacionais, o pagamento de *royalties* e empréstimos externos, não acontecia uma apropriação interna do excedente econômico, continuando assim a visão estagnacionista da economia e da industrialização brasileira tal e qual era defendida na visão cepalina. Esta relação comercial estabelecida impedia o país de realizar a substituição de importações no setor de máquinas e equipamentos – vital para sua autonomia – provocava desigualdades setoriais na economia e perpetuava dessa forma, nossa dependência externa.

Para Vieira (1992), além do estagnacionismo, a teoria cepalina/comunista e da dependentista compartilham também de uma

concepção dualista na interpretação da Formação Social Brasileira – ou seja, estão presentes nas duas concepções através da contraposição “feudalismo/imperialismo” e “subdesenvolvimento/feudalismo”. “Esta análise dualista opõe as forças internas e externas, reduzindo a interpretação da Formação Brasileira a uma perspectiva cristalizada, não dotada de movimento dialético.” (BELTRÃO, 2001, p. 16).

Para os dependentistas – que foram uma dissidência no seio da intelectualidade de esquerda antes ligada ao modelo Cepal-PCB – que possuíam, sobretudo motivações políticas, havia somente duas perspectivas possíveis para o problema estrutural, ou seja, de que não havia condições de crescimento econômico sob o capitalismo: fascismo ou socialismo. A justificativa para o surgimento de movimentos guerrilheiros vem daí, pois segundo estes, assim como para os cepalinos, o capitalismo na periferia não tem futuro. A estatização, outra perspectiva, dos meios de produção estava descartada em função da proximidade das relações das classes dirigentes internas com os interesses econômicos externos.

O dinamismo da indústria no Brasil em 1970 - crescendo acima da média dos países centrais - através da substituição de importações de insumos básicos e de equipamentos, durante o governo Geisel, esgotou o poder explicativo da teoria da dependência. Conforme, Mamigonian (1995, p. 72) “Nestas circunstâncias foram retomadas as idéias de Ignácio Rangel, lançadas na década de 50, que constituíram a primeira visão teórica crítica ao modelo cepalino e por isso tinham que ser ocultadas pela maciça propaganda das idéias da aliança CEPAL-PCB, dominantes na época.” Rangel, integrante do PCB nos anos 30, opunha-se ao esquema teórico que sustentava as ações políticas do PCB, defendia que o desenvolvimento industrial do país poderia ser capitaneado pelo Estado dispensando a realização da reforma agrária.

Diferentemente das demais correntes, Rangel (1981) desenvolve um raciocínio que vai além da simples discussão da origem feudal ou não feudal sobre a formação social brasileira, indicando para a necessidade de uma interpretação crítica da sucessão dos modos de produção proposta pelo materialismo histórico. Dessa forma, a reprodução do modelo clássico, ou seja, a seqüência da história universal, onde teríamos - comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo – não se reproduziria no Brasil da mesma forma como nos países europeus desenvolvidos e/ou centrais, uma vez que nossa história é distinta da história deles, diferença esta, clara para o autor, pois a nossa evolução não é autônoma e nem fruto exclusivo das forças atuantes internamente.

Em 1957, Ignácio Rangel publica sua obra clássica *Dualidade básica da economia brasileira*, onde apresenta as bases para uma nova interpretação sobre a formação social brasileira, através das dualidades, onde coloca “[...] que atribuo a esse termo, isto é, ao fato de que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias - latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional – são mistos, têm dupla natureza e nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente.” A partir desta interpretação, há a coexistência de diferentes modos de produção, considerando-se aí a sua complexidade no que se refere aos diferentes estágios de desenvolvimento e suas diversas formas de transição, “[...] compondo um modo de produção único.” (RANGEL, 1981, p.15).

Assim, Rangel propõe o debate aos estudiosos do pensamento econômico nacional, determinou para o caso brasileiro as leis deste comportamento dual, assentadas na divisão das relações internas e externas de produção. Portanto, sendo constituída “[...] a história do país numa seqüência de pares de modos de produção simultâneos [...]”, como sublinha Bielschowsky (1996, p. 212), debate este encampado na Geografia por Mamigonian.

Através de uma leitura mais detalhada dos trabalhos de Rangel, percebemos que a compreensão da formação social brasileira não deve ser reduzida aos limites territoriais nacionais, considerando, pois, sua inserção no conjunto da economia mundial capitalista, buscando assim, via compreensão do permanente conflito entre as relações internas e externas de produção, interpretar as leis econômicas e sócias peculiares ao Brasil.

Mamigonian (1987), estudioso da obra de Rangel e defensor entusiasta de suas idéias, coloca que tal combinação das forças produtivas e das relações de produção não floresceria apenas internamente, mas sim, também a partir da evolução das relações de nossa economia periférica com as economias centrais. Dessa forma, fica claro o quanto as relações externas são determinantes no desenvolvimento das forças produtivas internas e de suas relações de produção interna. Aqui reside a contribuição inédita, a originalidade da visão marxista de Rangel (1981, p. 65), “[...] em não reduzir a formação social brasileira aos seus limites territoriais, já que nascemos e continuamos até agora inseridos no conjunto da economia mundial capitalista.”

Conforme apresentamos no início do item 2, a complementação entre as dualidades da Formação Social Brasileira e a economia mundial, expressa-se na concepção rangeliana através do comportamento dos Ciclos de Kondratieff com fluxos e refluxos da

economia do centro do sistema capitalista, manifestando-se através de impulsos que condicionam e regulam a amplitude e as condições do comércio exterior e, por tal, sensibilizando o comportamento da economia nacional.

Contrariando as teorias sobre a industrialização já apresentadas, os momentos de ascensão da economia mundial não sufocavam as possibilidades de desenvolvimento industrial após o término de cada etapa de substituição de importações, quando os investimentos tornavam-se ociosos pela redução do consumo, mas que segundo Mamigonian (1995, p. 73) “[...] representavam uma poupança potencial, que podia dispensar a poupança externa para a retomada do desenvolvimento econômico no ciclo seguinte.” Dessa forma, complementa “[...] o capitalismo brasileiro estava em condições de se expandir internamente mesmo quando eram desfavoráveis as relações externas, como ficou evidente na década de 30.”

A consolidação desse polo interno através da introdução do capitalismo industrial iniciado naquele período marca o aparecimento da terceira dualidade na Formação Social Brasileira, a partir do início da fase depressiva do 3º ciclo de Kondratieff. Este período nos interessa sobremaneira no estudo, e que, será melhor analisado e detalhado com pesquisas sobre o desempenho da economia regional e sul catarinense partir da sua inserção no mercado nacional como fornecedor de matéria prima específica: carvão mineral.

Com a economia mundial em fase de recessão (1815-1848), usando como referência o estudo dos Ciclos de Kondratieff, inicia-se novo processo de substituição de importações no Brasil, reflexo da contração do comércio mundial<sup>18</sup>. Nesse período, os recursos das fazendas escravistas foram direcionados para atividades não agrícolas com destaque para a construção e a indústria de transformação, como por exemplo, na produção de têxteis grosseiros empregados para enfardar mercadorias e vestimenta dos escravos cumprindo a função de abastecer o mercado interno, desprotegido por conta da crise no centro do sistema mundial.

Para Bastos (1997) o processo de substituição de importações ocorrido no interior das fazendas, tanto em nível mundial como nacional, proporcionou à economia do litoral catarinense um longo

---

<sup>18</sup> Para mais informações sobre o período, consultar obra de Rangel “Ciclos, tecnologia e crescimento” (1982) páginas 19 e 20.

período de auto-abastecimento econômico, pois “[...] entre 1824-1840 a população da província aumentava na proporção de 1 para 1,45; a exportação, mais ou menos no mesmo período, diminuía de 1 para 0,75 [...]”, com a queda do papel comercial de Desterro. Com esta crise no setor de exportação a população da Ilha de Santa Catarina viu-se obrigada a migrar para o continente, sendo que no sentido Norte, por exemplo, vão povoar Itajaí e arredores e, no sentido Sul, dão origem a Tubarão, iniciando a comercialização do excedente fruto do desenvolvimento da pequena produção no litoral norte.

A segunda metade do século XIX é marcada por mais uma crise no centro do sistema capitalista mundial quando se instala a fase recessiva (b) do 2º ciclo longo (1873-1896), provocando um declínio nos preços dos produtos exportados pelo Brasil, reduzindo drasticamente a capacidade de compra da aristocracia rural recém urbanizada. Repetem-se mais uma vez o mesmo procedimento quanto ao suprimento desses produtos internamente com início de uma nova fase de substituição das importações, agora com a instalação de uma pequena produção mercantil urbana, que empregou mão de obra escrava ou recém liberta conhecida como negros de ganho. Atividades estas que se desenvolveram em setores como de transformação e construção civil simples, que por terem caráter urbano, não se desestruturaram com a expansão das exportações, por ocasião da fase ascendente do 3º ciclo longo, continuando a se expandir, sob a orientação e o comando do capitalismo mercantil interno (RANGEL, 1981).

A transformação da substituição de importações artesanais em industriais vai ocorrer apenas no 3º ciclo longo tanto na sua fase expansiva (a) ou depressiva (b), marcando a formação de um capitalismo industrial no polo interno, em substituição ao capitalismo mercantil. O envolvimento dos países centrais europeus no conflito da primeira guerra mundial e com a crise de 1929, causou uma redução da capacidade de consumo como de exportação, provocando um novo ciclo de substituição de importações, agora com características industrial e urbana no Brasil.

Neste período consolidaram-se o setor têxtil e alimentar e marcou ainda o início de um processo que consolidou a substituição de importações que compuseram, degrau a degrau, o parque industrial brasileiro: indústria de bens de consumo simples, indústria de materiais



de construção, indústria de bens de consumo duráveis, indústria química<sup>19</sup> e mecânica pesada. Uma vez completada a estruturação do edifício brasileiro, restava, conforme Mamigonian (1995), à constituição de um novo pacto de poder, evidenciando um novo modelo de crescimento econômico-social, alicerçado em resoluções, sobretudo, à crise agrária e urbana.

Nas grandes crises do século 20, o Brasil foi beneficiário, permitiu-se grandes saltos de desenvolvimento. A crise de 1929, ao estancar o financiamento externo, obrigou Vargas a impor limites ao livre fluxo de capitais. A consequência foi os grandes capitais nacionais caírem na economia real, através dos bancos comerciais ou na implantação de fábricas, acelerando substancialmente o processo de substituição de importações.

A Segunda Guerra permitiu ao país acordos bastante vantajosos, antes da eclosão do conflito; um grande acúmulo de reservas, no decorrer da guerra; a importação de cérebros valiosíssimos, que ajudaram a completar a ciência nacional. E, depois, a importação de fábricas de veículos europeias, que ficaram disponíveis após o plano Marshall. A crise externa dos anos 70 levou Geisel aos grandes investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que, apesar do endividamento remanescente, completou o quadro de industrialização do país (NASSIF, 2011).

Os setores industriais acima destacados e o surgimento dos subseqüentes apresentaram um comportamento que é melhor compreendido através da observação dos ciclos médios juglarianos brasileiros.<sup>20</sup> Nos períodos de expansão dos ciclos longos de Kondratieff, a acumulação de capitais permitiu o investimento em outros setores a partir do momento em que o setor, já instalado atinge capacidade ociosa, superior ao consumo existente, gerando um

---

<sup>19</sup> A ideia de que basta a vinda da multinacional ao país para, automaticamente, haver ganhos tecnológicos e de inovação não é mais válida. Por exemplo, as maiores empresas de química do mundo estão aqui e, no entanto, o país continua extremamente dependente de química fina. São necessárias políticas objetivas de transferência de tecnologia, de indução à parceria com institutos de pesquisa nacionais, de capacitação, enfim, da pesquisa nacional.

<sup>20</sup> Adaptando a teoria dos ciclos médios, desenvolvida pelo economista francês Juglar, no século XIX, que assinalou a presença de períodos de expansão dos negócios, seguida de crise e depressão, com duração média de 8 a 11 anos, para a economia européia e americana. Ignácio Rangel assinalou a ocorrência de flutuações internas na economia brasileira em ciclos de duração média de 10 anos.

momento de depressão e reinvestimento em um novo setor, este representativo dos pontos de estrangulação do ramo industrial em crise.

Para Rangel (1981) a opção por investimentos em outros setores foi possível a partir de mudanças empreendidas pelo Estado (medidas institucionais) através das regulações cambiais, fiscais e creditícias, do direito do trabalho, nos meios de acesso a novas tecnologias e no aparelho de intermediação financeira, gerando momentos de crescimento econômico, que se tornaram reconhecidos como nossos “milagres”.

A integração da economia brasileira que apresentava até então um caráter regional, avançou muito com a industrialização em curso, em torno de um polo dinâmico central: São Paulo. Essa integração, entretanto, não aconteceu de forma homogênea em todas as regiões de acordo com suas potencialidades e especialização produtiva, obedecendo a critérios de lucratividade do capital, concentrando investimentos em determinada área do território onde o retorno é mais rápido e garantido, consolidando assim a formação do polo industrial nacional.

O desenvolvimento e fortalecimento do polo industrial paulista, em nível interno, reproduz as relações hegemônicas dos países centrais do capitalismo para com o Brasil, pois impõem as economias regionais a uma posição de subalterna, fornecedoras de insumos e matérias-primas de origem agrícola. Aqui não podemos incorrer no erro de interpretar essa relação como uma simples transposição da concepção centro-periferia acima citada, pois as economias regionais desenvolveram centros regionais com dinamismo próprio. Especificamente em relação à região sul do Brasil, a articulação dos centros regionais ocorreu a partir do fornecimento de matérias-primas oriundas da pequena produção mercantil diversificada, evoluiu para indústrias dinâmicas cuja produção rivaliza com a obtida no pólo da industrial e capital nacional. A formação e evolução deste processo serão detalhadas no item a seguir.

### 3.2 INDÚSTRIA EM SANTA CATARINA: PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL COMO BASE

O sul do Brasil se diferencia historicamente por fazer parte de um período de expansão estratégica da ocupação portuguesa sobre o território brasileiro. Também se diferencia pelo nível de desenvolvimento e pelos índices socioeconômicos mais elevados em relação às outras unidades da Federação, especialmente as do Norte e

Nordeste. No entanto, também é uma região com grande capital ocioso, e vários nós de estrangulamento no seu sistema produtivo como identificou Rangel (1980).

A partir dos estudos realizados com inúmeros autores que desenvolveram suas pesquisas no sentido de entender a formação sócio-espacial do Brasil Meridional e, em especial, a de Santa Catarina, podemos destacar os seguintes eventos mais significativos: as reduções jesuíticas espanholas; o deslocamento de bandeirantes vindos pelo interior; o movimento vicentista ordenado pelo litoral; a colonização açoriana-madeirense e, por último, o estabelecimento de colônias alemãs no vale inferior do Rio dos Sinos (São Leopoldo/RS), nas margens do Rio Negro/SC e em São Pedro de Alcântara/SC, (BASTOS, 2000; ESPÍNDOLA, 1999; ESPÍNDOLA, 2002; MAMIGONIAN, 1997; WAIBEL, 1979).

Espíndola (2002) relata que fundados na economia natural, esses movimentos (estâncias feudais, fortificações militares e pequena produção açoriana-madeirense) foram de fundamental importância econômica, militar e política para o domínio português sobre essa vasta área do território. Enquanto que a ocupação via estabelecimento das colônias se deu a partir da pequena produção que era comercializada inicialmente no local e posteriormente ganhou outros mercados.

Estudando as origens da industrialização em Santa Catarina, conseguimos diferenciar claramente três matrizes explicavas bem definida. Segundo Mamigonian (2005), as duas primeiras teses baseiam-se na gênese industrial como obra da consolidação do capital comercial (*import-export*) ou na capacidade empreendedora do capitalista de origem européia, o que teria gerado um “modelo econômico catarinense” de desenvolvimento industrial.

Para Armen Mamigonian, a industrialização de algumas regiões catarinenses é fruto da acumulação gerada pela pequena produção mercantil, aliada a uma representativa divisão social do trabalho entre agricultores independentes e artesões, operários e pequenos comerciantes, constituindo a terceira tese. Essas regiões possuem organizações produtivas diferentes, relacionadas às diferentes formações e combinações geográficas presentes no processo de desenvolvimento da produção em cada região.

Mamigonian, crítico da primeira tese, entende que não podemos falar de um “modelo catarinense”, pois esse tipo de industrialização não ocorreu somente em Santa Catarina, manifestando-se também nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul e do Paraná, em condições muito parecidas. Da mesma forma, as condições acima descritas não se faziam presentes em todo território catarinense, gaúcho e paranaense, por

exemplo, na Campanha Gaúcha e planalto de Lages, onde as relações de produção dominantes não permitiram uma acumulação de base diversificada.

A gênese do processo de industrialização de Santa Catarina, conforme Mamigonian (2005) é fruto da riqueza artesanal das áreas de colonização alemã, englobando o nordeste do estado, os vales dos rios Itajaí-Mirim, constituindo um fundamento importante do processo que ocorreu durante a fase recessiva do 2º ciclo longo (1873-1896). A forma de organização da sociedade nessas áreas tais como pequenos agricultores independentes (compravam tecidos e ferramentas de trabalho), artesões e operários (têxteis), pequenos comerciantes oriundos da Europa que já praticavam uma significativa divisão do trabalho<sup>21</sup>.

Os imigrantes alemães instalaram-se em áreas ainda não ocupadas por brancos, imprimindo-lhes um ritmo de desenvolvimento que nasceu de dentro para fora, com uma produção comunitária (sistema colônia-venda), concentrada e um transporte mais facilitado e barato. Para tanto, a escolha do meio natural no início da colonização era determinante sobre o modo de organização da sociedade, através dos elementos físicos e biológicos locais (clima, hidrografia, relevo e solo), com os quais seria possível a dinamização do sistema, cuja importância regional assumida viria a cargo da definição das atividades humanas.

A implantação no sul do Brasil da pequena propriedade nas áreas de colonização foi responsável pelo surgimento de uma democracia rural em terras herdadas de antigas sesmarias, diferentemente do que aconteceu com a aristocracia, originada do latifúndio. Porém, nem todas as colônias baseadas no minifúndio tiveram a geografia e os recursos disponíveis como facilitadores da sua expansão, como foi o caso das colônias de São Pedro de Alcântara, Vargem Grande, Santa Isabel, e outras, próximas a Desterro que, imersas num contexto diferente, não se industrializaram, ou seja, não apresentaram o mesmo dinamismo de outras áreas coloniais catarinenses, como foi, por exemplo, o que correu nas colônias de Blumenau e Brusque.

Segundo Da Cruz (2008, p. 18) a “[...] perspectiva igualitária da pequena propriedade, na verdade se revela apenas uma condição inicial

---

<sup>21</sup> Na obra “Formação econômica de Santa Catarina”, Goularti Filho (2007, p. 127) coloca que a “[...] origem do liberalismo e do individualismo dos industriais de Blumenau deve ser entendida a partir da formação protestante, dos imigrantes alemães, que vêm a riqueza proveniente do trabalho, acreditam na ética do trabalho, onde defendem que ‘cada um deve ganhar o pão com o suor de seu rosto’”.

de acesso à terra pelos imigrantes alemães [...]”, tendo em vista “[...] as diferenças sociais decorrentes tanto das regiões de onde provinham os imigrantes num período histórico em que a Alemanha estava em processo de unificação pela via prussiana<sup>22</sup> como também do desenvolvimento tardio do capitalismo naquele país [...]”. De 1865 em diante, quando cessa a chegada de imigrantes alemães à região de Desterro e prossegue a dos que se destinaram às colônias de Dona Francisca (Joinville), Blumenau e Itajaí-Brusque, predominam as características capitalistas, já que estes últimos puderam acompanhar os processos de industrialização na Europa e, sobretudo, na Alemanha.

Podemos observar que o sistema colônia-venda implantado pelos colonos alemães<sup>23</sup> sustentou uma pequena produção mercantil baseada na produtividade e distribuição de mercadorias, onde, assim como a idéia de combinações de Cholley (1964a), foram mais bem sucedidas as colônias instaladas em áreas às margens de rios navegáveis que possuíam ligação litorânea, povoando a mata derrubada das terras interioranas e desocupadas por brancos, que apresentavam maior fertilidade para o plantio. Por outro lado, o contexto das áreas de colonização alemã próximas a Desterro é totalmente divergente pela combinação dos elementos naturais, humanos e biológicos que se efetivaram.

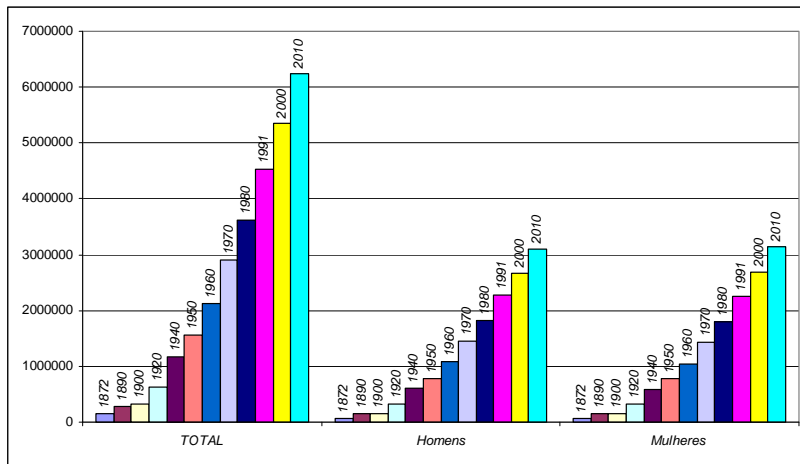
Paul Singer (1977) em sua obra “Desenvolvimento econômico e evolução urbana” a partir de estudo específico sobre o desenvolvimento da indústria em Blumenau explica-se por dois processos inter-relacionados, porém distintos para efeito de análise: a) a inserção crescente da economia blumenauense no mercado nacional, ou seja, numa divisão de trabalho inter-regional, que tem todo o território do país por palco e cujo centro dinâmico se encontra no eixo Rio – São Paulo; b)

---

<sup>22</sup> Para Lênin (1978), o capitalismo pode se desenvolver tanto pela via prussiana quanto pela via americana. Quando se desenvolve pela via prussiana corresponde ao exemplo didático do *junker* na Alemanha, o qual ascendia através da expropriação e do jugo dos camponeses. Para Silva (2007), a via prussiana está ligada à tendência das cidades assumirem o efeito de dominação sobre uma hiterlândia rural ligada aos domínios de um latifúndio agroexportador ou de mercado interno, fato este acontecido no caso brasileiro.

<sup>23</sup> Sobre o ingresso de imigrantes alemães em Santa Catarina, temos ainda no litoral-sul a colônia de Grão-Pará, fundada em 1882, considerada de ocupação mista ao receber colonos das etnias alemã, italiana, polonesa e letã, que, em 1887, totalizava 400 famílias (MATTOS, apud DA CRUZ, 2008). Estes colonos ocuparam uma ampla área, correspondendo aos atuais municípios de Orleans, Grão-Pará, São Ludgero, Rio Fortuna, Braço do Norte e Lauro Müller.

a divisão de trabalho entre cidade e campo, que se dá em Blumenau, ensejando a formação de um mercado local para sua indústria.



**Gráfico 1: Evolução dos dados populacionais do estado de Santa Catarina, por sexo e total da população, a partir de 1872 até 2010.**

Fonte: Recenseamentos Gerais do Brasil (1872, 1890, 1900, 1920), Censos demográficos do IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000) e Contagem da População (2007).

No primeiro processo, depende do fluxo de exportações de Blumenau para o Rio de Janeiro e São Paulo, isto é, para o grande mercado urbano do país. Com estas receitas vai ser possível determinar o volume de importações que Blumenau poderá dispor e que servirá para expandir seu próprio mercado interno e, no segundo processo, depende do número de pessoas integradas na economia de Blumenau que vai determinar a extensão do mercado, que constitui o limite da divisão de trabalho no âmbito local.

Singer (1977) coloca que, na realidade os dois processos se interrelacionam estreitamente, pois a indústria aproveita o mercado das pequenas unidades camponesas do Setor de Subsistência, como mercado gerado pelo poder de compra da receita das exportações e, na primeira oportunidade, procura participar do mercado nacional, exportando para o Rio de Janeiro, São Paulo ou Porto Alegre. A indústria por sua vez, vai proporcionar um melhor mercado para os produtos de subsistência do campo.

Esta visão de interrelação entre os dois processos apresentados por Singer é contestado por Antônio Barros de Castro, na obra **Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira**, de 1969. Castro consegue demonstrar que a agricultura vinha cumprindo satisfatoriamente suas

funções clássicas de fornecer um excedente de alimentos e matérias-primas, assim como de transferir capital para a indústria, de liberar mão de obra, de criar divisas para a importação de insumos e bens de capital e tudo o mais que se podia esperar do setor agrário. Portanto, a parcela da população que permanecia miserável, improdutivo e submetida à condição de subsistência não impedia a acumulação industrial, crescendo e diversificando-se na medida do nosso desenvolvimento.

A organização espacial decorrente abarca, desde Joinville e Blumenau, dois polos que concentram grandes estabelecimentos, até as pequenas unidades industriais isoladas na área rural de municípios menores, que se beneficiaram da exploração da mão de obra colono-operária, consolidando-se nessa região os ramos industriais do departamento I (metalurgia, mecânica, elétrico-comunicações, material de transporte e plásticos) e do departamento de bens de consumo (têxtil, vestuário-artefatos têxteis, química e mobiliário, (MAMIGONIAN, 1986).

As empresas formadas nesse período estavam fortemente ligadas aos setores têxteis e alimentar, criadas por imigrantes com tradição no trabalho fabril e formação técnica obtida na Alemanha, aproveitaram-se das aberturas decorrentes da conjuntura de depressão do comércio internacional e de um mercado consumidor formado por agricultores locais. Estas aberturas, segundo Mamigonian (1986), referem-se a presença de uma pobreza cambial, que formou uma barreira protecionista natural, bem como o reforço à política fiscal de impostos de importações.

A peculiaridade sobre a origem dessas indústrias não as impediu de crescerem e em muitos setores, ultrapassaram sua relação de subordinação ao centro do capitalismo nacional tornando-se hegemônicas rivalizando com empresas sediadas em países centrais. Dentre os destaques, estão o Grupo Tuy, Hansen e Hering, Weg, etc...

A economia de Santa Catarina em sua fase colonial não estava ligada ao comércio exportador brasileiro. Por isso não elaborava produtos alimentícios que atendessem às necessidades envolvidas na produção para exportação. Assim sendo, a economia catarinense estava isolada, voltada à produção para dentro do seu próprio território, fadada a uma produção com destino à subsistência, não tendo ligação direta com o mercado externo.

Seu papel era dirigido no sentido de atender as necessidades da colônia não como produtor, mas como área de segurança, desenvolvendo, assim uma função política importante de defesa, e uma função econômica secundária. O interesse pela região platina

fez que a metrópole transformasse o litoral catarinense em ponto estratégico-militar, através da construção de fortes. (BOSSLE, 1988, p. 20).

Assim sendo, contando com uma economia de subsistência, Santa Catarina possuía uma relação de trabalho distinto das outras regiões, com um sistema de produção alicerçado na pequena propriedade e com objetivo de atender o consumo próprio. Tal situação foi alterada após 1850, quando ocorreu a nova imigração estrangeira que acabou provocando mudanças no espaço geográfico local. As alterações tornaram-se visíveis quando principalmente alemães e italianos se estabeleceram no Estado.

Esses grupos conseguiram avolumar os mercados locais, aumentando a mão de obra disponível e conseqüentemente, acentuou a capacidade de transformação do espaço e da economia através da aplicação e do desenvolvimento de conhecimentos empresariais oriundos da Europa, além de reorganizarem a economia de Santa Catarina. Este distinto sistema de produção e comercialização permitiu a instalação de indústrias que se desenvolveram de forma lenta e segura, alcançando mercados no sul e chegando ao Rio de Janeiro e São Paulo ainda antes da Primeira Guerra Mundial.

De forma resumida a produção de alimentos em Santa Catarina estava ligada às atividades agrícolas tradicionais desenvolvidas pelos açorianos num primeiro momento; com a vinda de uma segunda leva de imigrantes nos meados do século XIX produzindo banha, derivados do leite e salame e, finalmente, com a vinda de mais uma leva de imigrantes pós 1875, aumentou consideravelmente a diversidade e oferta de alimentos, como derivados do suíno e do leite, o fabrico do vinho e também da farinha de mandioca<sup>24</sup>. Com essa diversificação e aumento na produção, o sul do Estado exportava essas mercadorias para praças

---

<sup>24</sup>Além da farinha de mandioca - produto obtido pela ligeira torração da raladura das raízes de mandioca previamente descascada, lavada, e isentas do radical cianeto. O produto submetido à nova torração e denominado "farinha de mandioca torrada", existiu também a farinha de raspa de mandioca - produto obtido da mandioca descascada, fragmentada, dessecada (raspa), e em seguida moída e peneirada. Esta farinha era misturada com a farinha de trigo na época, resultando na farinha de trigo mista. Segundo apurado na pesquisa de campo, a proibição na mistura desta com a farinha de trigo pelo governo federal nos anos de 1960, causou um grande prejuízo aos engenhos e produtores de mandioca na região, dado a grande quantidade que era produzida e comercializado pelas empresas da época, como os Fretta, de Pedras Grandes, via porto de Laguna.



comerciais como Rio de Janeiro via Jaguaruna e posteriormente Florianópolis.

A produção de alimentos no sul do Estado, conforme Goularti Filho (2007, p. 97), ficou por longas décadas neste nível, onde pequenos produtores que comercializavam com algumas praças estaduais e nacionais. Segundo ele, o desenvolvimento de um “[...] setor agrícola ativo que desse condições para que se transformasse numa indústria alimentar dinâmica foi abortado pelas atividades carboníferas que submeteram e comprometeram várias propriedades rurais com a lavra do carvão.” O emprego nas minas de carvão era o destino de muitos agricultores bem como a abertura de minas próprias. Esta visão não é compartilhada pelo autor desta tese, uma vez que podemos relacionar inúmeras empresas que se desenvolveram na região e que integram o grupo das agroindústrias com forte inserção na economia do setor em Santa Catarina.

As regiões que concentraram maior número de imigrantes foram o Vale do Itajaí e o Nordeste do Estado. Costumeiramente, os imigrantes alemães agrupavam-se em núcleos às margens dos rios Itajaí e Cachoeira, formando nesses locais os principais centros industriais, como Blumenau e Joinville. Os italianos, por sua vez, estabeleceram-se na Bacia do Rio Itajaí e se espalharam às margens do Rio Tijucas (no sul - catarinense também se formaram povoados de imigrantes das duas etnias, porém não tão significativos como nas regiões acima citadas).

O centro do sistema mundial mais uma vez em crise com o envolvimento na Primeira Guerra Mundial, acontece um novo impulso decorrente de uma nova fase de substituição de importações. As empresas catarinenses puderam alcançar mercados ainda mais amplos e distantes, beneficiando-se da falta de concorrência estrangeira. Especialmente em Santa Catarina, as indústrias alimentares e têxteis atingiram uma nova fase de expansão, assim como outros setores industriais foram favorecidos. A indústria do setor metal-mecânico é um exemplo; ela passou a fornecer equipamentos industriais e de manutenção para empresas já existentes.

Santa Catarina, em meados da década de 40, já ocupava lugar de destaque na economia nacional, com um parque industrial bem equipado. Devido à retração da importação, constatou-se que no período de 1940, o carvão mineral foi o produto que se destacou muito. Segundo Bossle (1988) a partir de 1945 surgiram novos seguimentos industriais, tais como os de bens de consumo duráveis, envolvendo plásticos e minerais não-metálicos. Nesse mesmo período ocorreu o assentamento das bases para o desenvolvimento industrial.

Além dos fatores acima relacionados, para Bossle (1988), contribuíram ainda para esta fase de expansão industrial, sobretudo os investimentos para ampliação dos meios de transporte, inseridos em uma política nacional de criação de infra-estrutura. Especificamente em Santa Catarina, tais esforços materializaram-se na instalação de trechos ferroviários ligando as fontes produtoras aos portos da costa. Conforme o Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (1980, p. 69):

A Estrada de Ferro Dona Thereza Christina teve sua construção iniciada em 1880, sob a administração de empresa britânica. Sua função seria, sobretudo a exploração de carvão da Zona Sul [...]. Quanto à Rede Viação Paraná-Santa Catarina, o ramal de São Francisco se iniciou em Zona do Litoral de São Francisco e do Planalto Norte. A Estrada de Ferro de Santa Catarina, construída entre 1905 e 1909, paralela ao rio Itajaí-Açu, ligaria Blumenau ao Porto de Itajaí.

A dificuldade de importar o carvão inglês durante o conflito mundial obrigou aos armadores cariocas à obter novas fontes de carvão para abastecer os navios a vapor. É nesse momento que surgem condições para a exploração do carvão no sul de Santa Catarina através do aproveitamento de um conjunto de benefícios oferecidos pelo governo brasileiro como: concessão de empréstimos pela carteira de descontos do Banco do Brasil para empresas que apresentassem produção superior a 150 ton/dia, isenção de taxas e impostos sobre máquinas e materiais importados e redução do preço dos fretes e transportes, (BOSSLE, 1988).

A região sul de Santa Catarina de colonização predominantemente italiana teve também na presença da pequena propriedade produtora de excedentes agrícolas, associada aos depósitos carboníferos, ao ser explorado sua gênese para o processo industrial. O impulso definitivo para exploração destes depósitos de carvão mineral veio através de investimentos e subsídios estatais, formando o que os economistas chamam de economia de aglomeração. Os destaques dessa economia são segundo Mamigonian (2011), Criciúma (quarto centro industrial catarinense), Tubarão (localiza-se a maior termoelétrica brasileira movida a carvão-vapor), Urussunga (cerâmica e extração e beneficiamento e atividade ceramista) e Imbituba (porto carbonífero, onde operava a Indústria Carbonífera Catarinense - ICC).

Os investimentos iniciais foram realizados por uma empresa britânica para a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina em

1880 com sua inauguração em 1884. Com este investimento ligavam-se as áreas onde se explorava o carvão (Lauro Müller) aos portos de Laguna e Imbituba com extensão de 117,6 Km. Segundo Goularti Filho (2007, p. 75),

Em 1903, o governo encampa a ferrovia e três anos mais tarde repassa a concessão à EFSPRG, que a repassa, em 1918, para a CBCA, que fica com o direito de exploração até 1940, quando a União assume todo o patrimônio. Em 1919, chega o ramal a Criciúma; em 1925, a Urussanga; e em 1927, a Araranguá, num total de 239,5 Km.

Em 1920, existiam em Santa Catarina alguns elementos de um complexo carbonífero como minas, ferrovia e porto, apesar do último ainda não estar definido, restando uma disputa entre os portos de Imbituba e Laguna. Após a Primeira Guerra Mundial, a produção de carvão no Estado continuava em ascensão com participação agora de grandes empresários de outros setores produtivos, como Herinque Lage. Com a ascensão de Vargas ao poder, houve maior valorização do carvão nacional, sobretudo o de Santa Catarina, o que é notável com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), prevista para consumir carvão nacional.

Acompanhando a sucessão dos fatos, a segunda guerra mundial foi outro evento que marcou profundamente a região carbonífera segundo Mamigonian (2011), pelos seguintes fatos: aumento expressivo da produção de carvão, visando substituir o importado; o aparecimento ou crescimento dos empreiteiros locais, ocupando o espaço dos seus similares externos à região; e, a implantação da Companhia Próspera, filial da Companhia Siderúrgica Nacional, visando produzir e coordenar a produção de carvão-metalúrgico, necessário ao atendimento da siderurgia nacional.

Imbituba<sup>25</sup>, município situado fora do que se convencionou chamar de região carbonífera, se beneficiou por conta da transformação do rejeito em ácido sulfúrico e fosfórico, utilizado pela indústria de fertilizantes (Petrofertil, do Grupo Petrobrás), assim como pela instalação do porto para escoamento da produção mineral. A atuação do Estado como incentivador da indústria carbonífera no sul e sua vinculação direta com o desenvolvimento industrial do País, será melhor analisada em outra parte do presente estudo.

Seguindo a linha de raciocínio de Mamigonian (1986, p. 105) sobre processo de industrialização em Santa Catarina a região oeste, ocupada a partir da década de 20 por colonos gaúchos, assentados em pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, tinha sua economia orientada para a produção de suínos e milho com o objetivo de obter excedentes em carne e banha para a comercialização com frigoríficos gaúchos e paulistas. O oeste agro-industrial, os colonos foram, a partir da década de 1960, aos poucos aprisionados ao sistema de integração com grandes empresas que dominam o mercado nacional: Sadia-Transbrasil, Perdigão Agro-Industrial e Seara, “[...] produtores de porcos/salamarias, aves da matriz ao produto final, soja/óleo, maçã, etc.”

Dessa forma, observa-se a formação de uma divisão territorial do trabalho, produto da diversificação e das condições específicas de acumulação da economia catarinense. No conjunto da economia brasileira observa-se que Santa Catarina compõe o centro dinâmico da economia brasileira. É importante destacar que a relação São Paulo-Região Sul se diferencia das demais do País, em especial ao que se

---

<sup>25</sup> Segundo Moraes (2003), em 1966, sob o comando dos militares, o governo federal reestruturou os planos de expansão do parque siderúrgico brasileiro, tendo por objetivo o aumento da capacidade das usinas existentes e excluindo, em 1967, os planos daquelas cuja construção ainda não havia sido iniciada. A Siderúrgica de Santa Catarina S.A. (SIDESC) foi uma delas e o objetivo para esta era produzir aços perfilados médios ou leves para atender ao mercado da Região Sul e proporcionar assim um melhor aproveitamento do carvão coqueificável existente. Em meio à expansão do complexo agroindustrial e à crise do enxofre, os planos da SIDESC foram modificados para que ela produzisse enxofre ou ácido sulfúrico a partir da pirita carbonosa. Isso resultou na mudança da sua razão social, em 1969, para Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC). Decidiu-se, nessa época, que sua produção seria de ácido sulfúrico e ácido fosfórico, insumos da indústria de fertilizantes. Em 1971, o governo estadual ressuscitou a idéia de construir uma siderúrgica na região carbonífera e lançou o projeto da Siderúrgica Sul Catarinense S. A. (SIDERSUL), porém o projeto também não foi adiante.

refere ao setor industrial, pois muitas empresas sulistas não só dominam o mercado brasileiro nos seus respectivos setores, como exportam para o mercado americano, europeu e asiático, bem como desenvolvem/adquirem tecnologia em convênio com centros estrangeiros e nacionais de pesquisa científica, o que demonstra seu considerável grau de autonomia, (BELTRÃO, 2001).

Com relação às décadas seguintes, de 1960 a 1970, ocorreu forte expansão industrial, com novas escalas produtivas e absorção de avanços tecnológicos, aliado ao fortalecimento dos grupos empresariais catarinenses.

Em 1980 Santa Catarina permanece como um importante produtor agrícola no Brasil, apesar da sua tradicional policultura estar sendo destruída, mas sua economia assumiu um caráter nitidamente industrial. De 7º estado industrial em 1940, abaixo do nível de industrialização brasileira, Santa Catarina alcançou a posição de 6º produtor nacional em 1980, ultrapassando nitidamente o nível de industrialização existente no Brasil, o que nos permite dizer que proporcionalmente Santa Catarina é mais industrializado que o Brasil. (MAMIGONIAN, 2005, p. 02).

Para Mamigonian (2005, p. 3) “[...] os anos 80 foram recessivos no Brasil mais do que em Santa Catarina, o aprofundamento da crise econômica nos anos 90 atingiu profundamente a economia catarinense, nos anos 90-92 inicialmente e após 1995 com a abertura comercial, que significou basicamente dificuldades nas exportações e invasão do mercado brasileiro pelas importações predatórias [...]” Os reflexos desse período recessivo foram sentidos em todos os setores, sobretudo no têxtil e carbonífero. Terminaram os contratos de fornecimento de carvão.

Atualmente, com a diversificação da economia, a indústria catarinense está presente em toda a extensão territorial do Estado, sendo que cada região desenvolve uma especialização, onde é possível compreender as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, formando as totalidades multidimensionais, apresentadas por Marx, Rangel e Mamigonian, que é a de “combinações geográficas e Formação Sócio-Espacial”.

O que se pretende aqui é entender a formação da economia catarinense ao longo do seu tempo a partir das múltiplas determinações

com suas dinâmicas interna e externa, dentro do movimento geral da industrialização brasileira, articulado regionalmente dentro do capitalismo brasileiro, capitalismo este, tardio. Para tanto, dentro deste movimento geral é necessário levar em consideração as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais de cada região.

## 4 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE TUBARÃO E REGIÃO

### 4.1 COMPOSIÇÕES DAS FORÇAS POLÍTICAS

A partir do esboço apresentado sobre o processo de ocupação, formação e acumulação do capital no espaço catarinense, podemos entender as características e sua lógica especificamente na área objeto deste estudo, seja no seu polo principal, como em cidades de pequeno porte, localizadas no entorno desse polo. É fundamental destacar aqui que esse polo objetiva e, concretamente, foi se alterando de acordo com o período histórico e a dinâmica da economia regional, nacional e mundial. A acumulação propiciada pela pequena produção mercantil (colônias de povoamento açoriano-madeirense, alemãs e italianas), a descoberta e a extração do carvão, tudo isso representou um fator fundamental para a inserção da Região Carbonífera no âmbito da economia nacional.

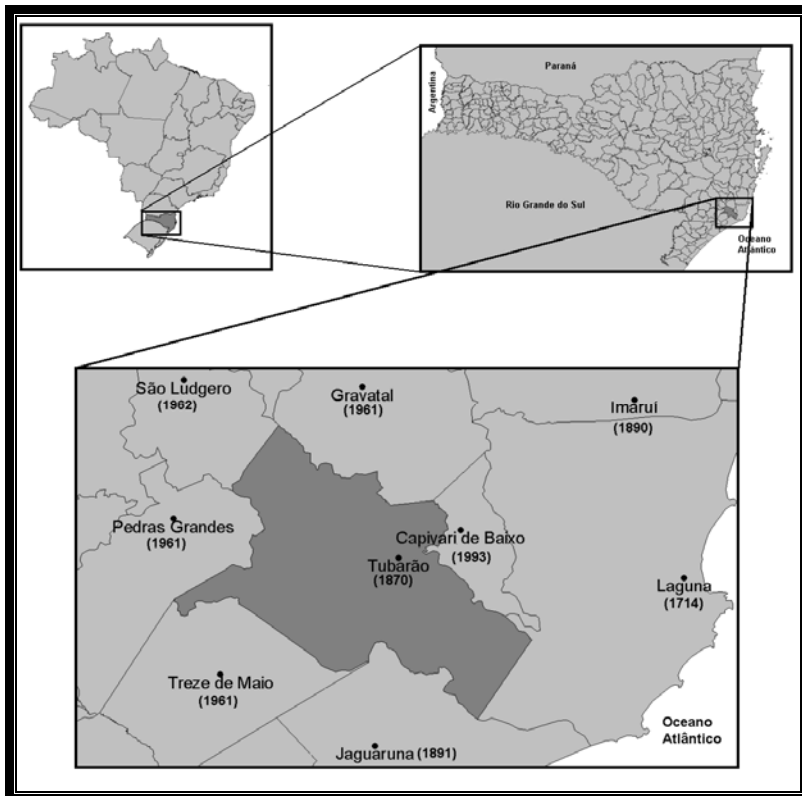
Tubarão<sup>26</sup>, localizado na depressão periférica do planalto meridional, de recente formação geológica, caracteriza-se pela extensão de suas planícies, destacando-se os campos da Madre, Pirituba, Revoredo e Congonhas, com altitudes inferiores a média. A geologia do município é formada por granitóides calcialcalinas tardi-tectônicas, do proterozóico superior, pertencente ao Granitóide Pedras Grandes, que apresentam granulometria grosseira, em geral homogêneas, isotrópicas e foliadas, com faciologias mais quartzosas ou felsdspáticas destacadas por porções intensamente catacladas, onde é comum a presença de veios de rochas de granulação mais fina como microgranitos de coloração rosada, (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 1983).

Rochas graníticas sob intenso intemperismo físico-químico resultaram em relevo ondulado, colinoso com solo relativamente profundo. O relevo plano das terras baixas é formado pela planície de inundação do Rio Tubarão, constituída por sedimentos quaternários argilosos com alto teor de matéria orgânica, resultantes da combinação

---

<sup>26</sup> Situa-se a 28° 28' 49'' de latitude sul e a 49° 16' 18'' de longitude W. Gr., estando sua sede municipal a 9 metros de altitude. Limita-se ao Norte com município de Gravatal e Capivari de Baixo, ao Sul com os municípios de Jaguaruna e Trese de Maio, a leste com o município de Laguna e a Oeste com os municípios de São Ludgero e Pedras Grandes. Dista 140 km, via rodovia BR 101, da Capital do Estado.

de processos relacionados às dinâmicas fluvial e litorânea. Foi área alvo de transgressões e regressões marinhas ocorridas neste período.



**Figura 2:** Localização do município de Tubarão-SC e de municípios do entorno com suas respectivas datas de emancipação.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Adaptação: Edilson W. Pedroso Jr.

O povoamento de Tubarão iniciou na última etapa da Era Brasil Colônia, sob o regime monárquico, despontando logo após a Independência que instaurou o Império. Nascia com duas freguesias: a da Nossa Senhora da Piedade de Tubarão e a de Nossa Senhora Mãe dos



Homens de Araranguá. A sustentação política do Império<sup>27</sup> baseava-se nos grandes proprietários de terras e comerciantes que se constituíram na classe dominante, organizando-se no II Reinado (1840-1889) em dois partidos: o Conservador e o Liberal, que representavam duas facções dentro das referidas classes dirigentes.

Conforme estudos do historiador Vettoretti (2011), o curso da história na política tubaronense, a partir da emancipação do município, em 1870, seguiu a regra partidária da Corte do Rio de Janeiro. Os partidos, Liberal e Conservador, alinhados no período da regência, ambos considerados pelas teorias hegemônicas eram erroneamente considerados “farinha do mesmo saco”, que se alternavam no poder, sob a batuta do poder moderador do imperador, estendiam seus braços em todas as províncias e, destas, aos municípios. O Conservador representava os interesses agrários e, sendo a economia brasileira baseada na exportação de matéria-prima de origem agrícola, escorada na força do trabalho escravo, dominava por mais tempo o gabinete dos ministérios, uma vez que exercia o comando político do pacto de poder de 1847. Os liberais eram reacionários e defendiam a tese de que o mercado livre deve ser o referencial para a tomada de decisões políticas.

Especificamente em Tubarão, o Partido Conservador sempre levou vantagem. A micro-oligarquia Collaço, do Partido Conservador, mantinha-se no comando do município mesmo nos períodos em que o gabinete dos ministros estava sob o controle dos Liberais. Já, a partir da primeira eleição<sup>28</sup> local, com a vitória do o Coronel Luiz Martins

---

<sup>27</sup> Não temos como objetivo aqui detalhar os desdobramentos completos sobre a formação dos pactos de poder estabelecidos no Brasil na época bem como os posteriores, o que já foi apresentado no capítulo três do presente estudo, inclusive com ilustrações. Porém, não é prudente efetuar qualquer análise e interpretação do ocorrido sem associarmos, por exemplo, aos ciclos longos (Kondratieff) e ao clássico de Ignácio Rangel “História da dualidade brasileira”. Para mais informações sobre, consulte ainda, as inúmeras obras de Mamigonian já citadas anteriormente, bem como, Bastos (1997), Beltrão (2001) e Goulart Filho (2007). Estas estruturas de poder acabaram se formando em Santa Catarina e Tubarão, guardando as devidas proporções de escala e tempo, com suas manifestações concretas e desdobramentos sobre a formação socioespacial catarinense.

<sup>28</sup> Tinha direito a voto nas eleições primárias, os maiores de 25 anos, sexo masculino, cabeça de família, com renda mínima líquida anual de 10 mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego, também qualificado. A renda aumentava de acordo com o grau da eleição.

Collaço<sup>29</sup>, do Partido Conservador, que derrotou João da Silva Medeiros, do Partido Liberal. O primeiro liderava o Conservador, dirigindo indiretamente a administração municipal e os cargos de outras esferas administrativas, mantendo seus sucessores até o fim de 1922.

Pela oposição, o coronel Medeiros não conseguiu formar um grupo forte e coeso em condição de destronar o adversário, mantendo com este relações amistosas sem conflito de classe e nem ideologias, nem invasão direta nos interesses econômicos que interferissem no relacionamento entre membros do mesmo estrato social. O resultado das urnas não provocou nenhum abalo entre os dois chefes, pois cultivavam boas relações, mas, principalmente, entendiam do jogo político. Com a extinção da monarquia, ambos se transferiram imediatamente para o Partido Republicano, continuando a comandar o município.

O maior expoente da oligarquia paroquial a que nos referimos, no entanto, foi o coronel João Cabral de Mello (mecanismo político em voga em todo território nacional nos tempos da República Velha), genro do patriarca Luiz Martins Collaço, que governou o município durante 23 anos, falecendo no poder, em 1910. Assumiu o comando político e a administração municipal seu cunhado João Luiz Collaço, que permaneceu até 1922. A partir de 1904, a oposição era liderada por Acácio Moreira e pelo capitão Bernardino Pinto Sampaio.

A agilidade e experiência dos majorais da oligarquia collacista antecipava às reformas políticas. Por isso, no momento que se proclamou a República, agiram rápido. Sob o comando do coronel Cabral, todos se inscreveram no Partido Republicano, cuja cúpula sediava-se na capital, assumindo a liderança sem deixar espaço aos antigos liberais, numa manobra para sobreviver politicamente e continuar a usufruir as benesses do poder.

A Constituição Federal de 1891 estabeleceu mudanças nas regras eleitorais do país, concedeu direito de voto aos maiores de 21 anos, de sexo masculino, extinguindo-se a renda e outras exigências, porém o voto não era secreto o que permitia um controle sobre o eleitorado. O partido Republicano era o único partido, iniciou um debate interno entre as várias facções, atingindo o ápice de seu poderio por meio das oligarquias regionais.

---

<sup>29</sup>Exercia a função de juiz municipal, coronel da Guarda Nacional, era comendador do império e procurador das Altezas Imperiais, a Princesa Isabel e o Conde D'EU. Formou um forte esquema político que dirigiu os destinos de Tubarão durante aproximadamente 50 anos.

Os desdobramentos no Estado de Santa Catarina e em Tubarão<sup>30</sup> se operaram novamente obedecendo aos comandos de uma força política que não estava isolada, enquadrava-se nas manobras e acordos de um comando superior que lhe dava respaldo. As eleições eram controladas pela oligarquia representada pela cúpula do Partido Republicano Catarinense (PRC) e liderada por Hercílio Luz e Lauro Muller, que se tornaram posteriormente governadores do Estado. Esta cúpula escolhia os que deveriam ser eleitos em todas as esferas do governo, utilizavam artifícios pouco convencionais para garantir a eleição dos seus e impediam ou anulavam os votos dos adversários<sup>31</sup>.

Um exemplo clássico de seleção e rejeição e também de resistência aconteceu em 1898, com os italianos naturalizados, residentes em Urussanga, ainda distrito de Tubarão. Inscreveram-se 130 pretendentes para adquirir o título e somente 18 foram qualificados. Os rejeitados se reuniram e conseguiram se inscrever no município de Araranguá, orientados pelo pároco de larga visão e prestígio, que incentivou seus compatriotas a conseguir força e representação política, apresentando um grande número de eleitores politizados (VETTORETTI, 1992).

Ao que tudo indica, quem também não estava satisfeito com essa forma de arranjos na política local, foi o empresário Henrique Lage e a plêiade de técnicos e auxiliares, envolvidos com as atividades da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA), com sede no Rio de Janeiro. O Superintendente na época, João Luiz Collaço juntamente com o apoio do seu clã partidário, firma contrato e consegue atrair a CBCA para instalação de uma usina com a infra-estrutura necessária para Tubarão. Para Zumblick (197-?, p. 222), “Desataria ele, à custa de arrojo digno de menção, o nó górdio que travava o nosso progresso [...]”, pensando a cidade a viver um grande instante, uma nova fisionomia, diferente e moderna.

O Superintendente, velho e já adoecido estava em fim de mandato e conforme Zumblick (197-? p. 227), um ato de justiça aquele fosse dado o “[...] prazer de virar a chave mágica que iria encher de luz

---

<sup>30</sup> Com a Constituição Estadual de 1892, cria-se o cargo eletivo de Superintendente, o chefe do poder executivo nos moldes da atualidade ficando com o Coronel João Cabral de Mello, genro do Coronel Collaço.

<sup>31</sup> O expediente mais usado era o “Bico de Pena”, assim conhecido por haver um “escriba” que assinalava o livro de presença no lugar do ausente ou eleitor suspenso a quem lhe comunicava o dia errado da eleição (VETTORETTI, 1992).

as lâmpadas espalhadas pela cidade e, de alegria justificada, o povo tubaronense. Era um direito de honra, conquistado pelo vulto inegável da obra já terminada.”

Obra concluída, aparelhos e capacidade testados e demais componentes técnicos envolvidos e, algo de misterioso e de velado parecia emperrar os derradeiros aprontos, segundo Zumblick. Dessa forma, a CBCA<sup>32</sup>, adia mais uma vez a inauguração, o que acontece somente no dia 1º de janeiro de 1923, posse do Dr. Otto Feuerchütte a frente da Superintendência, o que caracterizava para o autor uma clara intenção de agir numa segunda intenção, de modo premeditado, desprestigiando o velho coronel na cidade diante dos seus conterrâneos.

Do ponto de vista da dinâmica da economia capitalista mundial, a década de 30 do século XX caracteriza-se por taxas de crescimento industrial muito baixa, forte declínio dos balanços comerciais das principais nações do mundo, logo um movimento de altacização (para si mesma), ganhou força o projeto nacional desenvolvimentista que começou a ser implementado no Brasil. O evento que marca esta ruptura externa é a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, período que marca a transição entre, as fases recessiva (b) e a expansiva (a) do 2º e 3º Kondratieff e, internamente, a transição da 2ª dualidade para a 3ª dualidade (RANGEL, 1981). Em Santa Catarina, por extensão, estabelece-se um novo pacto de poder com tendências nitidamente nacionalistas a partir da substituição das importações com reflexos negativos para o comércio de cabotagem em relação ao rodoviário (BASTOS, 1997).

Segundo Goularti Filho (2007), após mais uma cisão na política catarinense, em 1935, formaram-se duas facções políticas diferentes, capitaneadas pelas oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen. A origem econômica de ambas era diferente; enquanto a primeira tinha origem pecuarista e latifundiária (Lages), a segunda tinha origem e apoio dos comerciantes e industriais do Vale do Itajaí e de Joinville. Do ponto de vista econômico, os Konder-Bornhausen representavam o “progresso”, apesar da tendência liberal, e os Ramos, o “atraso”, o contrário da industrialização (os liberais).

O desdobramento político em função dessa nova conjuntura estadual em Tubarão apresentou poucas mudanças ao longo das décadas seguintes. O poder ficou concentrado, neste período, nas mãos do

---

<sup>32</sup> A Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA) é responsável pela distribuição da energia até 1967, quando é substituída pela Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC).

grupo<sup>33</sup> que era formado, pelos donos de terras, comerciantes, que ocupavam cargos públicos (partidários de Nereu Ramos). Apenas em 1950, contrariando o esquema montado na cúpula nacional, a elite política aliou-se à União Democrática Nacional (UDN) e decidiu a eleição a favor de Arnaldo Bittencourt, que teve fraco desempenho apesar do apoio do governador da época, Irineu Bornhausen ser do mesmo partido. Para Goularti Filho (2007), em Tubarão, o Partido Social Democrático (PSD) era formado por grandes e médios proprietários rurais, dirigentes de estatais e prefeitos nomeados, já a UDN iniciou com o fraco respaldo superior, além de não ter uma organização partidária eficiente.

Sob o comando dos militares, foi instituído o modelo do bipartidarismo<sup>34</sup> – Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – que perderam sua força, tendo em vista as mudanças na política nacional, sob o comando destes elementos. Entretanto, sua liquidação ocorreu quando o prefeito da época, Paulo Osni May, criou a Fundação Municipal para o Desenvolvimento Comunitário (FUNDESCO). Esta Fundação organizou as comunidades em Conselhos Comunitários, que passaram a fazer reivindicações através destes órgãos. Apesar de ter um cunho assistencialista e paternalista, as comunidades se organizaram, passaram a ter consciência de sua força, mas seu criador não conseguiu fazer uso

---

<sup>33</sup> A partir do decênio de 1950, a estrutura política que se enfeixava dentro de um pequeno grupo no modelo de caciquismo no interior do Partido Social Democrático (PSD), cuja linha mestra havia iniciado desde a emancipação do município com o Partido Conservador até a liquidação do Império, transferiu-se para o Partido Republicano na República Velha, aderindo ao Liberal após a Revolução de 1930 e que resultou no PSD com todo acervo e experiência, sofrendo o primeiro abalo com a fundação do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a liderança de Olice Caldas (VETTORETTI, 1992).

<sup>34</sup> A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro criado com a intenção de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do Golpe Militar de 1964. Fundada no dia 4 de abril de 1966, a ARENA era um partido político predominantemente conservador. A criação da ARENA se deu em face do Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965, seguido do Ato Complementar n. 4 de 20 de novembro de 1965, que determinaram a extinção do pluripartidarismo e dos 13 partidos políticos então existentes no Brasil e a implantação do bipartidarismo no Brasil. O bipartidarismo gerou no Brasil, de 1966 a 1979, duas correntes políticas, a *situacionista* formada pela ARENA; e a *oposicionista* formada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA era chamada de "A situação" e o MDB de "A oposição".

político destes Conselhos para o aproveitamento em sua campanha para Deputado Estadual, em 1982, (VETTORETTI, 1992).

A partir do acima exposto, observamos que qualquer mudança na estrutura política do município sempre passava pelo crivo de “figuras” carimbadas do cenário local, que mantinham suas ligações e domínios sobre o conjunto da sociedade tubaronense. A forma de agir (*modus operandi*) da classe política pouco mudou desde o século XIX, privilegiando os interesses particulares e partidários, não atendendo as grandes aspirações da população de Tubarão e região.

Para o historiador Vettoretti (1992), as lideranças novas<sup>35</sup> eram “podadas” pelo grupo mais antigo, formado pelas mais “hábeis raposas políticas” do poder econômico, dos detentores dos postos-chave da administração, dos figurões<sup>36</sup>. Estes grupos apresentavam acirradas adversidades até dentro da mesma ala, quer seja da ex-UDN, como do ex-PSD. As consequências foram extremamente negativas e desenvolveram um hábito no eleitorado tubaronense pela preferência aos candidatos de outras cidades. As raízes deste, segundo o historiador, estão no sistema da cúpula política em torno de grupos fortes, com tendências diferenciadas, que mantiveram até a década de 1980, somado ao desencanto com os candidatos locais. Ainda é possível observar resquícios de grupos que exercem influências, devido à fraca atuação dos diretórios o que não parece ser uma exclusividade do cenário político tubaronense.

Com o intuito de oferecer uma análise mais concisa e fundamentada sobre as principais características da formação e inserção do sul catarinense, apresentamos a seguir uma subdivisão que foi efetuada dessa forma, por conta de estudos sistemáticos, realizados pelos órgãos oficiais (IBGE, RAIS) e, por conta de desmembramentos ocorridos, principalmente ao longo da década de 1960. Ao realizarmos

---

<sup>35</sup> Para o professor da Universidade do Sul de Santa Catarina Cláudio Damaceno Paz, não há novas lideranças em Tubarão. Todas têm vínculo com as do passado, direta ou indiretamente.

<sup>36</sup> Conforme Dalsasso (1969), não é raro notar-se que a indicação, na maioria dos casos, recai não sobre o bom administrador, mas sobre o elemento fiel ao grupo, ao qual deverá prestar continência durante todo o mandato, faltando-lhe dinamismo e ousadia para propor ações que venham a incrementar a economia local e regional. Aos que procuram desvincular-se, sujeitam-se a perder o apoio dos grupos destacados na comunidade, dificultando um futuro pleito. O mesmo acontece com os vencidos, não conseguindo perceber para além dos interesses destes, que aquele está interessado em mudar a forma de se relacionar com o que é da coletividade.

análises e estudos comparativos entre municípios, é importante manter as mesmas características físico-territoriais dos mesmos.

#### 4.2 DA OCUPAÇÃO AÇORIANA ATÉ A DÉCADA DE 1960

A partir do exposto sobre as articulações em torno da formação dos pactos regionais e locais para obter e permanecer no domínio político e, conseqüentemente, econômico, é notório que este não é algo original, mas sim uma manifestação da totalidade que se impõem regional e localmente. Para compreender como aconteceu a inserção do sul catarinense e, em especial, Tubarão no interior da formação social brasileira, é necessário compreender as determinações gerais do modo de produção predominante que já vem definido historicamente em conjunto com as múltiplas determinações e combinações geográficas detalhadas antes.

Dado o esquecimento a que foi relegada pela Coroa Portuguesa, em razão da pobreza do solo, a colônia de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, estabelecida pelo vicentista Brito Peixoto, em 1676, os habitantes da colônia, atraídos pela provável fertilidade do solo às margens do Rio Tubarão, sendo este uma via natural de acesso, internaram-se pela planície e radicaram-se ao longo do vale, em 1721, marcado desde o princípio como um entreposto comercial pela força do comércio e pela agricultura.

Para Bastos (1997), foi a partir da segunda metade do século XVIII que a coroa portuguesa promoveu o povoamento do litoral sul brasileiro, numa evidente estratégia econômico-político-militar, frente à expansão espanhola, a partir do Rio da Prata, pois as correntes vicentistas do século XVII chegaram apenas até São Francisco do Sul. A busca de novas áreas para os capitais comerciais portugueses, bem como para garantir o povoamento efetivo, levaram ao estabelecimento de colônias de povoamento no litoral catarinense.

Em função de seu distanciamento do centro dinâmico da economia nacional, onde se concentrava a maior parte da população e dos investimentos<sup>37</sup>, Tubarão ficou à margem dos grandes interesses do

---

<sup>37</sup> Observa-se em Tubarão ao longo dos últimos anos a transferência e até mesmo o fechamento de empresas de capital público e/ou privado, conferindo situação de estagnação à indústria, principalmente. Estudar as causas desse fato bem como descobrir por que essas combinações não garantiram continuidade ao setor é muito importante para sociedade catarinense e mesmo brasileira.

governo central. As sesmarias, salvo raras exceções, eram diminutos retalhos, se comparadas as do nordeste, além do mais, estas terras não eram propícias para se desenvolver agricultura integrada aos ciclos econômicos que atendessem à demanda do mercado externo (cana-de-açúcar, algodão, café, etc.).

Estudo realizado pela Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (1979, p. 24), aponta como causas para o atraso de Tubarão e região o tipo de colonizador (luso-açoriano); isolamento secular da região - condicionada por fatores geográficos foi condenada ao ilhamento e, não esteve, em nenhum momento, atrelada aos ciclos econômicos; economia de enclave - na inadequada exploração dos recursos naturais reside, também, grande parte da inibição às iniciativas empresariais, pois o tipo de economia implantado foi o enclave (colonialismo interno), reforçado pelos “[...] empreendimentos federais, responsáveis diretos pelo não surgimento da industrialização como processo e pela inibição das iniciativas empresariais privadas, mediante um hiperpaternalismo prevalecente por mais de 20 anos “[...], instalaram uma mentalidade de desenvolvimento que, na verdade, era apenas um pseudo-processo de crescimento.

Afora a pequena faixa costeira, onde havia rios navegáveis, as terras de difícil acesso, cobertas de florestas, foram doadas aos açorianos, compondo-se de pequenas faixas, as quais deram origem ao minifúndio. Nestas, guardando as devidas proporções, a produção era baseada no trabalho do arrendatário e dos escravos. Especificamente, em Tubarão, alguns abastados, residentes em Laguna, geralmente comerciantes, adquiriram as melhores áreas de terra usufruindo do trabalho dos arrendatários. As terras que estavam nas mãos do governo português no período da imigração foram transformadas em colônias, as quais possuíam lotes medindo em torno de trinta hectares, sendo que os mesmos foram postos à venda aos imigrantes ao final do século XIX, (VETTORETTI, 1992).

Laguna, de colonização inicialmente açoriana, tinha sua economia ligada a atividades agrícolas (farinha de mandioca, feijão, arroz, aguardente e melado), desenvolvida em pequenas propriedades com pouca diversidade, e eram destinadas ao abastecimento do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e até mesmo Montevidéu (MAMIGONIAN, 1966) e de pesca (baleia)<sup>38</sup>. Neste período, a cidade era o pólo comercial da região sul do estado de Santa Catarina, figurava através do seu porto

---

<sup>38</sup> Para Silva (1992), a pesca da baleia, foi o fato que realmente levou o capital português a se interessar pelo Brasil Meridional.



como o principal centro de trocas. Esta combinação, pequena produção e pesca, não permitiu que houvesse uma acumulação de capital que, posteriormente, pudesse gerar outras atividades econômicas no local e entorno.

A literatura histórica sobre Tubarão e região sul coloca que Tubarão, em especial, tem sua história ligada ao rio que lhe dá o nome. O curso principal e seus afluentes foram às artérias por onde circulavam os homens e as riquezas por eles produzidas. Oficialmente, a cidade tomou o nome do rio com o desenvolvimento do seu núcleo primitivo e sua base está no primeiro “porto” que fazia ligação da estrada entre Lages e Laguna por mais de um século, o único caminho de saída para o mar, isto é, para o Porto de Laguna, única forma de comunicação com outros centros consumidores do país. Por esta razão, Tubarão<sup>39</sup> intermediava os produtores rurais e o grande empório atacadista daquela cidade portuária, a qual, antes da construção da Estrada de Ferro, controlava todo o comércio do interior (VETTORETTI, 1992).

O comércio foi desde o primitivo porto de Poço Grande do Rio Tubarão e a estrada Lages-Laguna, a atividade básica do município juntava duas formas distintas de transporte, de obrigatórias descargas e recargas a lógica do entreposto comercial. Estas áreas de terras foram dominadas por alguns médios e pequenos proprietários de terras que gravitavam em torno dos abastados armadores negociantes de Laguna, com os quais comungavam as mesmas idéias e procedimentos mercantilistas. Conforme Vettoretti (1992) esses primeiros negociantes (homens vinculados ao tropeirismo) monopolizaram todo o intercâmbio comercial com os agricultores, geralmente arrendatários, comprando sua produção agrícola a preços baixos e suprindo suas necessidades a elevado custo, com o empório atacadista de Laguna.

A supremacia comercial de Laguna manteve-se por aproximadamente 2 séculos na região quando a partir da intensificação do comércio com a região serrana assumiu importância de primeira ordem para Tubarão. Como havia apenas uma estrada e o rio para a realização, os comerciantes de Tubarão ficaram numa posição cômoda, atrelando qualquer transação comercial com os comerciantes de Laguna, nos seguintes termos: nenhum agricultor comercializaria diretamente com esta cidade sem antes passar pelo intermediário dos mercadores de

---

<sup>39</sup> Com o advento da Estrada de Ferro, a navegação continuou normalmente para passageiros e mercadorias e, em 1890 decidiu-se construir um porto moderno o que levou 40 anos para sua conclusão.

Tubarão, que geralmente eram donos das terras (exploravam trabalho de arrendatário) e alguns possuíam barcos, (VETTORETTI, 1992).

Apesar das terras férteis, principalmente ao longo do Rio Tubarão, relatos apontam que o governo provincial enviou por diversas vezes alimentos e sementes à Tubarão para diversificar e aumentar sua produção. Entretanto, as informações sobre o êxito dessas iniciativas não existem ou são precárias o que em parte se explica, pois quem produzia era explorado de todas as formas pelo proprietário que não investia em equipamentos e outros incentivos.

A situação começa a se alterar a partir da vinda dos imigrantes no final do século XIX, quando acontecem algumas inovações na secular rotina com novas culturas. No entanto, as mudanças nas técnicas agrícolas não são repentinas, pois foram obrigados a se adaptar a certos padrões arcaicos de cultivo secular, contribuindo com sua força de trabalho e a inabalável vontade de produzir e de progredir, livrando-se, assim, do jugo da escassez. Este período marca uma significativa diversidade na oferta de produtos até então desconhecida no sul catarinense.

Até os anos de 1930, aproximadamente, as atividades tropeiras aconteciam entre Laguna e o planalto serrano, tendo Tubarão como um entreposto comercial, já que existiam portos fluviais nas margens do rio Tubarão. Os tropeiros desciam à serra a cavalo, trazendo mercadorias como o charque, queijo, marmelada e pinhão até a localidade de Poço Grande<sup>40</sup>, atualmente entre os bairros de Oficinas e Fábio Silva, que depois seguia pelo rio até o centro de Tubarão. As mercadorias provenientes de Laguna com destino a Lages seguiam o mesmo caminho no sentido contrário até Poço Grande, onde eram acomodadas no lombo dos cavalos para subir a serra. Para o historiador tubaronense Vettoretti, essa picada ou estrada aberta é a causa direta da origem de Tubarão.

---

<sup>40</sup> A denominação POÇO GRANDE DO RIO TUBARÃO tem fundamento histórico, remetendo ao início da navegação fluvial, em complemento à estrada Lages-Laguna. Se, oficialmente, foi assim chamado, pressupõe-se que aquele porto era o mais antigo e, assim, o mais citado, o mais conhecido, e por razões práticas, para coordenadas da navegação, deveria ser ponto de referência mais central e abrangente para onde se destinavam os barcos que saíam de Laguna. Até o Poço Grande atracavam canoas de convés ou “hiates” de 30 toneladas, daí para cima até a Guarda, somente canoas de Voga, ou seja, o transporte da produção acontecia por via fluvial na porção rio baixo e médio vale do Tubarão (VETTORETTI, 1992).

O Rio Tubarão, desde o início do povoamento, desde o momento histórico que completou o caminho de Lages a Laguna, foi por mais de um século, o único caminho de saída para o mar, isto é, para o Porto de Laguna; a única forma de comunicação com outros centros consumidores do país. Por esta razão, Tubarão intermediava os produtores rurais e o grande empório atacadista daquela cidade portuária, a qual, antes da construção da Estrada de Ferro, controlava todo o comércio do interior. (VETTORETTI, 1992, p. 65).

A fraca presença das atividades manufatureiras tornou o comércio de Tubarão substancialmente dependente de Laguna, cidade portuária com forte função importadora. Assim sendo, desestimulou o nascimento de iniciativas produtivas, que em períodos posteriores enfraqueceu o comércio Lagunense, (VETTORETTI, 1992).

Com a descoberta das jazidas de carvão mineral pelos tropeiros na localidade de Minas (hoje município de Lauro Müller), que seduziram o Visconde de Barbacena e, sua posterior exploração, esperava-se por uma nova fase, gradual, porém constante, no desenvolvimento regional, com destaque para Tubarão, a partir de uma diversificação da sua matriz econômica. Apesar do carvão, a industrialização não decolou em Tubarão registrando-se no começo do século, havia apenas 11 indústrias de banha e produtos suínos na cidade (quase todas de pequeno porte) quatro fábricas de cerveja, três de cigarros, duas de vinagre, uma de charutos, outra de vinho de laranja e mais uma de goma. No mais, engenhos de farinha de mandioca e de açúcar e alambiques. A isso se resumia a indústria tubaronense em 1908, (MARKUN; HAMILTON, 2001).

A agricultura ficou por muito tempo sem inovar em suas culturas e técnicas, o que praticamente se repetiu no incipiente setor de transformação. Com a chegada dos imigrantes<sup>41</sup>, afloram algumas experiências a partir da criação de suínos e seu aproveitamento. Fábricas

---

<sup>41</sup> Através da literatura disponível podemos observar que o elevado número de engenhos de farinha e de açúcar demonstra a seqüência histórica da produção agrícola e sua transformação. Os engenhos de farinha foram gradativamente sendo aperfeiçoados pelos imigrantes italianos e alemães. A partir do aproveitamento das quedas de água para movimentar as então famosas rodas d'água, introduziram técnicas que aumentaram a produção diária em acentuado percentual.

de banha surgem em Pedras Grandes, então distrito de Tubarão, assim como uma fábrica de caixinhas de charutos – em 1888 – que fez parte de uma serraria movida a vapor com serras verticais e horizontais, considerada moderna e avançada para seu tempo. Após três anos de atividade, desapareceu, conforme autor supracitado, seguindo uma marca registrada de Tubarão: “não teve continuidade”. A Torrefação e Moagem do Café Castro – primeira fábrica do gênero no sul do Estado - é mais uma iniciativa da época e, esta sim, teve longa vida<sup>42</sup>.

A saga dos imigrantes italianos no Sul catarinense é marcada por sonhos, embalados pela fé e muitas esperanças por conquistas, uma vida nova em um novo país. Sob a ótica da dinâmica do capitalismo, a economia mundial está passando por uma fase depressiva (b) conforme ilustrado na figura 1, o que provoca mudanças na sua forma de organização e produção. Especificamente no caso da Itália, as condições de vida para a população não eram nada fáceis na região norte daquele país nesse período, que recém havia passado pela unificação, esta feita em cima do interesse dos latifundiários.

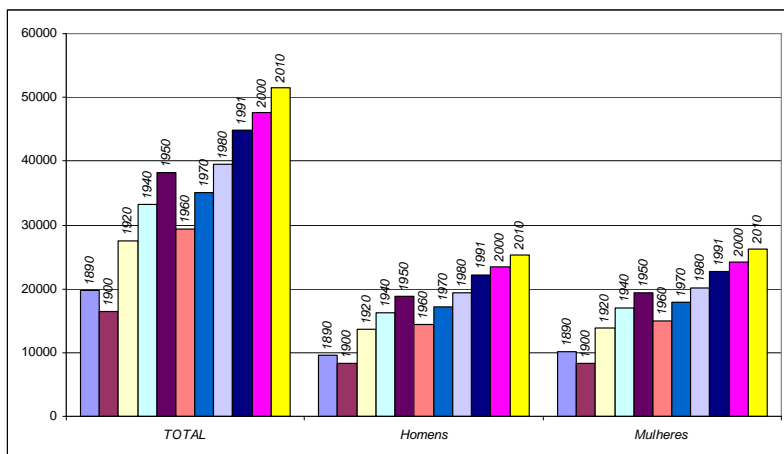
A situação dos camponeses, artesãos e pequenos proprietários de terra eram terríveis nessa época na Itália, assim como em outros países do continente europeu. Sem perspectiva a partir do cenário descrito, decidem emigrar para terras desconhecidas, porém, cheios de promessas quase nunca cumpridas e de esperança por dias melhores, instalaram-se no Sul brasileiro, onde em pouco mais de um século construíram cidades, lojas de comércio, restaurantes, edifícios, indústrias e povoaram a região, (A TRIBUNA, 2007).

Entre os destaques da primeira leva de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil em abril de 1877, na região Sul de Santa Catarina, em Azambuja, estava à família de Giuseppe Fretta. Após sua instalação em um pequeno lote de terra onde praticava uma agricultura diversificada, dedicou parte do seu tempo as atividades de uma casa de comércio de “secos e molhados”, anexo a casa onde moravam, que

---

<sup>42</sup> Industrialização em Maringá, Paraná e moagem e empacotamento em Tubarão, onde se efetua sua distribuição para o sul do país. É a primeira indústria a surgir em Santa Catarina - em 1915 - e hoje, no setor privado no ramo industrial, é a indústria mais antiga em atividade neste Estado. Esses dados foram extraídos da *home page* da empresa, uma vez que o pesquisador não foi atendido no seu pleito de visitar e entrevistar os proprietários, apesar das inúmeras tentativas. Pesquisas realizadas junto a Associação Comercial e Industrial de Tubarão constataram que esta possui o registro de empresa mais antiga no município como partícipe da ACIT.

prosperou, diversificou e se expandiu para inúmeros municípios do Sul catarinense, como será detalhado posteriormente.



**Gráfico 2: Evolução dos dados populacionais do município de Laguna-SC, por sexo e total da população, a partir de 1890 até 2010.**

Fonte: Recenseamentos Gerais do Brasil (1890, 1900, 1920), Censos demográficos do IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Antes de continuar com a análise, cabe aqui um registro em relação a interpretação dos dados que constam no gráfico 3 sobre a evolução dos dados populacionais do município de Laguna no período definido na ilustração. Podemos observar que, em dois momentos, há uma diminuição do total de habitantes do município registrado pelo IBGE nos censos demográficos de 1900 e 1960. Tal fato se explica pela emancipação de dois distritos da época em municípios.

Em 1890, por efeito do Decreto Estadual nº 22, de 27 de agosto, foi criado o município de Imaruí, desmembrado de Laguna. Sua instalação se verificou em 22 de setembro do mesmo ano. E, em 21 de junho de 1958, pela Lei Estadual nº 348/58, ocorreu a segunda emancipação de Imbituba, então denominada Henrique Lage. O desmembramento aconteceu do município mãe de Laguna.

### **4.2.1 Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina: agente de mudanças**

Com a inauguração oficial em 1º de maio de 1884 da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, que teve sua origem em uma concessão, por trinta anos, com garantia de juros da antiga província de Santa Catarina, de acordo com a Lei nº 240, de maio de 1874, ao Visconde de Barbacena que obteve fiança do Governo Imperial, dada por decreto. Mais tarde este privilégio foi transferido à “The Tereza Cristina Railway Company Ltd”, que teve autorização para funcionar no Brasil. Em junho de 1902, na forma de um acordo celebrado em Londres, foi resgatada a Estrada pelo Governo Federal, (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959).

Posteriormente, no início do século XX, com a inserção econômica da região sul de Santa Catarina através da exploração do carvão, Laguna perde espaço e deixa de ser referência, desempenhado agora pelo município de Tubarão através da instalação de empresas que têm sua atividade ligada diretamente ao beneficiamento do carvão (lavador de Capivari) e, num segundo momento, produção de energia (Complexo Jorge Lacerda). As minas de carvão localizavam-se nos municípios de Urussanga, Lauro Muller, Siderópolis, Içara, Orleans, Nova Veneza, Forquilha, Cocal do Sul e, principalmente, em Criciúma.

Após transpor todos os obstáculos de vulto que impediam a linha férrea de avançar até a boca das áreas de onde o mineral aflorava entre as quais destacamos Cabeçuda e Passagem, começaram a surgir os primeiros contratemplos por conta da localização das oficinas da Estrada. Tubarão desponta como o centro exato onde localizado deveria estar às citadas instalações, porém, aos concessionários da época não agradava tal idéia.

Tecnicamente aconselhada e, aos mais leigos plenamente justificado, a mudança exigia desembolso de valores consideráveis, o que não estava nos planos dos concessionários, tratando com desdém e dando de ombros para os que defendiam tal mudança. Pelo que pudemos apurar em diversos documentos na verdade a concessionária estava preocupada em obter o máximo de lucro com a exploração do mineral a partir dos investimentos anteriormente realizados.

Com o fim do regime britânico e a encampação da “Teresa Cristina” pelo Governo Federal, em decorrência do resgate efetuado pelo mesmo em Londres em meados de 1902, findou assim a gestão dos banqueiros da Inglaterra na ferrovia. Alvaro de Rodvalho Marcondes dos Reis, na qualidade de diretor desta por muitos anos, atendendo aos

pedidos do Coronel Cabral de Mello, chefe político na época de grande influência em todo o sul de Santa Catarina, trouxe para Tubarão toda a estrutura das oficinas que estavam instaladas em Imbituba. O feito foi exaustivamente comemorado pela população local, ainda que este se constituísse de uma solenidade preliminar para a mudança, em maio de 1906 segundo Zumblick (1967).

Tubarão recebeu um grande impulso com a transferência dos escritórios e oficinas da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (EFDTC), de Imbituba para o Bairro de Oficinas, acrescentando suas atividades com a construção dos ramais de Urussanga, Criciúma e Araranguá. Para o Sul catarinense, o estabelecimento da EFDTC foi de suma importância. Todavia, para o tubaronense representou o despertar para o empreguismo<sup>43</sup> e desestimulou a formação da mentalidade fabril.

A transferência de toda a estrutura produtiva da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina para o bairro Oficinas em Tubarão (desde 1906), como acima apresentado, representou uma grande oportunidade de emprego para os munícipes naquele momento. Entretanto, ao mesmo tempo em que possibilitou empregar muitos, sua estrutura produtiva (auto-suficiente) não permitiu que pequenos empreendimentos surgissem a partir do fornecimento de suprimentos acabados. Estamos diante de uma realidade que difere drasticamente da de outras regiões no Estado, que tiveram como grande impulso no setor fabril sua origem no fornecimento de suprimentos acabados (metalurgia, mecânica, etc.) para uma atividade indutora. O surgimento de complexos como o metal-mecânico em Joinville, moveleiro do planalto catarinense, carbonífero em Criciúma, têxtil em Blumenau e alimentar de Chapecó são exemplos concretos que ilustram esta realidade.

Com a substituição do carvão-vapor por outras fontes de energia pelas estradas de ferro, caldeiras de navios e gás de rua, e, aliada por outro lado, a um déficit no fornecimento de mais eletricidade para atender a expansão industrial de Santa Catarina, forçou uma conjugação de esforços do governo catarinense com o federal, na década de 50, para implantação de uma termoelétrica, visando o atendimento regional e a absorção do excedente decorrente da produção do carvão-metalúrgico (MAMIGONIAN, 2011).

A implantação de novas estruturas próximas a exploração e beneficiamento junto ao complexo carbonífero do sul ainda não haviam

---

<sup>43</sup> “Curiosamente a EFDTC foi um formidável agente para o desenvolvimento da região sul, e ao mesmo tempo, um fator que influiu alheio às diretrizes, na formação negativa do empreguismo.” (VETTORETTI, 1992, p. 143).

acabado. Em 1945, dada a confluência dos rios Tubarão e Capivari, foi construído o Lavador de Capivari e a Usina Termelétrica de Capivari<sup>44</sup> (UTEC). Durante a execução do Plano de Metas, foram constituídas a Sociedade Termoelétrica de Capivari (Sotelca), que ficou responsável pela construção da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda, e a Siderúrgica de Santa Catarina S.A. (Sidesc). A escolha de Tubarão para sediar a Sotelca, além da proximidade com o Lavador, deu-se antes por fatores políticos do que estratégico-econômicos, afinal, o então vice-governador Heriberto Hulse era natural de Tubarão, conforme Goularti Filho (2002).

Para Zumblick (197-?), os fatores políticos não foram decisivos para definição da localização, no Capivari, do conjunto industrial, como salienta Goularti Filho. A partir de um relatório emitido pelo General Edmundo de Macedo Soares e Silva e o Engenheiro Ernani de Bittencourt Cotrin, indivíduos de projeção nacional “[...] que vencendo as barreiras dos interesses regionais, designaram taxativamente aquele local como o único ponto e possível, na geografia do sul de Satã Catarina, para acolher com sucesso, tão importante projeto.” Para Zumblick, o “[...] privilegiado entrosamento rodoviário e ferroviário em meio ao qual está Tubarão, falou mais forte a nosso favor.”

Estas iniciativas por parte do poder público visavam garantir mercado para o carvão catarinense na época, porém muito antes destas, na década de 1920 mineradores, entre eles, Henrique Lage, passaram a defender a construção de uma usina siderúrgica em Santa Catarina para consumir a maior riqueza mineral da região. No plano federal, surgiu uma lei<sup>45</sup> que previa a construção de três usinas siderúrgicas no Brasil, e uma delas deveria se localizar na região carbonífera de Santa Catarina. A iniciativa não teve sucesso apesar de a Lei ser reformulada com forte participação dos mineradores, jamais saiu do papel. No final da década de 1940, através do esforço conjunto entre os mineradores e políticos locais, o governo federal voltou a estudar as possibilidades de se construir uma usina siderúrgica em Santa Catarina, dessa vez eram dois

---

<sup>44</sup> Entrou em operação em 1943 destinada a fornecer energia ao lavador em Capivari.

<sup>45</sup> Lei de Siderurgia nº 4.801, de 9 de janeiro de 1924, normatizava as recomendações da Comissão e reforçava a idéia de construir as três usinas no Brasil. Estas usinas deveriam ser de proprietários nacionais e de donos de minas de ferro ou de carvão dentro das regiões designadas. Henrique Lage teve forte influência na criação desta lei e também enviou um memorando ao presidente Arthur Bernardes propondo a criação de um Consórcio Nacional do Aço (GOULARTI FILHO, 2004).



projetos paralelos: uma usina siderúrgica e uma usina de enxofre (MORAES, 2004).

#### **4.2.2 Fatores impulsionadores do desenvolvimento**

Autores considerados clássicos defendem, em suas teorias, princípios básicos para o desenvolvimento de uma determinada região a partir da localização de atividades industriais especializadas em determinadas localidades. Pioneiro nesses estudos, Marshall (1982), afirma que são vários os fatores que levam à determinação da localização industrial: as condições físicas, desde o clima e solo, até a presença de recursos minerais e o acesso por terra e mar; ou ainda, a presença de artesões ou operários altamente qualificados e capazes de influenciar no aprendizado dos trabalhadores locais.

A combinação de uma ou de outra condição existente como causa para a localização da primeira atividade, permite, assim sucessivamente, condições e atrativos para a localização de nova iniciativa do mesmo ramo, desencadeando um processo de atração sobre uma mão de obra mais especializada, bem como de consumidores e de outras atividades que podem ser de caráter suplementar, inicialmente, porém importantes para a consolidação da atividade produtiva principal.

Além disso, os trabalhos de Weber e Losch procuraram compreender os fatores responsáveis pelo deslocamento locacional de uma unidade produtiva que contribuíssem para a diminuição dos custos finais de determinada firma. Esta se fundamenta no estudo dos fatores transporte e área de mercado como os responsáveis pela localização das unidades industriais. Tais fatores tenderiam a influenciar na maximização dos lucros dos custos produtivos. Essas análises sofreram certas abstrações. Por um lado, as diferenças no custo efetivo dos produtos, a natureza destes, a influência exercida pelos níveis salariais, as economias de escala, por outro lado, tais análises reforçam a idéia de equilíbrio, levando em consideração as condições uniformes de transporte e mercado (ESPÍNDOLA, 2002).

A partir da leitura das principais obras sobre o processo de industrialização de Santa Catarina, o entendimento é que, tais condições básicas destacadas por Marshall, tiveram participação importante na gênese de vários ramos industriais do sul catarinense, não obstante influenciados por uma conjuntura mais complexa. Para Beltrão (2001), a origem da indústria cerâmica pautada na presença de depósitos de argila vermelha e branca e a própria indústria do carvão mineral são exemplos dos condicionantes naturais como fator determinante da localização

industrial. A presença de artesãos qualificados por sucessivas gerações no trabalho com o couro e transplantados da Europa para o Sul do Brasil foi responsável pela gênese da manufatura calçadista, por exemplo. Da mesma forma, recentemente, a presença da mão de obra feminina, foi fundamental para a consolidação do polo vestuarista do sul enquanto indústria suplementar, ao menos em sua gênese.

Perroux (1967), em sua obra clássica a “Economia do século XX”, destaca que o crescimento econômico elege certos centros que funcionam como motores, os chamados polos de desenvolvimento. Eles surgem a partir da instalação de atividades manufatureiras, que atuam como motivadoras para o surgimento de outras atividades, mais conhecidas como forças motrizes, responsáveis pela especialização e a diversificação setorial da região em que atuam.

Num espaço econômico determinado, uma determinada unidade diz-se motriz quando o resultado de todos os esforços que gera é positivo, [...] pois induz na totalidade do conjunto um crescimento de volume de produção global muito maior do que o seu próprio volume de produção. Para além dos efeitos assinalados, a unidade motriz gera efeitos de aglomeração: reúne atividades complementares que dão lugar a conjunturas cumulativas de ganhos e custos localizados. A realização de meios de transporte e de comunicação provoca entre as unidades efeitos de junção: aumenta cumulativamente a oferta e a procura, alarga o campo de possibilidades dos produtores locais. (PERROUX, 1967, p. 193).

A região sul catarinense, onde se insere Tubarão e que vai até os limites com o Rio Grande do Sul, é produto desse processo desempenhando em algumas situações mais e, em outras, nem tanto. Para Goularti Filho (1995, p. 2-3), inicialmente, o complexo da indústria carbonífera cumpriu este papel, “[...] como indústria motriz, impulsionando o desenvolvimento da metalurgia, atacados de ferragens, e outras pequenas atividades urbanas. Num segundo momento, as cerâmicas serão as impulsionadoras de outras atividades industriais, além de novas metalúrgicas [...] e indústrias químicas. E, por último, as indústrias do vestuário também desempenham papel de impulsionadoras, [...]”

Especificamente sobre o papel da indústria motriz em Tubarão cabem indagações: ela cumpriu esse papel? Qual foi efetivamente a

responsável pela formação econômica e social? Se cumpriu, quais os novos setores (atividades) que surgiram a partir dessa acumulação? A partir de que época as causas da expansão e consolidação da acumulação não mais se encontram apenas regional e localmente? Quem passa a ser o fator e/ou fatores determinantes? Quais as múltiplas determinações e combinações geográficas que se destacam? Essas indagações serão retomadas para uma análise, discussão e exemplificação mais aprofundada.

Para Chardonnet (1965), a localização de um complexo industrial forte sobre um espaço geograficamente restrito acontece a partir da consolidação de vários ramos, diretamente ou indiretamente interligados. A importância se traduziria, entre outros, pelo valor da produção em relação ao conjunto da produção industrial nacional (ou mundial, para o mesmo setor) e pela amplitude dos capitais investidos e da mão de obra que ali trabalha. No caso do sul catarinense, como já apontado, a expressão nacional se deu, historicamente, tanto pela importância da indústria do carvão, como mais recentemente da indústria cerâmica (de competitividade internacional) e do ramo vestuarista (terceiro maior polo do País).

A interligação destes setores por uma dependência técnica, uma complementaridade produtiva, a indústria motriz (indústria carbonífera) atraiu para o sul catarinense um grande número de outras atividades que expressam uma dependência econômica denominada por Chardonnet ao se referir às indústrias de serviços. Estas indústrias consistem em empresas ou oficinas de produção e reparos mecânicos e de equipamentos e, ainda, as indústrias de consumo, pela presença de um grande volume de população. A atividade carbonífera é grande absorvedora de mão de obra, sentindo-se os efeitos sobre inúmeros outros setores, entre eles, destaca-se o das indústrias/comércio de vestuário.

Especificamente em relação a Tubarão e seu entorno, a década de 1950-60, é marcada por um período de pouco dinamismo nas suas atividades principais e secundárias, com pouca complexidade e praticamente nenhuma combinação e complementaridade. Segundo a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (1976) a partir dos estudos do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da FESSC, a região pôde visualizar-se em suas carências e recursos, antes confusamente conhecidos. Entre os principais problemas e obstáculos da época, o Estudo destaca: baixa oferta de empregos (incremento pouco superior a 1% ao ano, no período de 1940-60); predomínio do minifúndio (94% dos imóveis rurais têm 19,9 ha, em média); elevada taxa de desemprego (20% em relação à população acima de vinte anos);

êxodo seletivo da população (a juventude emigra, ou para estudar, ou para trabalhar em outros centros); péssimo uso do solo (apenas 2/6 das terras são férteis e planas, sendo que 50% destas são alagadas ou inundáveis (em torno de 35 mil ha); fraca captação de poupanças e fraca canalização de projetos multiplicativos; predominância maciça de ramos industriais tradicionais, sem diversificação; empresas familiares, estilo “fundo de quintal”, na sua maioria; primarismo gerencial e organizacional; ausência completa de informações científica e tecnológica; dificuldade de mercado e de acesso às funções de crédito; carência de lideranças políticas progressistas que aceitam novos desafios.

A limitação quanto à disponibilidade de dados estatísticos oficiais sobre as atividades primárias, com destaque para a agropecuária, na área objeto deste estudo e no Brasil como um todo são muito precários. Os órgãos oficiais em todos os níveis de governo ainda não estavam devidamente estruturados para fazer essa coleta sistemática como a conhecemos hoje, porém, em setembro de 1920, foi realizado um recenseamento para contagem dos estabelecimentos rurais e suas respectivas bem feitorias como máquinas e instrumentos agrários existentes no estado de Santa Catarina.

Conforme consta deste recenseamento<sup>46</sup>, Tubarão apresentava as seguintes posições: número de estabelecimentos rurais recenseados foi de 2.558; se destaca como maior fabricante de açúcar; 3º lugar na produção de café; maior produtor de arroz, milho, mandioca, algodão e cana de açúcar; 1º lugar em animais abatidos da espécie suína com 14.565; maior produtor em farinha, polvilho e aguardente de várias espécies no Estado de Santa Catarina; maior produtor de algodão em Santa Catarina; Tubarão possui o maior número de estabelecimentos onde existem máquinas (maquinismos) para beneficiamento de produtos agrícolas em Santa Catarina; e, Tubarão é o maior produtor de aves domésticas em 1920 no Estado, (VETTORETTI, 1992).

Apesar dos números serem amplamente favoráveis sob o aspecto quantitativo, do ponto de vista qualitativo, deixava muito a desejar, principalmente nas áreas mais planas do terreno com emprego de técnicas primitivas de manejo do solo e de melhoramento genético e de sementes. Fato este, bem caracterizado quando da chegada à Tubarão de Júlio Boppré, imigrante de uma família burguesa da Alemanha, chegou

---

<sup>46</sup> Nesta época os atuais municípios de Braço do Norte, São Ludgero, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Armazém, Gravatal, Treze de Maio e Pedras Grandes ainda pertenciam ao município de Tubarão.

em 1890, para evitar o serviço militar. Pioneiro no desenvolvimento do gado leiteiro e aves, importado da Alemanha e também na modernização da cultura do arroz com irrigação mecânica, algo inimaginável para os ocupantes das várzeas da época. Seus descendentes infelizmente não avançaram no melhoramento genético das raças européias. Além dessa ocupação, Boppré foi engenheiro civil e tenente da guarda nacional, (VETTORETTI, 1992).

Para este período, observamos em sua estrutura geral, que as atividades econômicas em Tubarão se limitam principalmente a setores ligados de forma direta com a extração e beneficiamento do carvão no lavador de Capivari e as oficinas que prestam algum tipo de serviço a esta cadeia. Atividades relacionadas aos setores primário e terciário, com destaque para agricultura e comércio ainda eram consideradas economicamente fracas e, muito mal estruturadas, passando a ter uma importância maior a partir dos anos 60 (Souza Cruz) com utilização de técnicas produtivas e manejo do solo mais adequado.

#### 4.3 DE 1961 A 1991: SINAIS DE ESGOTAMENTO, ENFRAQUECIMENTO E DESESTRUTURAÇÃO

A partir da expansão e consolidação da indústria carbonífera no sul catarinense, transferem-se os lucros para novas atividades como ocorreu para o desenvolvimento da indústria cerâmica, beneficiado pela abundância de argila (barro-branco) de excelente qualidade para fabricação de cerâmicas refratárias. Seu desenvolvimento está atrelado a um conjunto de fatores que foram fundamentais para seu sucesso. Estamos em plena fase de ascensão do 4º Ciclo Longo e a uma nova fase descendente do Ciclo Médio (1961-1965), o que marcava excelente momento de expansão industrial, aliado à política de apoio à construção civil desenvolvida pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e Sistema Financeiro de Habitação (SFH), aumentando, consideravelmente, a demanda por pisos e azulejos. Neste contexto histórico, o sul de Santa Catarina é beneficiado, pois as mais importantes empresas do setor cerâmico do país estão localizadas (GOULARTI FILHO, 1995).

Fenômeno parecido foi observado e amplamente pesquisado por Napoleão (2005) em relação à estruturação e desenvolvimento da produção interna de produtos plásticos transformados, progredindo para resinas plásticas em Joinville. Esta estruturação, promovida essencialmente pelo Estado brasileiro, ocorreu sob os efeitos dos choques mundiais do petróleo. Portanto, pautado pela ótica desenvolvimentista, o Estado brasileiro buscou promover e sustentar o

desenvolvimento econômico, congregando a contento instrumentos horizontais e verticais da política industrial a partir dos exemplos supracitado, configurando-se, assim, a presença a montante e jusante no circuito econômico.

Durante os anos de 1990 (política neoliberal de abertura dos mercados), com a expansão deste setor (plástico) que nesse período já é superior economicamente à indústria do carvão, surgem novas economias de aglomeração: as indústrias metalúrgicas para fabricação de equipamentos e peças de reposição, indústrias de fritas, granilhas e esmalte cerâmico e indústrias de embalagens e materiais gráficos, do vestuário e plástico, além da expansão das empresas destinadas à produção de cerâmica vermelha na região sul catarinense.

Para Beltrão (2001), essas empresas são numerosas atendendo ao segmento de telhas, tijolos, revestimentos externos e lajotas em municípios como Morro da Fumaça, Sangão, Içara, Tubarão, Criciúma e Sombrio e dependem, como já foi colocado, de matérias-primas, assistência técnica, máquinas e equipamentos localizados no polo de Criciúma e vinculados, originalmente, à expansão das grandes empresas de pisos e azulejos.

A transição do comércio atacadista ou varejista para produção de peças do vestuário<sup>47</sup> foi o fator principal para a origem da indústria do vestuário no sul catarinense. Durante a década de 1960, várias empresas e comerciantes atacadistas começam a produzir suas próprias etiquetas, em um processo de substituição de mercadorias antes adquiridas em São Paulo e que além de atenderem a região, atingem também o mercado gaúcho (GOULARTI FILHO, 1995). Os dados disponíveis para Tubarão especificamente em relação à gênese da indústria do vestuário indicam a última década do século XX para seu desenvolvimento, o que será objeto de maior detalhamento futuro.

---

<sup>47</sup> No capítulo III de sua dissertação, Goularti Filho (1995), apresenta outras 4 origens de capital para a instalação da indústria do vestuário na região: as empresas de origem familiar ou “fundo de quintal”, as empresas originadas da necessidade de complementação da renda familiar, as empresas compradas e desmembradas e as empresas montadas por ex-funcionários do ramo vestuarista. Confirma-se aqui, a tese dos pequenos capitais pulverizados como gênese da industrialização, neste caso, para o ramo vestuarista. A expansão do setor gerou no sul catarinense a consolidação de Criciúma e Araranguá como pólos centrais (pois abrigam as maiores etiquetas) e as cidades de Içara, Nova Veneza, Morro da Fumaça e Maracajá como as economias periféricas, pois incluem, sobretudo as empresas faccionistas, prestadoras de serviço para as etiquetas locais ou de São Paulo e Blumenau.

Diversos estudos demonstram os vínculos históricos na relação entre a economia de aglomeração presente no sul catarinense e os setores sucessivamente emergentes. Esses vínculos, com o passar e o fortalecimento das empresas que iniciaram suas atividades como satélites, tornam-se mais frouxos, começando haver um processo de desvinculação entre as empresas.

Dessa forma, como destaca Goularti Filho (1995, p. 05), se a gênese da indústria do vestuário teve relação direta com a economia carbonífera, nas últimas décadas, com a crise na produção do mineral, este vínculo inicial não se encontra mais presente, pois o ramo inicialmente satélite e complementar estruturou-se, suplantando o ramo que lhe deu origem. Assim, “[...] pelo fato de se aglomerar uma série de indústrias com atividades similares e ao mesmo tempo distintas, a região sul-catarinense apresenta estas características de interdependência; portanto, é uma região industrial com características de um complexo.”

Beltrão (2001) destaca que na formação deste complexo, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento histórico da industrialização de Criciúma colocou-a na posição de sede do polo, seja pela aglomeração de atividades industriais complementares, seja por concentrar regionalmente meios de transporte e comunicação, dando base aos efeitos de junção, contraditoriamente, expressam-se também os efeitos de reversão, de aglomeração, que espraiam as atividades industriais. Dessa forma acontece um rearranjo, uma mobilização espacial do capital a procura de outras áreas não longínquas, mas descontaminadas das externalidades<sup>48</sup>, ou também denominado de “deseconomias de aglomeração”.

A partir de 1915, a indústria ganhou grande incremento com a instalação de empresas de médio e grande porte, porém, essas iniciativas foram de origem externa ou de pessoas vindas de fora. Como exemplo, a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional<sup>49</sup>, que mobilizou

---

<sup>48</sup> Para Beltrão (2001, p. 33) tais “[...] externalidades, como a grande valorização do solo urbano, o aumento do custo da mão de obra (seja por escassez na oferta, seja pela forte mobilização sindical) e as dificuldades de circulação devido ao pesado tráfego urbano, leva o capital a procura de áreas descentralizadas. Aí se incluem no complexo industrial, as cidades de menor porte.”

<sup>49</sup> Devido à originalidade de sua produção, não criou fornecedores de manufaturas ou peças de reposição que incrementassem diretamente pequenas indústrias, num sistema interligado de produção. As empreiteiras, nas diversas etapas de construção, geralmente de origem externa ao município, foram as beneficiadas.

Tubarão e região. Aqui cabe um destaque especial à participação do Estado brasileiro no impulso das principais atividades e períodos de crescimento através de investimentos em segmentos ligados de alguma forma à produção com a instalação de empresas públicas fortes para o setor ou com linhas de financiamentos, (GOULARTI FILHO, 2005; BÉRZIN, 2005).

Os exemplos acima citados são de iniciativa pública, porém, neste mesmo período, surgiram algumas iniciativas privadas como foi o caso da Sociedade de Banha Sul Rio Grandense Ltda<sup>50</sup>, com 43 sócios, na grande maioria gaúchos. A indústria passou por inúmeras mudanças administrativas e de segmento produtivo, até em 1980 encerrar suas atividades no setor de laticínios. A Cerâmica Pozza, que teve como fundador um gaúcho e a fábrica de calçados Brodebeck ilustram perfeitamente esse período da atividade econômica de Tubarão.

Carlos Brodebeck, descendente de imigrantes alemães, deixou a agricultura no município de Taquara (RS) e, com suas economias acumuladas a partir de práticas agrícolas, transferiu-se com a família para Araranguá. Na época os habitantes tiravam seus rendimentos da agricultura, especialmente da mandioca, com o beneficiamento desta em farinha de mandioca. Montou uma fábrica de calçados em meados de 1930, que deixou a população eufórica, pois não havia nenhuma outra fábrica na cidade. As dificuldades do local, aliado as poucas perspectivas de crescimento, transfere-se para Tubarão, centro maior e com perspectivas de crescimento mais promissoras para o empreendimento, no final da década de 1930, quando esta desponta como cidade polo. Instala-se na Rua Santos Dumont onde a família exerce as atividades até o início dos anos 70, quando por questões de conjuntura econômica e administrativa (falta de profissionalização), as atividades são interrompidas e a empresa fechada conforme Naudy

---

<sup>50</sup> Ernesto Lacombe, natural de Cruz Alta, RS, veio para Tubarão como investidor, onde em 1924 montou uma moderna Charqueada considerada um grande empreendimento para época. No início da década de 1930, liderou investidores gaúchos e catarinenses fundando a “Sociedade de Banha Sul Rio Grandense” mais conhecida por “Sindicato da Banha”. Era uma indústria do sul catarinense. Investiu ainda na agricultura com extensas plantações de arroz e, atuava como jornalista e fervoroso getulista, fundou o jornal “O liberal”, órgão da Aliança Liberal. Lacombe assumiu o Comando Civil como Governador do Sul, no Paço Municipal, em outubro de 1930, (VETTORETTI, 1997).



Brodebeck May<sup>51</sup>. Foi fundador da Igreja Luterana em Tubarão nesse período.

Durante a segunda década do século XX, surge outro estabelecimento que marcou época na cidade e região no setor do comércio varejista/atacadista e que acabou não conseguindo se manter e, avançar para um segmento de produção industrial própria, como aconteceu em casos parecidos em Tubarão (Beckhauser Malhas) e outros municípios da região sul de Santa Catarina. Trata-se da Casa May, que teve como fundador Paulo Jacob May<sup>52</sup>, nascido em Gravatal, em 1900, vendia tecidos em geral, armarinhos, cama, mesa e banho, confecções, enxovais para noivas e batizados. Tinha fregueses de Bom Jardim da Serra e de todo o sul do Estado. Em 1945 fundou mais um estabelecimento comercial: Casa Guido. Esta loja era especializada em artigos para alfaiates, varejista e atacadista de tecidos, depois especializada em artigos para homens. As atividades foram encerradas em 1974 (Casa Guido) e em 1993 (Casa May).

Para Vettoretti (2002), Tubarão deixou a condição de intermediário a centro exportador na atividade comercial no Sul do Estado de Santa Catarina. A cidade de Laguna, que era o foco em função do porto, ficou em segundo plano, face à alteração das rotas comerciais e também dos meios de transporte (rodoviário), o que resultou na transferência do principal eixo para Tubarão. Portanto, contando com investimentos na área da produção e de serviços, Tubarão, naquele momento assumia o caráter de município polo da Região Sul em vários aspectos, tais como: cultural, econômico e político.

Com a instalação do setor da Companhia Siderúrgica Nacional em Capivari de Baixo, que entrou em operação em 1945, junto com outros fatores, foram introduzidas mudanças significativas na região, imprimindo nova dimensão à cidade. Mobilizou-se a zona carbonífera, criaram-se empregos com salários elevados em relação às outras organizações, enfim, movimentou a cidade, atraindo moradores dos

---

<sup>51</sup> Entrevista direta com Naudy Brodebeck May, bisneto do fundador da fábrica de Calçados Brodebeck, realizada no dia 08 de fevereiro de 2012.

<sup>52</sup> Aprendeu o ofício de Alfaiate, em Santo Amaro da imperatriz, com Augusto Althoff, quando enamorou-se da irmã deste, Maria Althoff. Em 1924 estabeleceu-se em Tubarão com alfaiataria e loja, Casa May. Em 1925 casou-se com Maria Althoff May. Seu filho Paulo Osny May, foi prefeito eleito de Tubarão entre 1977 a 1982. Entrevista direta com Guido Olávio May, filho do fundador, no dia 14 de fevereiro de 2012.

distritos, os quais introduziram elementos de outros Estados, despertando a atenção e interesse de pequenos investidores. Laguna, motivada por outros fatores, perdeu definitivamente sua hegemonia regional. As cidades, que foram distritos de Tubarão, cresceram e, por sua vez, formaram centros industriais competitivos fortalecendo assim as estruturas produtivas regionais, dando início também assim, a uma estrutura produtiva regional.

As atividades carboníferas concentravam-se mais em Criciúma, Urussanga e Lauro Müller, porém, durante as décadas de 30, 40 e 50 houve uma grande migração de mão de obra de Tubarão em direção às minas, enquanto a população de Tubarão passou de 53.717 habitantes em 1940 para 67.045 em 1950 (aumento de 24,8%), a de Criciúma passou de 27.753 para 50.854 habitantes (aumento de 83,2%), respectivamente. A despeito dos pequenos novos municípios que se desmembraram e dos empreendimentos estatais, de 1950 a 1970, o crescimento populacional de Tubarão praticamente estagnou, chegando a 66.876 habitantes em 1970, enquanto Criciúma<sup>53</sup> chegou em 1970 com 81.452 habitantes, mesmo com o desmembramento de Içara, em 1961, com 21.008 habitantes em 1970. O contingente de pessoas que chegavam à Tubarão nos anos 50 para trabalhar no Lavador, na EFDTC e na Sotelca apenas contrabalançava o êxodo em direção às minas, (GOULARTI FILHO, 2002).

Especificamente sobre os dados representados no gráfico 3, devemos chamar atenção para uma variação em relação a alteração sobre a evolução dos dados populacionais do município de Tubarão nos períodos em questão. Da mesma forma como registramos variações em relação aos dados populacionais do município de Laguna (gráfico 2), cabe aqui o mesmo. Esta variação se explica por conta das emancipações alcançadas pelos distritos de Tubarão<sup>54</sup> na época, passando a constituir autonomia política e administrativa.

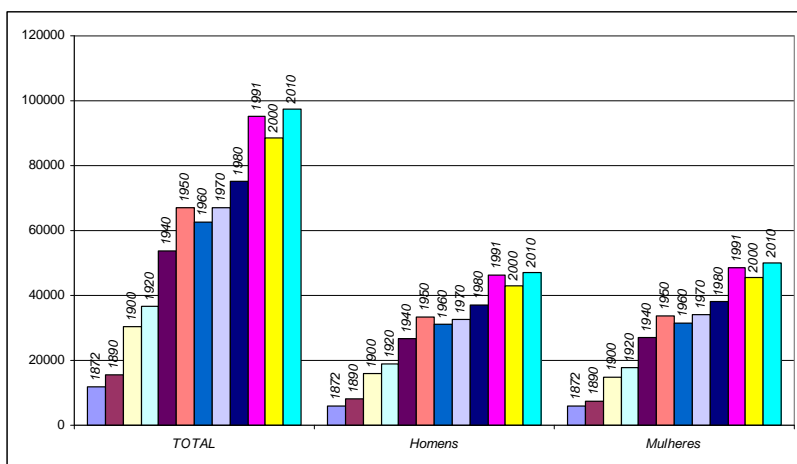
Antes de continuar com a descrição e análise sobre o processo de acumulação do capital em Tubarão e região, convém apresentar algumas reflexões e classificações sobre o conceito e a idéia funcional das

---

<sup>53</sup> Conforme consta no último censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, o município de Criciúma conta com uma população total de 192.308 habitantes, enquanto que Tubarão conta com 97.235 mil habitantes.

<sup>54</sup> Os distritos que obtiveram sua emancipação político administrativa de Tubarão por ordem cronológica foram: Braço do Norte (1955), Armazém (1958), Gravatal (1961), Pedras Grandes (1961), Treze de Maio (1961) e Capivari de Baixo (1992).

idades. Existem diversos estudos, em diversas áreas do conhecimento que abordam essa questão tão pertinente e importante ao desenvolvimento e à diversidade das aglomerações urbanas. Na área do conhecimento da Geografia, existem inúmeros trabalhos desenvolvidos e que aqui serão usados para embasar e compreender esse fenômeno, entre os quais destacamos as contribuições de John W. Alexander (1968) sobre o conceito básico-não básico das funções econômicas urbanas, de Peluso Júnior (1974), sobre a classificação funcional das cidades e sua evolução e de Milton Santos (1985), sobre espaço e método.



**Gráfico 3: Evolução dos dados populacionais do município de Tubarão-SC, por sexo e total da população, a partir de 1872 até 2010.**

Fonte: Recenseamentos Gerais do Brasil (1872, 1890, 1900, 1920), Censos demográficos do IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

John Alexander, geógrafo americano, publica nos Estados Unidos, em 1954, pela *Economic Geography*, um artigo no qual, analisa um conceito de grande valor para o estudo geográfico das aglomerações urbanas. Neste, refere-se especialmente, às funções econômicas de uma cidade.

Envolto com as mudanças que estão em curso, em escala mundial por conta de uma nova realidade, fruto esta das relações político-econômicas estabelecidas após o término do conflito mundial. Mudanças que provocam dentro da ciência geográfica, novas abordagens e formas de interpretar e explicar o que acontece sobre o espaço geográfico. Entre as grandes escolas que compõem a ciência geográfica, estamos, no princípio da Nova Geografia (declaravam que o

propósito da Geografia era o de testar as leis gerais do arranjo espacial dos fenômenos), que teve na geografia estadunidense sua maior representante.

Tradicionalmente, conforme Alexander (1968), o sistema usado para estudar as funções econômicas urbanas começava pela avaliação da estrutura segundo os ramos de atividade *livelihood*. Neste, determinava-se o número de pessoas que trabalham na cidade, classificando-se em categorias, tais como comércio, administração e indústria, desconsiderando qualquer característica de relação de espaço, mas, principalmente, no tipo de trabalho executado.

A contribuição de John Alexander apresentada no artigo “Conceito básico-não básico das funções urbanas”, é a análise basear-se em uma relação de espaço, pois conforme Este, as cidades se desenvolvem de acordo com as solicitações precedentes de outros lugares. Desta forma, na interpretação do autor, a região serve a cidade. Tal mecanismo é de grande interesse para os geógrafos, pois as interconexões entre cidade e região constituem um tipo de relação de espaço.

O vínculo econômico é um dos mais fortes laços entre a cidade e a região, pois a vida econômica de uma cidade é inextricavelmente entrelaçada à vida econômica da região. Parte do esforço econômico de uma cidade repousa na procura não local. Entretanto, a população citadina necessita de serviços locais e, assim, uma segunda função é perceptível: atender às necessidade dos habitantes locais. (ALEXANDER, 1968, p. 34).

Entender a diferença entre estes dois esforços econômicos é de fundamental importância para podermos interpretar como se manifestaram e se manifestam sobre a área objeto deste estudo. Compreender o seu desenvolvimento e o papel que desempenha uma vez que é à base da economia da cidade (básico), e o de apenas servir as necessidades locais (não básico) a partir do estabelecimento de uma permuta do dinheiro que os esforços básicos trazem para a cidade.

Para Peluso Júnior (1974, p. 02), as cidades caracterizam-se por suas funções e “[...] é a função urbana que impõe ao núcleo seu gênero de vida e constitui a razão de ser [...]”, onde, “[...] sua diversidade tem como contrapartida a diversidade das aglomerações urbanas.” São extremamente dinâmicas e não permanecem estáticas, pois quando alguma termina, outra a substitui com a superposição de novas atividades (Tabela 02).

As funções urbanas, segundo Sorre (apud PELUSO JÚNIOR, 1974, p. 02), distingue-se em dois grupos: “[...] um corresponde a necessidade de caráter social, como segurança, política, religião; outro tem por objeto a satisfação das necessidades econômicas [...]”, onde conclui-se que as funções urbanas refletem as condições econômicas e sociais da região a que pertence a cidade, pois é, “[...] ao mesmo tempo, instrumento de aplicação do potencial de atividades regionais e encarnação desse potencial.”

Tubarão migrou de uma função industrial para uma função de serviços. O que explica esta mudança? Conforme anteriormente abordado, na década de 40, Santa Catarina ocupava lugar de destaque na economia nacional apesar do sucateamento do seu parque industrial, sucateamento este, ocorrido pela falta de investimentos em equipamentos produtivos e infra-estrutura de forma geral, conhecidas também por reformas básicas para esta atividade. Ao observarmos os dados da tabela 1, referentes à Tubarão, constatamos que há uma migração na base econômica de centro industrial – décadas de 1940 e 1950 - para centro de serviços – décadas de 1960 e 1970 - passando a mão de obra ocuparem-se em maior número nas funções centrais.

Analisando os dados sobre a atividade industrial do Brasil para o segundo período (1960-1970) como um todo, verificamos que esta realidade se manifesta da mesma forma no seu conjunto para todo país, exceto em regiões do país, onde as características na base econômica se constituem, desde o seu nascedouro, de forma vigorosa no setor industrial (tabela 1). Em Santa Catarina, corresponde a região alemã com destaque para as cidades de Joinville, Blumenau e Brusque.

O Brasil está vivenciando uma nova realidade econômica e de crescimento em setores produtivos até então praticamente inexistentes ou de pouca importância no conjunto. Como já relacionado no capítulo 3, é a partir do final da década de 1950, particularmente no governo de Juscelino Kubitschek, que a indústria – capitaneada pelo setor automobilístico - teve um grande impulso com a implantação do Plano de Metas, que permitiu um forte desenvolvimento nos setores de energia, siderurgia e transportes, vitais para essa nova fase. Na seqüência dessa nova fase de crescimento (décadas de 1960-70), vem o que denominamos de o milagre econômico brasileiro onde o "tamanho do estado" cresceu, exigindo novas "sucursais" da esfera federal e estadual das áreas administrativas que estavam em grande número presentes no município de Tubarão.

Tabela 01: Base econômica das cidades

Cidades	Centros Industriais										Centros de serviços					
	Mão-de-obra industrial			Mão-de-obra funções centrais			Mão-de-obra industrial				Mão-de-obra funções centrais					
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
Brusque	122,02	93,83	74,86	92,65	-15,6	5,72	17,93	1,23	-	-	-	-	-	-	-	-
São B. Sul	102,54	94,46	108,6	96,73	-18,1	-0,17	-19,7	-6,53	-	-	-	-	-	-	-	-
Joinville	76,47	62,48	65,73	106,30	8,29	21,40	14,57	-8,85	-	-	-	-	-	-	-	-
Blumenau	81,40	71,14	76,07	93,75	0,58	19,25	8,99	7,26	-	-	-	-	-	-	-	-
Orleans	43,07	-	-	44,46	39,43	-	-	32,68	-	29,62	-	-	51,90	-	-	-
Tubarão*	36,07	39,06	-	-	28,16	30,86	-	-	-	-	-	-	-	-	43,83	39,38
Jaguatuna	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43,80	51,72
Florianópolis	-	-	-	41,41	-	-	-	28,08	28,61	-	-	-	35,66	41,25	65,92	38,92
																63,25

Fonte: Peluso Júnior (1974) adaptado pelo autor.

\* Aparece como um centro de transporte empregando 51,72% em 1940

Contribuem para isto, mudanças que estão em fase de implantação e que tem a ver como uma realidade que é nova para o país. Estamos numa fase de mecanização das plantas industriais para época, período este consolidado, principalmente, com a vinda das indústrias do setor automobilístico e complementares ao Brasil que exigem uma demanda por mão de obra cada vez menor do que as plantas industriais existentes e desgastadas da época.

Cidades onde há um destaque no aumento da concentração da mão de obra em serviços resultam por um lado pela modernização de sua economia ou pela desindustrialização, justifica-se pela falta de investimentos no setor industrial, tanto público como privado, e pelo surgimento de novas atividades próprias de centros de serviços, que podem apresentar alguma relação direta ou indireta com os centros industriais locais ou regionais. No caso em questão e Tubarão, o aumento da mão de obra empregada em atividades voltadas à prestação de serviços, e isto se deve pela perda da velocidade do crescimento da produção industrial.

Assim, evidenciamos, a partir da base econômica, dois tipos de funções segundo Peluso Júnior (1974): um relacionado a atividades exteriores aos seus limites, outro a atividades que servem no interior do quadro urbano. Sabemos que a vida econômica de qualquer cidade está diretamente ligada à vida de sua região. Dessa forma, uma parte do esforço da cidade continua da demanda extra local, por outro lado, a população residente precisa dos serviços locais, o que demonstra o segundo tipo de funções, o que atende às necessidades urbanas, constituindo, assim, as exportações as fontes de renda “básica” em contraste com as fontes de renda derivada da circulação interna de bens, moeda e crédito, por exemplo, que é chamada “não-básica”<sup>55</sup>.

A importância do trabalho de Peluso Júnior (1974) para esta pesquisa é observar a capacidade e a dinâmica que a economia local e regional demonstrou ao longo de períodos específicos, detalhados na tabela 02. Podemos observar, ainda, como determinados espaços (cidade) superaram outros, antes mais significativos economicamente, verificando como sua economia estava integrada e articulada no plano externo e interno. A participação dos municípios no valor da produção

---

<sup>55</sup> “O conceito de básico-não-básico permite a classificação funcional dos centros urbanos no sistema de cidades de que faz parte. Abandonam-se, para isto, as atividades voltadas para a própria aglomeração, considerando-se, apenas, os aspectos básicos. As diferentes porcentagens usadas por Harris tiveram este objetivo.” (PELUSO JÚNIOR, 1974, p. 04).

industrial do Estado e a mão de obra empregada na indústria permitem estabelecer sub-tipos (quatro) com este objetivo.

A partir do valor da produção industrial e os empregos na indústria, estabelecemos a posição de cada município em relação aos dois fatores citados (Tabela 02). Especificamente em relação ao município de Tubarão, cabe aqui uma observação e posterior pesquisa, saber as causas da mudança de status do 3º sub-tipo para 2º sub-tipo em 1950, assim como seu desaparecimento nas décadas seguintes em relação aos critérios usados para tal classificação. Observando os dados da tabela 03, referentes ao total de carvão bruto (ton) produzido no período, constatamos um aumento significativo de uma década para outra em questão, porém, este aumento não se repete na década seguinte, voltando a registrar aumento expressivo nas décadas seguintes, permanecendo no mesmo sub-tipo (3º) quanto ao número de pessoal empregado para este mesmo período em questão, e não mais figurando em nenhum dos sub-tipos nas décadas seguintes.

Outra contribuição nesse sentido vem de Santos (1985), estudioso da organização e (re)produção do espaço, o qual coloca que para se compreender a organização espacial e sua evolução é necessário interpretar a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma, permitindo, assim, através destas categorias analíticas a compreensão da totalidade social em sua espacialização. Cada cidade (espaço) é produzida por grupos sociais distintos e apresenta estrutura, forma e função diferentes, geradas por processos e épocas diferentes.

**Tabela 02: Cidades de base econômica dominada pela indústria, segundo percentagem em relação ao Estado.**

Cidades	Valor da produção (Subtipo)				Pessoal empregado (Subtipo)			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
Joinville .....	1º	1º	1º	1º	1º	2º	1º	1º
Blumenau .....	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º
Brusque .....	2º	2º	2º	3º	2º	2º	2º	3º
São Bento do Sul	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º
Orleans .....	3º	3º	-	4º	3º	3º	-	4º
Tubarão .....	3º	2º	-	-	3º	3º	-	-
Jaguaruna .....	4º	-	-	-	4º	-	-	4º

Fonte: Peluso Júnior (1974) adaptado pelo autor.

1º Subtipo: Superior 10%

2º Subtipo: 5 a menos 10%

3º Subtipo: 1 a menos 5%

4º Subtipo: Inferior a 1%



Especificamente, em relação à função, que é a categoria analítica que nos interessa nesse momento, implica tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Dessa forma, este tem um aspecto exterior, visível (forma) e desempenha uma atividade (função). A partir da estrutura social e econômica, podemos considerar as inter-relações entre as categorias analíticas de Santos, que possui seus processos intrínsecos que demandam funções a serem cristalizadas em formas espaciais.

**Tabela 03: Produção catarinense de carvão mineral entre 1915-2000.**

Ano	Carvão bruto (ROM. T)	SC/BR	Pré-lavado (CPL/t)	Metalúrgico (t)
1915	188	-	-	-
1919	20.000	-	-	-
1920	12.770	-	-	-
1925	48.420	-	-	-
1930	56.000	-	-	-
1935	150.888	17.9	-	-
1940	265.638	19.9	-	-
1945	815.678	39.3	219.282	76.000
1950	1.005.174	51.3	621.855	146.000
1955	1.325.512	56.4	871.046	298.000
1960	1.439.434	66.6	1.257.406	454.000
1965	2.240.140	66.4	1.069.966	616.000
1970	3.506.314	72.5	1.104.532	7.16.440
1975	5.006.275	79.3	1.541.233	770.609
1978	13.810.884	81.7	2.607.193	1.130.089
1980	13.167.950	82.3	3.268.498	1.287.609
1985	19.781.089	78.8	4.459.455	1.396.099
1989	13.924.819	76.5	2.710.267	680.227
1990	7.484.098	65.0	1.160.225	348.457
1995	6.751.758	64.5	-	1.978.341
2000	6.639.019	48.0	-	-

Fonte: Goularti Filho (2002), adaptado pelo autor.

Após a apresentação dessas reflexões, assim como no plano nacional, novos empreendimentos surgiram, quando foi criado o lavador de Capivari, com o intuito de beneficiar o carvão oriundo das mineradoras (novas minas) de Lauro Müller, Siderópolis e Criciúma para abastecer o Complexo da Companhia Siderúrgica Nacional. Além da instalação do lavador, a consolidação da indústria do carvão no sul catarinense recebe ainda no setor de transporte (Estrada de Ferro Dona

Thereza Cristina e o Porto de Imbituba)<sup>56</sup> a transformação do carvão energético (Termoelétrica Jorge Lacerda), além da instalação de metalúrgicas que auxiliavam na manutenção das minas e o comércio atacadista, especializado na revenda de equipamentos e que serviram de base de acumulação para posterior instalação da indústria do vestuário na região.

A Siderúrgica de Santa Catarina S.A. (SIDESC) está entre os empreendimentos planejados para integrar o complexo carbonífero catarinense que não tiveram êxito. Constituída em 1958 e fundada em 1962, cujo objetivo era produzir ferro gusa e perfilados médios ou leves, teve seus planos modificados em 1967 quando começou a ser projetada para ser uma indústria carboquímica, que em seguida veio a ser chamada de Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). As expectativas dos mineradores e de muitos empresários catarinenses foram frustradas e o projeto abandonado.

As estratégias dos militares estavam acima dos interesses regionais, porém em 1971, os mineradores e o governo estadual não desistiram da idéia e passaram a discutir a possibilidade de construir uma siderúrgica na região carbonífera, desta vez com amplo apoio do governo estadual. Nascia o Projeto Siderúrgica Sul Catarinense S.A. (SIDERSUL). Depois de muitas idas e vindas e sem os recursos necessários (públicos e privados) para a execução, o projeto foi definitivamente abandonado, em meados da década de 1980, quando já não era mais concebível a estatização da economia (GOULARTI FILHO, 2004). A elite política e empresarial achavam mais do que justo e lógico ter uma usina siderúrgica na região carbonífera catarinense, bastava apenas reunir forças políticas.

Para Vettoretti (1992), após a década de 50 do século XX, Tubarão tem a infraestrutura necessária para impulsionar inúmeras atividades produtivas e outros benefícios necessários para atrair novos empreendimentos e a permanência de pessoas de nível mais graduado. Serviços antes considerados deficitários para tal foram contemplados pela iniciativa pública e privada como: água tratada, energia elétrica, escolas (Colégios Dehon, São José, Escola Técnica do Comércio, Hercílio Luz), aeroporto, estradas de rodagem, ferrovias, etc..

A partir dessa infra-estrutura básica existente no final dos anos 50 do século XX, segmentos da sociedade tubaronense sentem a necessidade de avançar ainda mais no quesito de formação da sua população permitindo obter mais produtividade em suas atividades e,

---

<sup>56</sup> Para mais informações sobre o Porto de Imbituba, ver Neu (1999).

assim constituir uma nova face da instrução tubaronense. Dessa forma, duas iniciativas passam a ganhar corpo, e se instalam nas duas décadas seguintes, sendo que, uma é considerada um exemplo e sucesso até hoje no Estado e País, enquanto que a outra teve vida curta: o Instituto Municipal de Ensino Superior (IMES), atual Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e o Centro Inter-Colegial Integrado de Tubarão, o CICIT. Na origem de ambas as iniciativas, estão fortemente engajados descendentes de imigrantes alemães e italianos, principalmente. O pioneirismo nessa área também foi conduzido por grupos que, a exemplo de outras áreas saíram de imigrantes do século XIX.

Criado pela Lei Municipal n. 355, de 10/12/1964, surgiu o Instituto Municipal de Ensino Superior, com feição de uma autarquia do município de Tubarão. Destinado a prestar assistência à Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Santa Catarina, o IMES, por força de tal encargo foi inicialmente dotado de Taxa de Educação, oriunda do valor de 10% da arrecadação municipal, e Osvaldo Della Giustina, nomeado seu diretor no dia 8 de janeiro de 1965, (ZUMBLICK, 197-?). A origem dessa instituição deu-se por conta de uma realidade que demandava soluções de problemas regionais que estavam impedindo um desenvolvimento mais rápido, organizado, planejado e sustentável dos atores econômicos existentes, respondendo dessa forma sua inserção regional oferecendo, assim à comunidade seu ativo mais valioso: o conhecimento, ciência aplicada e extensão.

Em 1967, uma reformulação drástica do mesmo, instituída por Lei Municipal n. 443/67, novos rumos estavam sendo acenados, facilitando ambiente favorável ao aparecimento da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA (FESSC), que mais uma vez teve o professor Osvaldo Della Giustina, na condução do processo e no comando. No dia 25 de janeiro de 1989, o Conselho Federal de Educação aprova a criação da UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL) e teve na pessoa do professor José Müller, seu primeiro Reitor. As contribuições e a importância da Universidade para o desenvolvimento regional serão retomadas no próximo item deste estudo.

A UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA está inserida em pontos estratégicos do Sul do estado de Santa Catarina, na região metropolitana da Capital e pelo Campus Virtual, onde alcança outras regiões do Brasil e outros países. Por conta de sua abrangência, a universidade tem atuado no sentido de ajudar a fomentar o desenvolvimento socioeconômico de parte significativa de um Estado reconhecido como força expressiva do setor produtivo nacional. Esse

reconhecimento e sua força em diversos setores produtivos bem como sua distribuição geográfica foram amplamente abordados e estudados nos capítulos anteriores.

Desde sua origem, a instituição traz presente em sua história e convicções o compromisso com o desenvolvimento regional através da interação de suas ações de ensino, de pesquisa<sup>57</sup>, e de extensão, promovendo a integração e interação com a comunidade do entorno em que está inserida. No ensino, formando para contribuir com o suprimento de recursos humanos qualificados para os postos de serviços abertos; na pesquisa, buscando alternativas de solução para os problemas mais abrangentes e complexos da região e, na extensão, interagindo com a implementação de soluções adequadas ao impulsionamento de um desenvolvimento regional sustentável. Com o êxito da realização das três funções universitárias básicas, a FESSC firmou-se, desde então, como centro de Ensino, Pesquisa e Extensão – complementares e indissociáveis entre si (UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, 2009).

A segunda iniciativa, esta sem o sucesso da primeira, partiu dos professores da FESSC e teve como meta a socialização ou democratização do ensino. A proposta envolvia escolas públicas e privadas, onde os diretores das escolas de 2º grau de Tubarão se propuseram a quebrar o isolamento existente entre os colégios e superar a tradicional dicotomia entre o ensino público e privado. Era uma tentativa de se antecipar e/ou acelerar a reforma do ensino que viria com a promulgação da Lei 5.692/71, tão necessária para resgatar o cenário na cidade e região que era de decadência econômica, apostando as fichas no ensino profissionalizante. A experiência pedagógica do Centro Intercolegial Integrado de Tubarão (CICIT), obteve repercussão nacional, fenômeno que desestruturou as atividades tradicionais do Sul de Santa Catarina, na época, segundo Mánfrio (1981).

Para o autor deste estudo, coexistindo com a modernidade há um forte componente de cultura retrógrada, atuando com força de resistência às tentativas de mudança social, desde que ponha em risco os

---

<sup>57</sup> Na área de Pesquisa, foi desenvolvido um extenso trabalho com a colaboração de estudantes e professores, sendo pontos altos destas atividades a participação no Projeto Catarinense de Desenvolvimento, a elaboração do Projeto Microrregional de Desenvolvimento (Região Sul) e execução do Projeto de Assistência à Pequena e à Média Empresa, em convênio com o Instituto Tecnológico da Geórgia (Estados Unidos) e a Universidade das Filipinas. Essas experiências de liderança credenciaram a Instituição a liderar a organização da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE).

interesses das camadas conservadoras. Sintetizando, uma iniciativa de inovação educacional, inspirada na ideologia desenvolvimentista e compartilhada nas diretrizes da política educacional do governo federal e estadual, assumida por um grupo de professores e técnicos empenhados em renovar o sistema de ensino numa época em que eram altas as taxas de crescimento econômico, “[...] não logrou sucesso pelo fato de representar uma ameaça ao poder local fundado numa ordenação sócio-política retrógrada.” (MÂNFRIO, 1981, p. 289). Mânfrio defendia que o esvaziamento dos colégios particulares denunciava o enfraquecimento e desestruturação das elites, incapazes de encaminhar soluções para os problemas de desenvolvimento regional.

A instalação da Companhia de Cigarros Souza Cruz, em 1956, trouxe grandes mudanças à cidade e à agricultura do município e região. Esta atividade, até então, era desenvolvida através de práticas de cultivo consideradas ultrapassadas e completamente defasadas do ponto de vista técnico, inviabilizando qualquer possibilidade de acumular capital por conta da sua baixa produtividade. Era um tipo de combinação de elementos físicos, biológicas e humanos que Cholley classifica como mista, que uma vez definida põe em ação uma combinação para exercer satisfatoriamente uma de suas atividades fundamentais.

A década de 50 do século passado representa um marco em relação à diversificação da matriz produtiva do Município, destacando-se inúmeras iniciativas que ainda continuam atuando no mercado regional e nacional. Algumas destas iniciativas apresentam as mesmas características daquelas descritas por Mamigonian em seus inúmeros estudos sobre acumulação e formação do capital industrial catarinense. Os casos mencionados a seguir, na sua maioria, são descendentes de imigrantes italianos e alemães, porém da segunda e terceira gerações quando passaram a ter condições financeiras para desenvolver técnicas na área industrial.

As fábricas de bebidas (vinho e cachaça) que conseguiram por mais de meio século se revesar na região entraram em crise. O setor vinícola, herança da colonização italiana no município de Pedras Grandes acumulou capital a partir das atividades desenvolvidas na agricultura em pequenas propriedades, foi investindo em outras atividades produtivas, destacando-se a Vinícola Silvestre, fundada por Abramo Silvestre - filho de imigrante italiano - no Distrito de Azambuja que se transferiu para Tubarão em 1959. A partir desta, o capital acumulado foi investido na ampliação com a Vinícola Nordeste, na localidade de Forqueta – Caxias do Sul, RS.

Quando da transferência e instalação para Tubarão, no final da década de 50, Abramo Silvestre, empreendedor nato, segundo Hélio<sup>58</sup>, continuou investindo nesta atividade, através de sua marca própria: o Vinho Cardeal, ainda hoje produzido e comercializado por um dos seus filhos, porém diversificou suas atividades. Visualizou já naquela época a possibilidade de trabalhar com locação de imóveis, construindo dois prédios menores com recuo, ao lado da vinícola para alugar. O desempenho nesta nova atividade foi tão bem sucedido, que em seguida adquiriu o Hotel Palermo, o Oscar Palace Hotel e repassou a cada uma de suas filhas. Em 1980, aos 70 anos de idade, começou a construção do Hotel San Silvestre, concluído cinco anos após a data de início, com 110 apartamentos. Em 2007, o neto Hélio, inicia a construção do Art Hotel, com 74 apartamentos.

Em 1955, José Antônio Botega começa com uma oficina elétrica (dentro da concessionária da VW) que evoluiu para prestação de serviço específico paralelo ao comércio do ramo, culminando, em 1972, com a produção industrial. João Batista Larroyd pede demissão da Companhia Siderúrgica Nacional em 1958, quando inicia uma oficina de conserto de material elétrico junto a casa do seu pai, iniciando a produção de transformadores elétricos de distribuição em 1962. Experiência parecida, inclusive no setor, é a da Luminar, Comércio e Indústria Ltda, quando em 1959 inicia com prestação de serviços no ramo elétrico consegue evoluir de tal maneira, um misto fabril comercial e de prestação de serviços tornando-se uma das maiores empresas do setor no Estado. Fernando Genovez representa mais uma dessas experiências bem-sucedidas, iniciou acumulação na atividade madeireira, diversificando para setor de material de construção, imobiliário e outros. Idalino Fretta é outro exemplo de empreendimento bem sucedido em Tubarão a partir da acumulação realizada na agricultura e casa de comércio de “secos e molhados” em Pedras Grandes.

O estudo apresentado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Tubarão (1973), anteriormente citado, relaciona um número significativo de problemas e obstáculos para uma maior

---

<sup>58</sup> Entrevista direta com Hélio Silvestre, sócio proprietário do Hotel San Silvestre e Art Hotel, no dia 18 de janeiro de 2012. Detalhe que chamou atenção do pesquisador foi que, sem ser questionado, ele próprio fez questão de salientar que em nenhum momento a família recorreu a linhas de financiamento de qualquer natureza para qualquer um dos investimentos feitos. Segundo ele, “[...] sempre realizado com recursos próprios da família [...]”, provenientes das atividades desenvolvidas, começando pela policultura, em Pedras Grandes.

diversificação e dinamicidade bem como a falta de complementaridade de suas principais atividades produtivas. Chamamos atenção especial aqui, para o último item relacionado, qual seja, carência de lideranças políticas progressistas que aceitam novos desafios.

Para Antônio José Botega<sup>59</sup>, dono de uma das maiores empresas do município (ThermoSystem, que emprega mais de 700 funcionários), reforçou este ponto afirmando que falta coragem, ousadia, visão e persistência a sua classe na cidade. Afirma que, ouve lamentações de toda natureza todos os dias para não se investir e inovar nas mais diversas áreas. Finaliza dizendo que “[...] na região de Criciúma, Braço do Norte os empresários são mais arrojadados, aqui as pessoas tem medo de começar as coisas, acha que tem que começar grande, eu comecei pequeno, eu mais meu sócio e um funcionário.” Observa-se que qualquer tentativa de mudança do *status quo*, se feita com a ótica da elite local, perdulária e saudosista, está comprometida, desde seu nascedouro. O setor que mais tem sofrido com “a escassez de lideranças autênticas” (grifo nosso) é o setor industrial, o que dificulta o processo de desenvolvimento do município.

A Larroyd Transformadores Elétricos Ltda, empresa familiar, fundada em 1962, é outro exemplo de empreendimento que começou a partir de uma pequena oficina. Aos 16 anos de idade, João Batista Larroyd (filho de imigrante espanhol) foi para Volta Redonda, trabalhar na CSN. Aprendeu muito como eletricista, chefe de oficina, porém acabou voltando para Tubarão por conta de problemas familiares. De volta, junto com seu pai<sup>60</sup> (que trabalhava em uma oficina de encanamentos - encanador) teve a idéia de montar uma oficina elétrica própria. Em fevereiro de 1964, começou a concretização dos seus inventos com a produção dos primeiros transformadores no estado de

---

<sup>59</sup> Entrevista direta com Antônio José Botega, presidente e sócio da Empresa ThermoSystem indústria Eletro Eletrônica Ltda, no dia 06 de dezembro de 2011.

<sup>60</sup> Ladislau Larroyd, um misto de mecânico e encanador, transformou com manhas e arte, o motor de um velho automóvel Oldsmobile num conjunto gerador de luz e força. O recurso foi salvador, pois entre as inúmeras dificuldades impostas pela Segunda Guerra Mundial, à época, estava um draconiano racionamento de gasolina. Por compra, o equipamento foi parar no canteiro de obras da CSN, e logo após, Larroyd e sua máquina movida a carvão, começavam a alimentar de energia elétrica, por muito tempo depois, a serra circular, a iluminação dos pátios e o local das obras, (ZUMBLICK, 19- -?).

Santa Catarina, conforme Haroldo Larroyd<sup>61</sup>. A partir do trabalho de campo, constatamos que, faltou focar mais em alguns poucos produtos e, a partir destes, especializar-se.

Entre os produtos ofertados, porém com pouca duração, entendam-se competitivos, além dos transformadores, aparecem máquinas de solda, escadas de ferro, entre outros. Ainda desenvolveu muitos trabalhos para a CSN, Sotelca, cooperativas de eletrificação da região, indústrias como cerâmica, minas de carvão. Atualmente atuam ainda na manutenção de máquinas elétricas com especialização em transformadores a óleo e a seco, bem como em reguladores de tensão, religadores, disjuntores de alta tensão e cabines de força.

Em 1951, a terceira geração da família Fretta, liderada pelo Idalino Fretta<sup>62</sup>, inicia a construção do primeiro prédio da empresa na cidade de Tubarão, às margens do rio de mesmo nome. Em 1953, a matriz que era em Azambuja, foi transferida para Tubarão, onde começou a venda de eletrodomésticos, distribuição de bebidas da Cia. Cervejaria Brahma, distribuição de lubrificantes e toda linha de produtos da Texaco Company, Firestone e Pirelli. Atuaram com exportação de cereais, madeira e banha desde meados da década de 1940, quando abandonaram este segmento por conta das dificuldades com o transporte marítimo<sup>63</sup>.

A partir do registro realizado e, antes de avançar no detalhamento do que foi e como aconteceu a expansão dos Fretta, importante considerarmos que o fluxo de mercadorias entre os países foi mais uma vez interrompido durante a Segunda Guerra Mundial. A importação de petróleo e derivados obrigou o Brasil a buscar alternativas para suprir essa importante fonte de energia usada para abastecer a frota de automóveis, geração de energia para estabelecimentos industriais e casas, etc.. Em Pedras Grandes, no distrito de Azambuja, onde se localizavam a maior parte dos pequenos engenhos movidos a força hidráulica e estabelecimentos comerciais, começou a produção de álcool a partir da mandioca e adoção de milho germinado.

---

<sup>61</sup> Entrevista direta com Haroldo Larroyd, sócio e proprietário da Larroyd Transformadores Elétricos Ltda, no dia 22 de dezembro de 2011. Conforme observação deste, a empresa está precisando passar urgentemente por uma estruturação interna para que ela consiga se capitalizar e produzir a partir das necessidades e demandas impostas pelo mercado. Segundo a fonte, a empresa responde por cerca de 5% da demanda de transformadores do estado de Santa Catarina e, em menor escala, vende para outros estados.

<sup>62</sup> Prefeito interino em Tubarão no ano de 1951.

<sup>63</sup> Entrevista direta com Sérgio Fretta, bisneto de Giusseppe Fretta, ex-sócio proprietário, agora aposentado, realizada no dia 24 de janeiro de 2012.



A contratação de um engenheiro químico alemão, que trabalhava para um engenho de cana em Pernambuco, a pequena casa comercial de “secos e molhados” da família Fretta, inicia a produção de álcool. Segundo Rodrigues<sup>64</sup>, a produção da pequena usina chegou a 2.300 litros por dia, com produção contínua durante 18 meses. A quantidade de álcool produzido a partir de uma tonelada de mandioca foi de 183 l/t, enquanto que a da cana de açúcar era de apenas 75 l/t, segundo a mesma fonte. A produção era enviada via ferrovia Tereza Cristina até o porto de Laguna, onde ganhava as praças de Florianópolis, Joinville, Curitiba, para abastecer, principalmente a frota de ônibus e pequenos automóveis. Ao cessar o conflito e a normalização das trocas comerciais entre os países, cessa a produção de álcool, inviabilizado por seu alto custo, comparado ao petróleo e seus derivados.

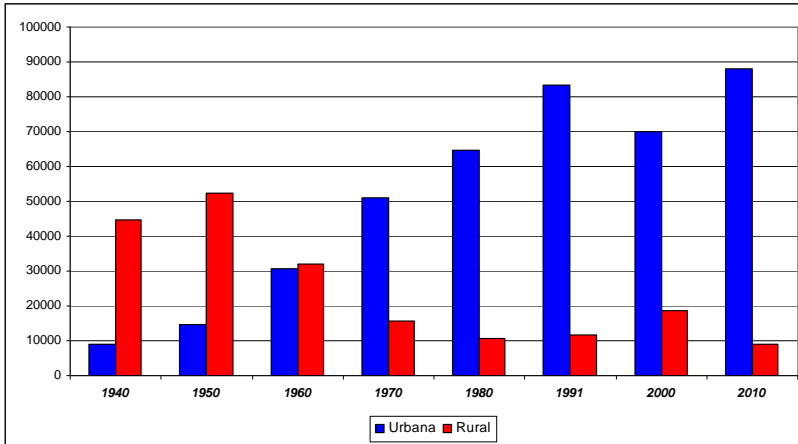
Na década de 1950 e 60, a empresa começa a se expandir para outros municípios com filiais em Criciúma e Laguna, respectivamente. Conforme relatado por Sérgio Fretta, a família perdeu praticamente tudo na enchente de 1974, pois como já mencionado, a mesma encontrava-se instalada nas margens do Rio Tubarão. Tempos bicudos estes, conforme relata o bisneto de Giuseppe, porém de muita confiança e luta no trabalho de cada um para que a empresa fosse reerguida o quanto antes. Em 1976, decide-se por uma nova reestruturação das atividades, concentrando-se apenas no setor de móveis e eletrodomésticos, focando os investimentos na expansão da empresa, tornando-a uma rede de lojas, com abertura de novas filiais em Braço do Norte, Criciúma, Tubarão, Araranguá, Urussanga, Imbituba, consolidando sua liderança no varejo de móveis e eletrodomésticos no Sul do Estado. Em 1995, por decisão dos sócios, foi realizado um reagrupamento societário e as lojas passaram a ser administradas por cinco novas empresas, que tiveram mais liberdade de ação, proporcionando uma identificação maior com a região que atua.

Na década de 1950 e 60, a empresa começa a se expandir para outros municípios com filiais em Criciúma e Laguna, respectivamente. Conforme relatado por Sérgio Fretta, a família perdeu praticamente tudo na enchente de 1974, pois como já mencionado, a mesma encontrava-se instalada nas margens do Rio Tubarão. Tempos bicudos estes, conforme relata o bisneto de Giuseppe, porém de muita confiança e luta no trabalho de cada um para que a empresa fosse reerguida o quanto antes. Em 1976, decide-se por uma nova reestruturação das atividades, concentrando-se apenas no setor de móveis e eletrodomésticos, focando os investimentos na expansão da

---

<sup>64</sup> Entrevista direta com Lourival Rodrigues, ex-funcionário das Casas Fretta na época e empresário do segmento de transportes, no dia 04 de fevereiro de 2012.

empresa, tornando-a uma rede de lojas, com abertura de novas filiais em Braço do Norte, Criciúma, Tubarão, Araranguá, Urussanga, Imbituba, consolidando sua liderança no varejo de móveis e eletrodomésticos no Sul do Estado. Em 1995, por decisão dos sócios, foi realizado um reagrupamento societário e as lojas passaram a ser administradas por cinco novas empresas, que tiveram mais liberdade de ação, proporcionando uma identificação maior com a região que atua.



**Gráfico 4: Evolução dos dados populacionais do município de Tubarão-SC, por situação do domicílio, a partir de 1940 até 2010.**

Fonte: Censos demográficos do IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Além destas experiências bem-sucedidas, podemos destacar ainda a iniciativa pioneira na indústria de porte médio de Leocides Zandavalle, ao fundar a Incocesa, a Cerâmica Impisa em Criciúma e a Refreaza que atualmente é a Itagres Revestimentos Cerâmicos, contribuindo significativamente para a expansão deste setor. Outras iniciativas surgiram como a Inbral, a Alusud (Alcoa), Metalúrgica Souza, Indústria Metalúrgica Legname (ex-funcionários da Estrada de Ferro). Nem todas continuam atuando em seus respectivos setores, simplesmente por que mudaram ou desapareceram. Importante destacar que o surgimento destas iniciativas compreende um período que coincide com o “milagre brasileiro”, quando os incentivos fiscais estavam à disposição para quem se dispusesse instalar indústrias.

Dentro de um contexto macroeconômico, o país está presenciando mais um período dos ciclos médios com significativa expansão de alguns setores novos inclusive. Existe uma relativa

abundância na oferta de crédito internacional (petro-dólares) do qual a economia nacional se beneficia, impulsionando mais uma das etapas do parque industrial brasileiro, já analisado anteriormente. Regionalmente, a situação não difere e, mais uma vez boa parte das iniciativas além das citadas acima, segundo Vettoretti (1992, p. 149), o “[...] grosso da mobilização econômica tubaronense, em fases cíclicas, sempre dependeu de investimentos e decisões externas.”

No estudo sobre a indústria de Santa Catarina, Mamigonian (2011) constata uma forte regionalização dos ramos definindo a região sul do Estado como área carbonífera-cerâmica. Tubarão destaca-se pela localização do maior complexo termoeletrico brasileiro (Jorge Lacerda), fornecendo energia para indústrias de outros centros industriais importantes. Para Goularti Filho (2005), devemos entender a constituição da Sociedade Termoeletrica de Capivari (Sotelca) dentro do contexto nacional de expansão acelerada de geração e transmissão de energia elétrica e do melhor aproveitamento do carvão nacional.

No estudo intitulado **Usina termoeletrica em Santa Catarina: da concepção da Sotelca à privatização da Jorge Lacerda**, Goularti Filho (2004), destaca que a expansão dos investimentos em energia à base de carvão fazia parte das estratégias do governo federal pós-1973 em substituir derivados de petróleo. Na época, a Usina contava com várias unidades no seu complexo, prevendo para entrar em operação a Unidade VII, a Jorge Lacerda C, em 1988. A falta de recursos financeiros no mercado para financiar a obra (fim dos petrodólares) e a desaceleração da economia nacional, principalmente nos anos de 1981 a 1983, retardou o início da obra (1985) e atrasaram em nove anos o prazo de entrega desta Unidade, finalmente inaugurada em 1997, um ano antes da privatização do sistema de geração de energia da Eletrosul<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> Dentro do Programa Nacional de Desestatização, o setor elétrico brasileiro aos poucos foi sendo desestruturado. A participação do capital externo alterou profundamente o panorama no setor adquirindo 49,06% das empresas privatizadas, que correspondia a 10.501,2 milhões de dólares. A Eletrosul foi incluída no Programa em maio de 1995, dentro do Decreto nº 1.481, onde foi montada uma estratégia diferente, dividindo a empresa em duas partes: a Eletrosul, responsável pela transmissão, e a Gerasul, responsável pela geração. Em 1998, a Gerasul foi vendida para a Tractebel, empresa do Grupo Suez, de origem belga, por 800,4 milhões de dólares. Este Grupo atua nos setores elétricos e de saneamento em 120 países e está dividida em 3 empresas: a Tractebel, um dos maiores geradores de energia do mundo, a Ondeo, a maior empresa de saneamento e abastecimento de água do mundo, e a Sita, empresa que lidera nos serviços de tratamento de resíduos industriais na Europa, América Latina e na Ásia, (GOULARTI FILHO, 2004).

Com a publicação do **Cadastro Industrial – 1965: Santa Catarina**, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1968), consegue-se identificar de forma clara os setores ou tipos de indústria que se destacam nos municípios da amostra, de acordo com a quantidade de pessoal ocupado estimado geral e por município. Observando os dados apresentados nas tabelas 4 e 5, a regionalização apresentada por Mamigonian (2011) é evidente, concentrando os maiores percentuais do pessoal ocupado nas principais atividades que envolvem a área carbonífera-cerâmica, e numa segunda posição, as indústrias de produtos alimentares e vestuário, calçados e artefatos de tecido (12,9%), bastante pulverizada entre os municípios integrantes da amostra.

**Tabela 4: Pessoal ocupado estimado em 1965 - Geral(\*)**

<b>Classificação da Indústria</b>	<b>Número de pessoas ocupadas</b>	<b>%</b>
Minerais não metálicos	370	4.9
Metalurgia	182	2.4
Mecânica	111	1.5
Material de transporte	6	0.1
Madeira	134	1.8
Mobiliário	173	2.3
Couro, peles e similares	11	0.1
Produtos de perfumaria, sabões e velas	26	0.3
Têxtil	20	0.3
Produtos alimentares	980	12.9
Produtos minerais	4996	65.7
Borracha	4	0.1
Química	2	0.0
Vestuário, calçado e artefatos de tecido	433	5.7
Bebidas	146	1.9
Diversos	14	0.2
<b>TOTAIS</b>	<b>7608</b>	<b>100</b>

**Fonte: IBGE. Cadastro Industrial-1965: Santa Catarina, Vol.IX, 1968.**

(\*) Amostra do Cadastro Industrial formada pelos municípios de Araranguá, Armazém, Criciúma, Laguna, Pedras Grandes, Tubarão e Turvo.

O critério adotado para indicação do número de pessoas ocupadas considera o ponto médio de cada código fornecido pelo IBGE para cada atividade industrial.

Analisando especificamente os dados contidos na tabela 5 para pessoal ocupado nos municípios de Criciúma e Tubarão, fica ainda mais

clara a força das indústrias ligadas a minerais não metálicos e a produtos minerais. Para o município de Criciúma, nenhuma outra área ou atividade industrial supera estas, o que também se confirma para Tubarão quanto às indústrias ligadas à extração de produtos minerais e, não mantendo a mesma posição quanto ao pessoal ocupado para a indústria de minerais não metálicos.

Ao compararmos os dados quanto ao pessoal ocupado e a produção catarinense de carvão mineral, verificamos que a produção do mineral teve um aumento significativo neste período (1965) assim como em anos anteriores e posteriores a este. Este aumento pela demanda do mineral se deveu a uma maior demanda por energia e outros conforme consta na tabela 3, produzida no complexo Jorge Lacerda, atendendo assim, as necessidades dos principais centros industriais de Santa Catarina e sul do Brasil.

Como já apresentado anteriormente, Mamigonian através dos seus estudos sobre “**Vida regional em Santa Catarina**”, apresenta-nos duas cidades que polarizam na produção e sua comercialização na região sul de Santa Catarina: Criciúma e Tubarão. Sob esse aspecto, apresentar algumas comparações entre ambas é algo natural, porém, aqui cabe destacar que o objetivo não é estabelecer um *ranking*, e sim visualizar qual o momento em que estavam postas as condições materiais para o processo de diversificação econômica e produtiva da região carbonífera visando enfrentar a nova realidade produtiva a partir da desaceleração da extração e beneficiamento do carvão.

Em Criciúma, a primeira indústria do vestuário surgiu em 1949, com a Camisaria Aguiar, de José Aguiar e Esperancio Vidal, sucedida em 1960, por Confecção Vidal, de Diomício Vidal, cujos proprietários eram todos alfaiates. Além destas, outras iniciativas começaram neste período trabalhando com atacado de “secos e molhados”, transformando-se em malharias bem consolidadas já no final dos anos 60 e início dos anos 70. Devido a expectativa favorável e à facilidade de entrada no mercado, a indústria do vestuário do sul do estado, centralizada em Criciúma, disseminou-se para Tubarão, num segundo momento.

O mesmo vale também para o setor cerâmico (Cesaca, Ceusa, Cerâmica Cocal – futura Eliane, Refreaza – refratários Zandavalle, que depois se transformou na Pisos Tubarão, atual Itages); a indústria de calçados, este começando pela cidade de Araranguá, com a firma de Leopoldo Marques Petry, estendendo-se para Criciúma, principalmente; e o setor das indústrias metalúrgicas, sendo a metalúrgica Spillere (Nova Veneza) a mais antiga, fundada em 1946. Portanto, no final dos anos 60, estavam dadas as condições materiais para o processo de diversificação

econômica e produtiva da região carbonífera, (GOULARTI FILHO, 2005).

Em menor escala, até meados dos anos de 1980, a indústria de matérias plásticas (Embalagens Canguru e Inza, ambos do Grupo Zanatta, em 1970 e 1974, respectivamente), a metal-mecânica (este ficou prejudicado pela recessão da economia nos anos 80 e pelo início do desmonte parcial do complexo carbonífero pós-1985) e a indústria de tintas, vernizes e solventes com origem de capital diversa (surgiu para atender à demanda de esmaltes e corantes das cerâmicas e das indústrias de descartáveis plásticos) passaram a comandar, em paralelo com as atividades carboníferas, o processo de acumulação capitalista e, portanto, de indução da renda, na região.

**Tabela 5: Pessoal ocupado estimado em 1965 por Município da Amostra(\*)**

Classificação da Indústria	MUNICÍPIOS							TOT AL
	Araran guá	Armaz ém	Criciú ma	Lagu na	Pedras Grandes	Tubar ão	Tur vo	
Minerais não metálicos	6	15	217	43	2	87	-	<b>370</b>
Metalurgia	14	-	116	2	-	50	-	<b>182</b>
Mecânica	14	-	20	-	-	77	-	<b>111</b>
Material de transporte	-	-	2	-	-	2	2	<b>6</b>
Madeira	10	23	21	36	6	36	2	<b>134</b>
Mobiliário	21	2	25	14	-	109	2	<b>173</b>
Couro, peles e similares	7	-	-	-	-	2	2	<b>11</b>
Produtos de perfumaria, sabões e velas	11	-	-	2	-	13	-	<b>26</b>
Têxtil	-	-	9	9	-	2	-	<b>20</b>
Produtos alimentares	386	12	99	158	113	163	49	<b>980</b>
Produtos minerais	-	-	4278	10	-	708	-	<b>4996</b>
Borracha	-	-	4	-	-	-	-	<b>4</b>
Química	-	-	2	-	-	-	-	<b>2</b>
Vestuário, calçado e artefatos de tecido	224	-	149	8	-	52	-	<b>433</b>
Bebidas	-	-	4	-	115	27	-	<b>146</b>
Diversos	-	-	14	-	-	-	-	<b>14</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>693</b>	<b>52</b>	<b>4960</b>	<b>282</b>	<b>236</b>	<b>1328</b>	<b>57</b>	<b>7608</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1968).

(\*) Amostra do Cadastro Industrial formada pelos municípios de Araranguá, Armazém, Criciúma, Laguna, Pedras Grandes, Tubarão e Turvo.

O critério adotado para indicação do número de pessoas ocupadas considera o ponto médio de cada código fornecido pelo IBGE para cada atividade industrial.

Analisar e identificar os desdobramentos dessa acumulação (atividades carboníferas), associada à presença de pequenas iniciativas locais - num primeiro momento – aliado a presença forte do Estado, por meio de linhas de crédito, permite o surgimento de outras atividades que em um curto espaço de tempo conseguem se inserir no mercado local e nacional de forma vigorosa é a tarefa que cabe ao pesquisador na etapa seguinte da pesquisa.

#### 4.4 DE 1991 ATÉ 2010: UMA NOVA REALIDADE

Até o presente momento é notório neste trabalho a importância das atividades carboníferas para a economia sul catarinense, com destaque para as cidades polo de Criciúma e Tubarão. O final da década de 1980 e início da década de 1990 marcam o fim de um período no seu processo de acumulação, como atividade principal nas respectivas cidades. Este, porém não é um fato isolado. Está inserido num contexto maior, de macroperiodizações que não podem servir de “camisa de força”, é elaborada a partir da definição de critérios de seleção do tema, que aqui engloba especificamente questões pertinentes a história econômica regional.

Goularti Filho (2002, p. 57-58), em **“Formação econômica de Santa Catarina”**, afirma que uma periodização da formação econômica do Estado de Santa Catarina, necessariamente deverá ter como referência marcos da formação econômica do Brasil, pois este é uma unidade subnacional dentro de um sistema nacional.

[...] A macroperiodização não pode ser uma camisa-de-força. Isso implica que, quando termina um período e começa outro, em algumas regiões ainda perdura o padrão do período anterior. A mudança do padrão de acumulação na economia central não uniformiza a mudança na periferia, apenas acelera esta mudança. A forma de inserção da periferia no novo padrão vai depender das suas estruturas sociais e econômicas, ou seja, a periodização é nacional, mas quando observada regionalmente, fora do centro dinâmico da economia, ela assume contornos diferenciados e as datas que servem para marcar as mudanças no padrão de acumulação podem ser mais elásticas.

Com a identificação dos principais elementos que agiram no padrão de acumulação da economia regional, até o presente momento, cabe agora identificar qual ou quais são os novos elementos que predominam para esse novo padrão de acumulação com suas variadas formas e configurações, embora alguns ainda não estejam muito bem definidos, como citado e relatado no item anterior. O que caracteriza o final e início de um período não é exatamente uma data fixa, mas um processo a partir do qual um padrão começa a ser mais predominante que o outro que se baseia num critério de escolha que precisa estar afinado com o tema estudado.

Os anos de 1970 e 1980, em escala global, marcam o início de um processo de mudanças quanto aos novos princípios que nortearão o modelo capitalista denominado de neoliberalismo.<sup>66</sup> Observando a hierarquização desse, o Brasil e consequentemente Santa Catarina entram em um novo período que provocará alterações significativas no sistema produtivo. Em âmbito nacional, no início dos anos de 1990, cria-se o Programa Nacional de Desestatização, através da Lei 8.031/90, no qual a economia brasileira teve seu escopo ampliado de forma significativa, entrando para a agenda das reformas econômicas iniciadas em 1990 provocando uma reestruturação efetiva do Estado brasileiro.

Com esse Programa visava-se eliminar a inflação crônica<sup>67</sup> e retomar o crescimento do país por meio de reformas estruturais obtidas a partir da abertura comercial e financeira, transferindo dessa forma os ativos públicos para o controle do capital privado. Reduzir a dívida pública, retomar os investimentos, modernizar o parque industrial, concentrar os esforços em atividades fundamentais (educação, saúde e segurança) bem como democratizar a propriedade do capital das

---

<sup>66</sup> Este modelo sustenta-se na crença - baseado na teoria dos jogos - de que em um mercado livre e competitivo, os preços tenderiam naturalmente ao equilíbrio, sendo, porém impossível calcular o momento do equilíbrio, como é demonstrado no estudo "**O Universo Neoliberal do Desencanto**", recentemente lançado. Para Belluzzo e Almeida (2012), as políticas dos anos 90 entendiam que bastava expor a economia à concorrência externa e privatizar para lograr ganhos de eficiência micro e macroeconômica, o que segundo os autores, mostrou-se como uma inserção falsa. O Brasil o caminho inverso dos asiáticos que abriram a economia para as importações redutoras de custos.

<sup>67</sup> Aos governos bastaria remover todos os empecilhos ao funcionamento dos mercados e tentar atingir os chamados preços de equilíbrio através das taxas de juros do Banco Central. Se não dá para calcular, joga por terra toda a mistificação sobre taxa de juros neutra e PIB potencial - os principais pilares teóricos a sustentar a taxa Selic brasileira (NASSIF, 2012).



empresas nacionais, figuravam entre as estratégias desse (BÉRZIN, 2005).

Ao longo do capítulo 2, destacamos o papel das forças políticas que ora são contrárias as políticas internas nacionalistas e desenvolvimentistas, ou seja, privilegiam os modelos externos, como foi o modelo neoliberal dos anos de 1990 seguidos pelos ex-presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso e, ora simpatizam com essas com um papel fundamental para ações estatais que visavam estruturar e ou fortalecer segmentos da economia interna, sejam eles industriais ou financeiros.

Os anos de 1980 e 1990, principalmente, caracterizam-se pela implantação de um conjunto de medidas onde a participação do Estado na economia foi execrado e, este culpado por todas as mazelas na época, pela sua incompetência quanto ao gerenciamento dos negócios. Menos de três décadas após a crise da dívida externa e as políticas liberais que se seguiram à estabilização dos anos 90, conforme Belluzzo e Almeida (2012), “[...] encerraram uma longa trajetória de crescimento industrial e criaram as bases para o retrocesso da indústria de transformação. A participação da indústria no PIB caiu de 35,8% em 1984 para 15,3% em 2011.”

As forças políticas contrárias às políticas internas nacionalistas e desenvolvimentistas defendem a Reforma do Estado como uma forma de o Estado alterar suas relações com o setor privado, baseado na questão de regime de propriedade permitindo assim, o estabelecimento, no setor público, de uma administração pública gerencial. Para Pereira (1997, p. 27) um dos mais áduos defensores dessa corrente, o Estado brasileiro, baseado no modelo burocrático prussiano implementado por Getúlio Vargas, não se mostrou eficiente em face da nova realidade econômica e social brasileira, tornando-se necessário mudar a forma pela qual as relações entre o Estado e a sociedade ocorrem. A Reforma do Estado seria a condição básica não só para a realização do ajuste fiscal, mas para a “[...] existência de um serviço público moderno, profissional e eficiente, voltado para o atendimento das necessidades dos cidadãos.”

Críticos desse modelo, Belluzzo e Almeida (2012) defendem que as políticas inspiradas no consenso neoliberal desataram a valorização da taxa de câmbio real (nesse caso, na contramão do Consenso de Washington), a privatização das empresas produtoras de insumos e serviços fundamentais e promoveram uma elevação da carga tributária, onerando sobretudo a indústria, o investimento e as exportações. “As privatizações tinham como propósito de curto prazo aumentar a receita do governo. Na verdade, a receita fiscal foi tragada pela carga de juros,

irmã siamesa do câmbio real valorizado. A suposta eficiência dos serviços privatizados escorreu pelo ralo do aumento real de tarifas.”

O modelo adotado desde os anos 1990, a pretexto de estimular a competitividade da indústria, realizou a operação contrária. Desalentou as exportações de manufaturados e favoreceu as importações predatórias, filhas diletas do câmbio valorizado, dos custos elevados dos insumos de uso generalizado e de um sistema tributário irracional. Esses foram os principais pontos apontados pelos inúmeros empresários e industriais entrevistados ao longo dos últimos meses, para a realização deste estudo, como obstáculos de suas atividades assim como a expansão dos seus negócios.

Através da adoção dessa nova proposta ou modelo, a noção de propriedade passaria a ser dividida em duas. No núcleo estratégico e nas atividades exclusivas do Estado, a propriedade deveria ser estatal. Seriam regidas por um contrato de gestão, mediante o qual seriam definidos os objetivos das entidades executoras do Estado e seus respectivos indicadores de desempenho, garantindo assim recursos orçamentários (proventos, materiais humanos e financeiros) visando alcançar bons resultados, entenda-se quantitativos. Para o setor de bens de produção e serviços destinados ao mercado, as atividades deveriam ser feitas pelo setor privado, considerado mais competente para tal, retirando-as do controle estatal.

O processo de desestatização da economia brasileira pode ser dividido em fases. A primeira ocorreu no início dos anos de 1980, com empresas menos significativas, até chegar ao final dos anos de 1990, envolvendo empresas consideradas gigantes em seus respectivos setores, como é o caso dos setores siderúrgico, o petroquímico e de fertilizantes, o ferroviário, de serviços elétricos, o da mineração e portuário, entre outros. Segundo Bérzin (2005), os defensores argumentavam ainda que a questão da desestatização fosse fundamental para a reprodução do Modo de Produção Capitalista por uma série de motivos como: entrada de capital privado; compra de empresas por um baixo preço em boas condições (na visão do comprador); as empresas estão inseridas no mercado; e, sanear as contas das empresas antes de repassá-las para a iniciativa privada, ficando para o Estado o custo do saneamento das mesmas.

O foco do Programa Nacional de Desestatização baseava-se na política fiscal, vinculado à preocupação do governo em desestatizar, a fim de contribuir para a redução da dívida pública, saneando as finanças públicas, o que efetivamente não aconteceu, muito pelo contrário. Assim, deixava claro o fim da política desenvolvimentista baseada no planejamento estatal, bem como a diminuição de uma interação entre

privatização e política industrial e de crescimento para o país. Os reflexos desse Programa foram sentidos em sua plenitude no Estado de Santa Catarina por conta de três processos de desestatização. Primeiro a Companhia Mineradora Próspera, em segundo, a Gerasul e em terceiro, a Ferrovia Tereza Cristina (BÉRZIN, 2005).

O sul de Santa Catarina, especialmente Tubarão e todo complexo carbonífero foi atingido de forma intensa com essas medidas de cunho neoliberal introduzidas de forma abrupta pelos governos dos ex-presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique. Compreender a conexão existente entre o processo capitalista global independente da fase com as particularidades da área objeto deste estudo para esse período delimitado é de fundamental importância.

Dado a importância do complexo Jorge Lacerda para a economia dos municípios de Tubarão e Capivari de Baixo é pertinente aprofundar um pouco com dados esse cenário. Até 1988 o ritmo das obras na Unidade VII da Jorge Lacerda, manteve-se acelerado, começando a sentir os cortes orçamentários em todos os investimentos do Estado. Segundo Goularti Filho (2004), “[...] as políticas neoliberais dos anos 1990 atingiram a Jorge Lacerda em duas frentes: 1) atraso na entrega da unidade VII, e 2) privatização.” A cada ano que passava, eram feitos novos cortes, e o prazo de entrega era prorrogado, e quando finalmente estava concluído, o Complexo Jorge Lacerda possuía potência instalada de 862.000 kW.

As consequências da abertura comercial dos anos 90 foram negativas, num primeiro momento, em função da importação do carvão e fechamento de várias atividades que utilizavam os subprodutos do carvão. O destaque na presença maciça da indústria cerâmica e de azulejo deve seu impulso ao carvão, assim como também o florescimento da indústria de confecções, de plásticos e metal-mecânica são atividades que têm um potencial para crescimento maior na região sul-catarinense.

Como apresentado anteriormente, Santa Catarina segundo Mamigonian (2011, p. 91) apresenta uma forte regionalização nos ramos industriais o que não impediu que os efeitos da “[...] abertura comercial desastrosa dos anos 90 as empresas das referidas regiões passaram por enormes pressões econômicas tendo sido obrigadas às duras reestruturações, incluindo reespecializações em direção às áreas de mão de obra mais barata.” A partir dessa nova realidade, as iniciativas empresariais incluíram diversificações, tendo havido grande aumento da produção de confecções no Sul do Estado, entre outras, como veremos a seguir.

Não podemos negar a inclusão de Tubarão como área de influência do polo industrial de Criciúma, porém é fundamental destacar que os laços de dependência não são tão fáceis de serem analisados, ou melhor, exigem um pouco mais de atenção para que processos diversos não sejam interpretados de forma homogeneizada. Compreender como esses processos se manifestaram e quais as combinações que se concretizaram, bem como quais as externalidades que contribuíram ou que inibiram sua ação, é o desafio que visualizamos para esta etapa do estudo.

Diante do exposto, é fato que a economia do sul catarinense se constitui em uma economia de aglomeração, com papel de destaque, não só frente ao Estado de Santa Catarina, como também dentro da economia nacional. É necessário entender a inserção de Tubarão não só como reflexo desta economia atualmente, mas também como dotada de certos condicionantes que, historicamente, vão dar um *status quo* próprio a esta inserção. Desta forma, acreditamos como destaca Santos (1988), que a análise geográfica deve investigar como uma mesma forma de produzir se concretiza em parcelas específicas de um país, associando a nova dinâmica às condições pré-existentes. Então, é importante reconstituir a história do lugar, as condições existentes quando o que é externo à área se torna interno e a inserção da área na divisão territorial do trabalho, sempre considerando o que já existe e o novo.

O baixo desempenho dos pequenos proprietários locais e a forte dependência dos empreendimentos estatais não permitiu que o capital se transformasse em industrial, engendrando uma nova dinâmica regional. Mesmo sendo sede da oficina da EFDTC, as pequenas ferrarias e funilarias que para ela prestavam algum tipo de serviço não se tornaram empresas de porte considerável para formar um pequeno parque metal-mecânico na cidade. Nem mesmo as empreiteiras contratadas pela Eletrosul tinham sede em Tubarão. Ou seja, havia comando, mas não havia dinamismo no pequeno capital industrial local. As raízes do atraso industrial de Tubarão residem na sua formação socioespacial: uma fraca divisão do trabalho e uma acumulação mercantil lenta e pulverizada. Esta formação é uma extensão da formação de Laguna.

A desativação do Lavador de Capivari e da Souza Cruz, além da privatização da EFDTC e a redução dos investimentos para a construção da Unidade VII da Jorge Lacerda, fizeram Tubarão mergulhar numa

Tabela 06: Número de Empregos em 31/12, por atividade econômica - Tubarão - SC

Ano	Atividade Econômica	Vinculo em 31/12																			
		1986	1987	1988	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2006	2007	2008	2009
	Extrativa mineral	629	742	278	377	161	111	71	62	63	36	34	30	41	36	44	44	54	51	51	59
	Indústria de produtos minerais não metálicos	1.855	2.097	2.359	2.536	1.227	1.150	1.159	1.240	916	960	875	883	876	857	887	936	1.029	1.084	999	945
	Indústria metalúrgica	618	600	535	588	101	82	148	222	245	255	357	553	559	590	590	728	794	763	931	986
	Indústria mecânica	170	201	222	333	257	329	319	115	231	197	237	231	542	496	378	428	549	905	666	563
	Indústria do material elétrico e de telecomunicações	14	16	13	15	13	20	30	53	58	27	44	64	49	80	74	95	208	287	326	444
	Indústria do material de transporte	22	21	21	23	34	16	35	83	74	87	62	140	155	107	121	127	69	57	57	54
	Indústria de madeira e do mobiliário	394	395	346	369	246	169	184	178	240	265	241	259	317	470	466	589	547	576	575	645
	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	57	64	61	64	65	64	66	83	131	140	206	196	241	347	348	473	433	432	493	506
	Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares; ind. diversas	366	470	604	471	60	57	64	136	197	137	143	115	120	103	119	123	134	134	178	154
	Ind quinana de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	63	89	146	133	99	103	114	138	67	117	168	172	231	245	356	424	299	379	488	396
	Indústria textil do vestuário e artefatos de tecidos	510	660	763	1.056	754	779	753	1.270	1.056	973	1.230	1.552	1.719	1.542	1.854	1.634	1.858	2.046	2.107	2.120
	Indústria de calçados	25	25	7	12	14	7	6	11	3	3	0	1	3	4	5	4	6	5	3	2
	Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	233	270	283	303	335	334	357	463	558	681	717	626	577	576	557	681	790	821	786	781
	Serviços industriais de utilidade pública	1.592	1.632	1.714	2.067	1.929	1.725	1.707	466	494	425	394	390	407	435	407	427	387	693	683	157
	Construção civil	551	1.007	1.600	943	1.089	1.425	1.227	735	927	740	713	810	1.427	1.997	1.829	1.524	1.036	1.211	1.115	1.614
	Comércio varejista	2.877	2.787	2.769	3.072	2.647	2.561	2.754	3.251	3.108	3.744	3.962	5.056	4.571	5.256	5.586	5.846	7.623	7.807	8.447	8.964
	Comércio atacadista	243	271	305	389	322	371	476	576	593	775	747	639	632	813	896	985	1.099	1.257	1.293	1.434
	Instituições de crédito, seguros e capitalização	533	477	410	433	355	330	453	460	343	323	311	314	319	288	375	367	369	373	375	417
	Com. e administração de imóveis; valores mobiliários; serv. técnico...	828	782	842	660	924	842	1.215	761	636	691	727	784	913	1.077	1.041	1.011	1.737	1.266	1.312	1.965
	Transporte e comunicações	1.871	1.904	2.029	2.446	1.533	1.504	1.428	1.648	1.615	1.547	1.496	1.549	1.655	1.682	1.700	1.689	2.122	2.035	2.198	2.235
	Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, relaxado, T...	1.470	1.599	1.813	1.841	1.791	1.761	1.828	788	864	953	1.124	1.253	1.316	1.468	1.619	1.645	1.954	2.064	1.991	2.077
	Serviços médicos, odontológicos e veterinários	473	507	509	506	625	607	615	661	712	853	859	844	939	1.042	995	1.049	1.430	1.546	1.618	1.787
	Educação	172	195	238	238	175	163	160	232	999	1.338	1.519	1.912	2.259	2.728	2.819	2.999	3.075	3.133	3.399	3.491
	Administração pública direta e autárquica	1.380	1.516	1.587	1.619	1.550	1.300	1.464	3.546	1.654	1.699	1.339	1.355	1.199	1.618	1.618	1.288	1.286	1.768	1.873	2.119
	Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	25	26	33	35	61	71	71	185	226	151	159	141	142	187	206	232	127	102	112	114
	Outros / ignorado	24	206	372	374	477	654	1.073	863	84	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	16.995	18.559	19.831	20.903	16.848	16.535	17.577	18.206	16.094	17.147	18.112	19.853	21.565	23.585	24.659	25.248	29.035	30.775	33.057	34.029

Fonte: RAIS (2011)

grave crise econômica<sup>68</sup> nos anos de 1990, ao contrário de Criciúma que, nessa mesma época, aprofundou a diversificação industrial. As atividades industriais mais dinâmicas que existem atualmente em Tubarão são decorrentes da expansão industrial de Criciúma, como, por exemplo, a indústria cerâmica (Itagres e Incocesa – sendo esta última de propriedade do grupo Cecrisa, com sede em Criciúma) e a do vestuário. Recentemente, a forte expansão da orizicultura vem substituindo, em parte, a condução da renda, antes gerada pelos investimentos estatais, com a formação de um incipiente complexo agroindustrial arrozeiro, (GOULARTI FILHO, 2002).

Para analisar e compreender a nova realidade sobre o cenário econômico de Tubarão por conta da desativação, abandono e desestruturação de suas principais forças motriz até o final da década de 1980 e início de 1990, é necessário acompanhar via Relação Anual de Informações Sociais<sup>69</sup> (RAIS), o comportamento do mercado de trabalho entre 1986 e 2009. A partir deste importante instrumento de coleta de dados para o setor é possível verificar quais são as atividades que apresentam um crescimento quantitativo e qualitativo e as diversas formas de complementação entre estas.

Instituído por decreto em 1975, os primeiros dados disponibilizados sobre o número de empregos por atividade econômica de forma sistemática são do ano de 1986, quando o mercado de trabalho local ainda não apresentava nenhuma alteração por causa de mudanças administrativas ou de qualquer outra natureza nos principais agentes produtivos. A extração e beneficiamento do carvão mineral estavam batendo recordes de produção ano após ano (Tabela 06) absorvendo parcela significativa de trabalhadores em suas atividades diretas e indiretas como é possível verificar na tabela 6. Entre as atividades econômicas que eram destaque com elevados índices de emprego nesse período (1986) ligados ao setor público e que, sem exceção, nenhuma delas conseguiu manter-se na mesma colocação até o final dessa série (2009), estão serviços de utilidade pública (produção e distribuição de energia, tratamento e distribuição de água e correios), administração

---

<sup>68</sup> O impacto com a privatização da Jorge Lacerda, em 1998, não houve demissão em massa ou fechamento de unidades. A ELETROSUL continua atuando em Capivari de Baixo com as duas sub-estações.

<sup>69</sup> A ausência dos dados referentes ao número de empregos criados nos anos de 1990, 1996 e 2005 na tabela 6, não configura uma arbitrariedade do pesquisador, mas sim, se deve pela simples indisponibilidade dos mesmos pelo órgão público responsável.

pública direta e autarquias (a que menos foi afetada com perda de empregos) e a extrativa mineral, hoje praticamente insignificante o número de pessoas empregadas nesta atividade no município.

Atividades econômicas consideradas tradicionais no conjunto da economia tubaronense, desde seu princípio, e que não estão diretamente vinculadas com o setor público, continuam liderando o número de pessoas empregadas em Tubarão segundo relatório, no ano de 2009. Em 1986, as atividades de comércio varejista, transportes e comunicações, indústria de produtos minerais não metálicos (cerâmica) e serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, continuaram praticamente estáveis até o final dos anos de 1980 quanto à manutenção e/ou contratação de novos funcionários. Destas, a indústria de produtos cerâmicos minerais não metálicos apresentou perda absoluta de empregos motivada por reestruturações do setor e, principalmente por modernizações nas plantas industriais, uma exigência do mercado cada vez mais competitivo (Tabela 6).

As consequências e os efeitos do Programa Nacional de Desestatização e as políticas neoliberais implantadas pelo governo federal seguidas por empresas públicas e privadas no final da década de 1980 começaram a ser sentidas de forma concreta na geração de renda e emprego em 1989, quando acontecem as primeiras baixas significativas no mercado de trabalho. Este estudo e outros citados anteriormente têm apontado para uma fraca sinergia entre estas atividades econômicas que se complementam em Tubarão, e que se desenvolveram fortemente em outras regiões do Estado, justamente por apresentar uma maior complementação, impulsionando o desenvolvimento destas.

Analisando os dados da tabela 6, constatamos que as atividades econômicas de extrativa mineral, indústria de produtos minerais não metálicos, indústria metalúrgica e indústria mecânica apresentam a complementação citada acima. Pelos dados do relatório, as baixas são consideráveis entre as atividades já no ano subsequente ao anúncio das medidas pelo governo federal, amplamente abordadas neste estudo. As atividades da indústria mecânica e extrativa mineral foram as mais afetadas quanto ao número de empregos extintos, caracterizando uma relação direta com a queda na extração, produção e beneficiamento do carvão mineral no complexo instalado no município nesse mesmo período. Para ilustrar a dificuldade da atividade metalúrgica nessa época, o número de pessoas empregadas em 1989 era de 588, caindo para 101 em 1991, e para 82 pessoas empregadas em 1992, voltando a crescer de forma lenta, porém constante no ano de 1993, totalizando 986 pessoas empregadas em 2009, número este pouco superior ao registrado no início da série histórica, em 1986.

A atividade econômica da indústria metalúrgica que em 1986 era a nona colocada em relação ao número de pessoas empregadas em Tubarão foi a que mais sentiu os efeitos dessa nova fase na economia regional e local contrariando aspectos apresentados sobre sua fraca inserção nas atividades relacionadas com o complexo Jorge Lacerda. Importante avaliarmos a natureza dessa atividade, que se caracterizava na época muito mais pela prestação de serviços de manutenção e de reparos do que pela fabricação de máquinas e implementos de largo uso na usina e lavador, principalmente.

Diferente do que observamos hoje ao analisarmos a carteira de produtos e serviços oferecidos por esta, que vai desde modernas máquinas computadorizadas para a indústria cerâmica, equipamentos esportivos e outras atividades industriais dos mercados, nacional e internacional com alto padrão tecnológico e elevado valor agregado. É o que Belluzzo e Almeida (2012) chamam de “[...] o progresso técnico impulsiona a divisão social do trabalho, engendrando diferenciações na estrutura produtiva e promovendo encadeamentos intra e intersetoriais.”

Ainda, nessa linha dos impactos e reflexos nas principais atividades econômicas em Tubarão, merece destaque a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos. Esta atividade não apresenta nenhuma relação direta com o setor público quanto ao fornecimento de insumos, no entanto, é afetada diretamente pelas políticas e medidas econômicas de abertura do mercado nacional contidas no bojo do projeto neoliberal. Em 1986, registrava 510 pessoas, ocupando a décima primeira posição no número de pessoas empregadas, aumentando ano pós ano este número, chegando em 1989 a 1.056 pessoas empregadas, quando assim como nos principais pólos têxteis do Estado e País, entra em profunda recessão, diminuindo significativamente o número de pessoas empregadas, segundo RAIS (2011).

Esta atividade econômica sente os efeitos da retração dos mercados interno e externo (Europa Ocidental e Estados Unidos, apesar do aumento das barreiras protecionistas) para seus produtos de forma intensa a partir da concorrência dos similares de outros países (China, principalmente) que apresentavam vantagens econômicas significativas o que se deveu fundamentalmente para Mamigonian (2011, p. 95) em “[...] decorrência do processo de abertura comercial: a redução de alíquotas de importação de 105% em 1990 para 20% em 1993 e a sobrevalorização cambial com o Plano Real levaram a uma invasão de produtos estrangeiros [...]”.

A indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos de Tubarão vinha numa ascensão contínua desde o início da série história até 1989, quando sentiu fortemente os efeitos da abertura de mercado, conforme



descrito por Mamigonian. Nos anos de 1991, 1992 e 1993, a atividade conseguiu se estabilizar quanto ao número de pessoas empregadas, voltando a se expandir no ano de 2004, quando alternou períodos de admissões e demissões até 2009. Para Inácio (2008) estudo realizado sobre a **Indústria têxtil de confecção: implicações sócio-espaciais do município de Tubarão (SC)** corroboram com as observações de Mamigonian, destacando que novas e profundas transformações ocorridas na economia e na política brasileira, tais como: a abertura do mercado interno aos fornecedores externos, iniciada em 1990; a eliminação de entraves burocráticos às importações; a redução das tarifas aduaneiras; valorização do câmbio; políticas de juros elevados; entre outras, ocasionaram o fechamento de muitas empresas e obrigaram o setor a investir fortemente na sua modernização para reduzir custos e poder competir com os produtos importados.

Assim como aconteceu em Criciúma quando a mão de obra ociosa do setor carbonífero migrou para o novo e dinâmico setor cerâmico e têxtil, principalmente em épocas de crise, em Tubarão, no final da década de 1980 e início da década de 1990, com a crise provocada pela desativação das principais empresas geradoras de emprego e renda acima relacionadas, ocorre fenômeno parecido. Muitos ex-funcionários dessas empresas migram para as indústrias do vestuário que começam a despontar no município e região como grandes empregadores (ver tabela 6), na condição de trabalhadores ou microempresários, conforme constatado junto aos Sindicatos Patronal e dos Trabalhadores do Vestuário de Tubarão e região (Sintraves).

Em Tubarão, esta atividade atualmente é composta por inúmeras pequenas e médias empresas que surgiram a partir de uma acumulação primitiva de capital e, por uma grande empresa, a Beckhauser Indústria e Comércio de Malhas<sup>70</sup>, com mais de 850 funcionários. O complexo têxtil em Tubarão avançou de tal forma que ocupa a quarta posição em relação ao número de pessoas empregadas, ultrapassando atividades e setores econômicos bem mais antigos, tradicionais e consolidados. A partir da pesquisa realizada junto aos empresários desse segmento bem como ao sindicato da categoria, constatamos que o marco inicial para a

---

<sup>70</sup> Infelizmente os proprietários não foram muito receptivos quanto ao meu trabalho e colaboraram com poucas informações, prejudicando uma análise e interpretação mais profunda sobre o papel da empresa em quesitos como inovação, mercados, moda etc., no município e região. Para mais informações sobre a trajetória da empresa (história), coleções, acessar <http://www.beckhauser-malhas.com.br/historia>.

implantação de atividades têxteis de confecção, foi a liberação de mão de obra de algum setor da economia, nesse caso, a mão de obra feminina, por influência das atividades carboníferas, constituindo-se o principal marco no processo de implantação da indústria de confecção no município de Tubarão e toda a região.

Diferentemente dos casos anteriores, a Beckhauser Indústria e Comércio de Malhas começou a partir de uma pequena iniciativa do Sr. Estélio Beckhauser em 1970 no município de Braço do Norte (SC) com uma pequena loja de confecções no varejo. Dois anos depois, resolveu expandir seu mercado abrindo um atacado de tecidos planos, comercializados nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, em 1978 mudou-se para Tubarão inaugurando uma loja de confecções e tecidos por atacado, porém continuando as atividades da loja em Braço do Norte, no varejo.

Na década de 1990, os proprietários decidem alçar novos voos, quando começam a trabalhar com malhas, fazendo facção de moleton em Brusque e tingimento em Agrolândia para num passo seguinte adquirir dois teares e produzir malha na própria empresa não parando mais o processo de expansão. Em 2000, a Beckhauser adquire a Mar Indústria Têxtil e Tinturaria Ltda., na cidade de Içara, assim iniciando processo de tingimento próprio. No início do ano de 2006, a empresa inicia suas atividades do setor de tinturaria nas instalações da fábrica em Tubarão com capacidade para tingir, em média, 1.000 toneladas/mês. Atualmente, a empresa possui duas lojas, uma localizada em Tubarão e outra em Criciúma.

A partir da consulta aos estudos já relacionados e da pesquisa de campo realizada, percebe-se no município, assim como em toda a Região Sul do Estado, o setor têxtil de confecção divide-se em dois grupos principais: confeccionistas e faccionistas. Os confeccionistas formam a parte mais dinâmica do setor, pois "definem" a moda, procuram o mercado consumidor, buscam a inovação tecnológica e têm maiores possibilidades de diversificação. Já os faccionistas atendem às grandes etiquetas da própria região e de outras cidades (Blumenau, Criciúma, Cocal do Sul e São Paulo, principalmente), sendo especializados na atividade de prestação de serviços, portanto, sujeitos às oscilações do mercado.

Com relação às suas formas e a distribuição espacial atual, Inácio (2008) considera razoavelmente simples a explicação. Segundo o autor, estes estão distribuídos em vários bairros, com exceção ao centro, já que neste, a presença de lojas e demais estabelecimentos comerciais são predominantes. Nesse sentido, constata ainda que a formação social no município seja resultado de adequações às condições impostas pela

atividade de confecção, principalmente quando se observa migrações de trabalhadores em direção a bairros com predominância nesta atividade.

A excessiva valorização da moeda nacional desde aquela época continua sendo um dos principais obstáculos para o desenvolvimento e consolidação de setores e atividades do parque industrial brasileiro até hoje. A não intervenção do governo obedece a uma máxima do modelo de política econômico neoliberal assentado no tripé do livre câmbio, responsabilidade fiscal e superávit primário. Este não era o entendimento que existia sobre mecanismos de defesa do patrimônio da indústria nacional em governos anteriores (Vargas, por exemplo) quando estava em questão algo tão importante para a soberania de um país: o controle sobre os fluxos de capitais e sobre as taxas de importação de acordo com a necessidade da indústria nacional para matéria-prima e equipamentos (máquinas).

Quando consideramos o total de pessoas empregadas por atividade econômica no município de Tubarão em 1989, constatamos que ano após ano há um crescimento neste número, totalizando 20.903 pessoas empregadas. Ao observarmos a produção catarinense de carvão mineral, de todos os tipos, constatamos que é justamente nesse período (1985 a 1989) que ocorre a maior extração e beneficiamento junto ao complexo carbonífero da região sul, contemplando diretamente as empresas do setor aqui instaladas e diretamente envolvidas no processo de produção de energia e demais subprodutos do mineral.

Essa ascensão contínua no número de pessoas empregadas é bruscamente interrompida em 1991, quando as consequências da adoção de medidas de desestatização e de abertura do mercado nacional se manifestam de forma clara e direta. São raras as atividades econômicas do município que conseguem manter seu número de empregados, quanto mais, contratar novos. Nesse período são atingidas não apenas empresas públicas, que são grandes empregadoras no município, mas também empresas privadas, como por exemplo, a Souza Cruz que por medidas de reestruturação remaneja suas atividades de entreposto para compra de fumo e revenda de insumos para outras cidades, encerrando definitivamente suas atividades em Tubarão. Somente as atividades econômicas relacionadas à indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas desempregaram 411 pessoas de 1998 à 1991. No cômputo total, as empresas fecharam no período entre 1986 a 1991, 3.908 postos de trabalho.

Entre as atividades econômicas que conseguiram manter ou aumentar parcialmente o número de pessoas empregadas estão os setores da construção civil – que absorveu considerável contingente de ex-funcionários do complexo Jorge Lacerda, principalmente do lavador

-, comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos - que melhorou sua colocação em relação ao número de pessoas empregadas de oitavo para sétimo na comparação entre os anos de 1986 a 2009, porém entraram num período de grande retração nos anos seguintes, superando sua marca inicial apenas no ano de 2000 -, serviços médicos, odontológicos e veterinários – refletem a expansão das atividades da UNISUL, via criação de cursos da área da saúde<sup>71</sup> -, agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal – aumento pela demanda de alimentos no mundo -, e outros/ignorados (Tabela 6).

Um setor da atividade econômica pouco expressiva em Tubarão no final da década de 1980 e início da década de 1990 foi o ensino e que passou por uma transformação e evolução significativa ao ponto de em 2009, figurar em segundo lugar quanto ao número de pessoas empregadas. Tradicionalmente a rede de ensino era composta por escolas públicas e privadas que atuavam em todos os níveis, além de uma instituição de ensino superior: A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA (FESSC). A criação dessa instituição está associada diretamente ao encaminhamento de soluções para os problemas regionais ligados principalmente a questões de gerenciamento das atividades produtivas existentes e ao conhecimento do potencial de recursos existentes, o que desempenhou muito bem no princípio, deflagrando um processo de inserção regional muito bem aceito pela comunidade.

Na visão do professor Schmitz Neto<sup>72</sup>, a Universidade se tornou um dos agentes do desenvolvimento regional mais importante à medida que colocou a serviço o ativo mais valioso que ela possui: o conhecimento, ciência e tecnologia, ciência aplicada e extensão. A inserção continua ainda através da participação em fóruns, colegiados, consultorias, prestação de serviços, pesquisas entre outros sendo cada vez maior e mais efetivo. Destaca que a UNISUL ocupa espaços em diversos conselhos de desenvolvimento regional (ativa e efetiva), participação efetiva na elaboração do projeto Prosperidade Sul

<sup>71</sup> A área da saúde é um dos maiores destaques e a mais importante referência da cidade nos cenários regional e estadual. A partir da criação do curso de medicina, no campus universitário de Tubarão, contribuiu de forma significativa para transformar a cidade em pólo de saúde. Estão instalados no município dois hospitais de referência: o Nossa Senhora da Conceição e o Hospital e Maternidade Socimed, além de dezenas de clínicas altamente renomadas.

<sup>72</sup> Professor Mestre Valter Alves Schmitz Neto, Pró-Reitor de Desenvolvimento e Inovação Institucional na gestão 2010-2014

Catarinense, na elaboração do projeto de ampliação e modernização do porto de Imbituba, participa com acento na câmara da FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC), no setor de infraestrutura e logística está discutindo o sul competitivo (sob a lógica da infraestrutura que a região Sul precisa para gerar emprego e renda para o seu desenvolvimento).

A mudança teve seu início quando da transformação da FESSC em UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL, no dia 25 de janeiro de 1989, pelo Conselho Federal de Educação. Nos anos seguintes, a administração juntamente com seu Colegiado decide pela implantação de um audacioso programa de expansão da Universidade para a região Sul do Estado que se traduziu em números conforme tabela do RAIS de forma vertiginosa entre o ano de 1994 (232) e 1995 (999). O aumento do número de pessoas empregadas não deve ter sido absorvido exclusivamente pela Unisul por causa do seu processo de expansão, porém sem sobra de dúvidas contribuiu muito para esse aumento significativo na contratação de pessoas nessa atividade econômica.

Associados ao crescimento da atividade econômica de ensino aparecem às atividades econômicas que se beneficiam amplamente desta pela sua capacidade de formação e prestação de serviços. Serviços médicos, odontológicos e veterinários são um exemplo clássico dessa combinação entre uma instituição que oferece ensino, pesquisa e extensão aliada a prestação de serviços para a comunidade regional bem como para a própria instituição de ensino. A indústria química de produtos farmacêuticos bem como a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, seguem na mesma linha, beneficiando-se diretamente de cursos ou da estrutura da universidade. Para Schmitz Neto, na área de saúde, a universidade está engajada num projeto que visa à modernização da rede hospitalar instalado na região da Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL) com desconcentração de especialidades e o grau de complexidade mesorregional, tornando-se dessa forma uma referência nesta área no Estado.

Outro projeto audacioso que a universidade está implantando em Tubarão e que vai aproximar ainda mais à comunidade é o Uniparque (NEGÓCIOS DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO DA UNISUL). O empreendimento está aberto a iniciativas e negócios que desenvolvam uma relação colaborativa com a universidade na geração de ciência, tecnologia e inovação. A ideia é contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico social da região. O professor Rafael

Souza Meyer<sup>73</sup>, explica que para uma empresa estar apta para ingressar no empreendimento precisa preencher três requisitos. “Inovação, empreendedorismo e sinergia com a Universidade”, contribuindo assim para o desenvolvimento da região de Tubarão, por meio de negócios de inovação e empreendedorismo.

Ao longo da história da Universidade - esta prestes a completar 50 anos - passa mais uma vez por mudanças que visam garantir sua continuidade assim como ser agente ativo e efetivo no desenvolvimento regional, cujas ações prezam pela qualidade acadêmica, sustentabilidade e pela melhoria da performance institucional, implementa um novo modelo de gestão, focado na Educação Permanente<sup>74</sup>, integrando áreas, níveis e modalidades, sistematizando novos processos e definindo linhas de pesquisa e extensão.

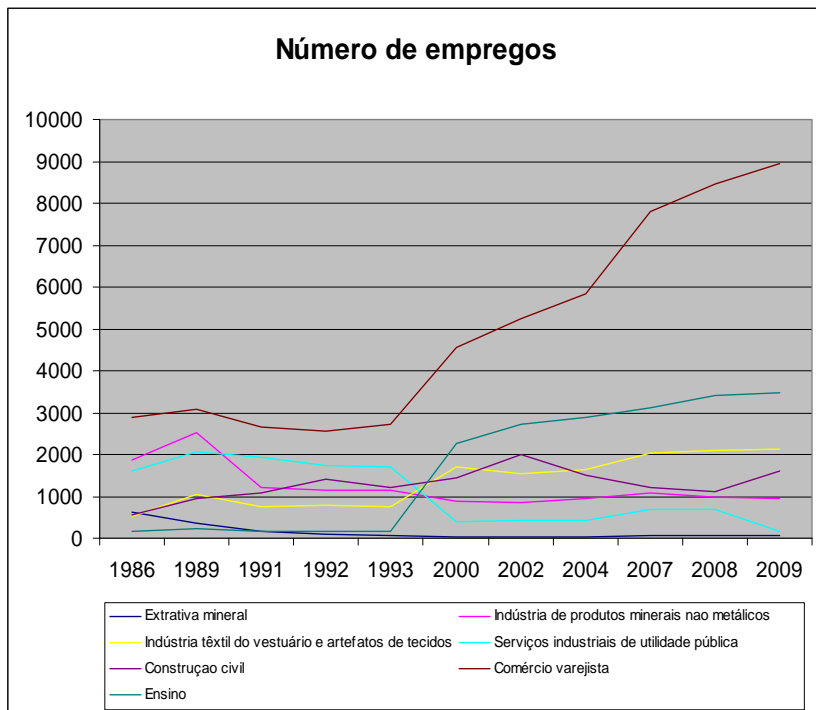
A atividade econômica de transportes e comunicações sempre ocupou lugar de relevância na economia do Município com destaque para o setor de transportes que se caracteriza pela presença de vários e fortes grupos através da prestação de serviços a tradicionais empresas da economia regional, desde a época das empresas públicas. O setor sentiu de perto os efeitos das políticas de abertura do mercado nacional no início da década de 1990, quando sofreu uma grande retração no número de pessoas empregadas superando apenas duas décadas depois (2.235) o número de pessoas empregadas no início da contagem (1.871).

O rol de empresas é o mais variado possível, indo desde empresas especializadas no transporte de passageiros (urbano e interurbano), interestadual (Santo Anjo), de cargas específicas (Votorantin) e variadas que transportam mercadorias para o Brasil todo, bem como para países da América do Sul. A origem dessas também é diversificada com histórias de superação e dedicação ao ofício escolhido. Atuam de forma isolada ou agrupada (cooperativas), dependendo das necessidades do contratante e capacidade de transporte. A recuperação deste setor da atividade econômica acompanha e é parte integrante da expansão do consumo que o país atravessa ao longo dos últimos anos.

---

<sup>73</sup>, Professor Rafael Souza Meyer, coordenador do Uniparque - Negócios de Inovação e Empreendedorismo da Unisul - em Tubarão.

<sup>74</sup> “[...] a Unisul ultrapassa o entendimento de que o tempo de formação acadêmica precisa ser simplesmente aumentado para que o estudante seja educado ao longo da vida, e assume concepções mais universais de Educação Permanente as quais incorporam as vivências e aprendizados externos à universidade e estendem aqueles desenvolvidos no âmbito da universidade, tornando ainda mais consistente a relação da Unisul com a Sociedade.” (UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, 2010).



**Gráfico 05: Número de empregos**

Fonte: Rais (2011), adaptado pelo autor.

Analisando os dados da tabela 4, constatamos uma mudança que supera inclusive a média estadual e nacional quanto ao local de residência. Tubarão, em 6 (seis) décadas inverteu esse contingente de pessoas morando na área rural para área urbana, muito diferente do que já foi descrito anteriormente, concernente não apenas ao contingente humano, mas também quanto aos itens produzidos por esta parcela da população economicamente ativa. A diversidade ainda persiste, porém entre os mais expressivos em quantidade e qualidade destacam-se as criações de aves e de bovinos (leite e carne), a produção de palmito<sup>75</sup>

<sup>75</sup> Assim como foi no passado com a farinha de mandioca e outros produtos, 15% da produção de palmito da safra de 2010 foi exportada, e para um mercado altamente exigente: os Estados Unidos. Além deste mercado, os espanhóis também querem comprar o produto da região, porém a produção ainda não é suficiente para atender a estes e outros interessados (ANUÁRIO ECONÔMICO 2010/2011).

(ainda sem muita tradição, mas com futuro promissor) e a produção de arroz, como carro chefe da agropecuária tubaronense.

Ao compararmos a produção agropecuária de Tubarão do início do século XX com a do início do século XXI, constatamos que algumas cultivares figuram com seus produtos em ambos os períodos. A mandioca, a laranja e a cebola, estão entre as tradicionais, porém, agora com uma produtividade muito superior aquela do início do século XX, adotando manejo e práticas modernas aliadas ao uso de sementes com padrão genético de última geração. Conforme dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2011), a produção do setor agropecuário responde por 1,6% das riquezas geradas no município, empregando 9.144 pessoas, equivalente a 9,39% da sua população total (Tabela 7). No comparativo com a média estadual, o valor está muito distante desta, ficando claro que esta atividade econômica tem pouca participação no total do PIB municipal.

O atual estágio de desenvolvimento da agropecuária tubaronense, verificado a partir da sua elevada produtividade obtida nos exemplos citados, caracteriza o quanto de combinações geográficas estão presentes. A partir de sua estruturação através da ação de órgãos públicos de fomento a pesquisa e extensão (EPAGRI), de cooperativas (COPAGRO<sup>76</sup>) e produtores rurais, os resultados são fruto da interdependência cada vez maior dos elementos físicos, biológicos e humanos que segundo Cholley são considerados como as combinações mais interessantes para o desenvolvimento de determinado espaço em uma determinada escala de tempo.

A tradição e a força do comércio varejista caminham lado a lado com a história de Tubarão, firmando-se como pólo regional na administração pública e no comércio desde sua origem. Desde o princípio deste estudo, este fato é apontado e detalhado com muito

---

<sup>76</sup> A Cooperativa Agropecuária de Tubarão, fundada em 05 de agosto de 1967, tem como sede sua Unidade Administrativa situada na cidade de Tubarão. A Cooperativa tem por objetivo a preservação e a melhoria da qualidade de vida econômica e social de seus associados por meio de ajuda mútua. Atualmente, a cooperativa conta com 190 (cento e noventa) associados, gera 110 (cento e dez) empregos diretos. A estrutura física é composta por: armazém geral, com capacidade para 20.000 (vinte mil) toneladas de grãos; indústria de beneficiamento de arroz, com capacidade produtiva de 3.900 (três mil e novecentos) toneladas de Arroz Beneficiado/mês; loja comercial de insumos, peças e implementos agrícolas; indústria de conservas de palmito de Palmeira Real da Austrália, com capacidade produtiva de 4.108.000 (quatro milhões, cento e oito) potes/ano.



destaque pela sua importância na formação socioespacial da região, especialmente no que diz respeito aos municípios de Laguna e Tubarão. O histórico já amplamente apresentado e fundamentado em outras partes da pesquisa permite-nos avançar mais neste momento para caracterizarmos o papel atual desta atividade econômica para o município bem como delinear cenários futuros e seus respectivos desafios para manter e aprofundar o lugar de destaque no conjunto da atividade econômica do município.

Os dados estatísticos, sejam qual for sua origem, apontam para a pujança da atividade econômica do comércio, varejista e atacadista, tanto na criação de empregos como nos valores arrecadados via impostos municipais, estaduais e federais. O destaque principal é para o comércio varejista que historicamente é destaque na Cidade Azul caracterizando-se como a atividade que mais pessoas emprega como esta demonstrado na tabela 6 do RAIS ao longo de toda série.

Assim como as demais atividades econômicas, o comércio varejista também passou por períodos de admissões e demissões e, o que é fato é que esses períodos de oscilações acontecem praticamente nos mesmos períodos em que outras atividades econômicas registram essas variações, caracterizando uma mudança em termos macroeconômicos. Mais uma vez a virada da década de 1980 para 1990, afeta um setor da economia tubaronense refletindo uma mudança do padrão de acumulação na economia central com seus desdobramentos e peculiaridades na periferia a partir das estruturas sociais e econômicas existentes, conforme destaca Goularti Filho (2002).

Como as demissões em atividades ligadas ao complexo Jorge Lacerda são acentuadas, o comércio sente os efeitos de forma direta, quase que imediatamente. A retomada das contratações acontece em 1994 alternando pequenas variações para mais e para menos nos anos subsequentes até o ano de 2009, quando registra 8.964 pessoas empregadas. Para o comércio atacadista, as interpretações quanto às variações e mudanças acompanham as oscilações do comércio varejista mantendo as devidas proporções de cada setor.

**Tabela 07: Participação dos setores econômicos no PIB catarinense e tubaronense em 2010 (em%)**

Setores	Ano 2010	
	Catarinense	Tubaronense
Agropecuária	8,1	1,6
Indústria	34,4	30,7
Comércio e Serviços	57,5	67,7

Fonte: MTE/CAGED (apud FIESC, 2011), adaptado pelo autor.

O número de empresas no comércio representa o maior setor da economia em Tubarão com 2.731 empresas registradas, conforme dados da secretaria municipal da fazenda de Tubarão, em janeiro de 2010. Pelos dados da tabela 7, constatamos que ao somarmos os setores econômicos do comércio e serviços, ambos são responsáveis por 67,7% do PIB municipal, o que significa a participação em R\$ 1,1 bilhão, considerando-se que o PIB total foi de R\$ 1,6 bilhão em 2010, colocando a Cidade Azul entre as maiores no quesito movimentação comercial do Estado de Santa Catarina.

Isoladamente, o comércio varejista responde por 35% da economia local fazendo com que o lojista esteja atento aos impactos, preparando-se não apenas com a modernização do seu negócio, mas com o necessário processo de qualificação, sempre pensando na excelência do atendimento ao seu cliente. Estima-se que a estrutura do comércio tubaronense esteja disponível para uma população média de 300 mil habitantes, de mais de 20 cidades próximas. Na comparação entre os percentuais de Santa Catarina e Tubarão para os setores do comércio e serviços, observamos que há uma ligeira vantagem de Tubarão em relação ao índice estadual.

Para incrementar ainda mais as opções para os que procuram Tubarão para fazer suas compras no comércio, o setor recebeu durante a segunda metade da década de 2000, dois novos estabelecimentos que são considerados expoentes entre os demais para a região Sul do Estado. Trata-se do Centro Comercial Tubarão, localizado estrategicamente às margens da BR 101 com mais de 40 lojas instaladas vendendo produtos com preços especiais de fábrica e o Farol Shopping, referência entre Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC), que recebeu mais de 4 milhões de visitantes apenas em 2010. Este possui área construída de 52 mil metros quadrados com uma dezena de lojas âncoras e mais de uma centena de lojas satélites, considerado um pólo de compras, lazer e entretenimento, é fonte de arrecadação de tributos e de geração de empregos, (ANUÁRIO ECONÔMICO TUBARÃO, 2010/2011).

Para continuar sendo esta locomotiva na economia local os responsáveis pela atividade precisam estar atentos às mudanças e oscilações do setor, inovar constantemente e criar oportunidades de interação passa ser uma tendência irreversível. Os efeitos da globalização assim como a modernização, a profissionalização e o bom atendimento são itens considerados fundamentais para fazer frente aos negócios e a competição que o próprio mercado exige. A constante adoção de práticas novas para encarar o mercado e poder sobreviver são características da essência do comércio, considerado como uma

atividade dinâmica, competitiva e que exige constante motivação bem como qualificação e excelência no atendimento.

Em relação aos serviços ofertados por empresas no município, verificamos que as atividades econômicas de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação bem como os serviços médicos, odontológicos e veterinários empregam uma parcela significativa nos seus estabelecimentos contribuindo com uma das principais fontes de arrecadação dos municípios. Este tributo incide sobre centenas de setores que prestam os mais diversos serviços dentro do município e pode ser gerado por uma empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo.

Após analisarmos a participação dos principais setores econômicos no PIB tubaronense, cabe fazer uma avaliação sobre a participação dos setores na geração de empregos. O setor da agropecuária conforme último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, registra 3.371 trabalhadores com ocupação principal declarada em atividades rurais, formado na sua maioria por homens com idade superior a 14 anos e menos de um terço (1.085), formado por mulheres. Os demais setores estão devidamente identificados na tabela 8, com o percentual e o total de trabalhadores com carteira assinada.

Uma informação que está diluída em parte nos setores da tabela 8 e que merece destaque é que, quase metade dos trabalhadores com carteira assinada, em Tubarão, está em empresas do setor de serviços ou do setor público, nas três esferas do poder: união, estado ou na prefeitura<sup>77</sup>. Somados, o setor de serviços e os órgãos públicos, empregam 48,2% dos trabalhadores com carteira assinada, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de dezembro de 2010, totalizando 16.794 trabalhadores ocupados.

**Tabela 08: Participação na geração de emprego**

Setor	Percentual (%)	Trab. carteira assinada
Comércio	28,4	9.837
Indústria	23,4	8.076
Serviços	37,5	12.995
Outros*	10,7	3.709

Fonte: Anuário Econômico (2010/2011) adaptado pelo autor.

\* Administração pública, extração de areia, etc.

<sup>77</sup> Conforme Anuário Econômico 2010/2011, na prefeitura municipal de Tubarão trabalham 2.143 funcionários, incluindo estagiários.

Esta forte presença da rede de serviços públicos e prestadores de serviços tornam-se uma aliada da cidade, pois, poucas são as situações em que é necessário procurar em outro local por um tipo de serviço que não se consegue aqui. O rol de serviços vão desde agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Receita Federal, gerência regional do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), coordenadorias regionais do Sebrae, Senai, Senac, Sesi, e Celesc, Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Procon e Junta Comercial e muitas outras. Por ser sede da justiça eleitoral de diversas cidades da região além de ser entrância especial do judiciário, os servidores do fórum são mais bem remunerados com vencimentos que ficam acima da média da remuneração na cidade, gerando consumo e investimentos no município.

Ainda hoje, é forte o discurso na cidade de que o processo de industrialização foi prejudicado por conta da instalação pelos governos federal e estadual de coordenações, diretorias, representações que garantiam o atendimento da população de todo o sul do estado de Santa Catarina. O discurso de que em determinado momento da nossa história se apostou no serviço público em detrimento da industrialização ainda ecoa forte e têm seguidores nas diversas camadas da sociedade. Sendo assim, todo o empreendedorismo e a capacidade de realização foram destinados aos altos cargos dos serviços públicos presente em Tubarão. Nesta lista de empresas públicas além das clássicas já citadas anteriormente, destacamos também os Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Celesc, Telesc, Casan, entre outras.

Essa massa salarial do setor público foi responsável por um longo período pela geração da riqueza na cidade através das compras efetuadas no comércio local, fato este ainda hoje observado e comentado pelos munícipes. A partir da adoção de medidas de cunho neoliberal introduzidas de forma abrupta pelos governos dos ex-presidentes Collor e FHC, o cenário local passa por profundas mudanças na sua estrutura produtiva. Empresas públicas instaladas são gradativamente desativadas, totalmente desativadas e ou vendidas para o setor privado desencadeando uma crise, principalmente no comércio local conforme analisado anteriormente, principal fonte de renda e geração de emprego da população fora do serviço público.

Diante desta nova realidade econômica, ganha força junto aos setores e entidades envolvidas a possibilidade, mesmo que tardiamente, de assumir a responsabilidade de que é necessário investir na industrialização. Para tanto, vários são os fatores que contribuem como localização privilegiada, presença de recursos naturais em grande quantidade além da presença de diversas etnias (amplamente abordado

neste trabalho) na sua composição humana, porém estes por si só não são garantia de sucesso e presença de um parque fabril à altura das potencialidades existentes.

Nossa história mostra que o desenvolvimento industrial foi responsável pela urbanização, pela integração da população ao consumo e pelo crescimento dos demais setores da economia, pois agrega valor ao produto no ato da transformação. Este valor agregado será maior quanto maior é o pacote tecnológico envolvido no processo. A produção e a exportação de commodities agrícolas e minerais, apesar do grande aumento recente, não geram emprego e renda suficientes e no conjunto agregam pouco valor. O setor de serviços, tão importante para a economia, tem parte significativa de seu dinamismo derivado da indústria, portanto necessita que esta atividade seja dinâmica e pujante.

O Brasil atravessa um grande momento econômico e social com investimentos públicos e privados previstos que colocam o país em condições de aprofundar o seu processo de desenvolvimento. Medidas adotadas, que visam estimular o mercado interno criaram um novo dinamismo econômico associadas a uma retomada dos investimentos públicos, renovaram o fôlego de nossa economia. Este parece ser um momento apropriado para os agentes econômicos locais e regionais investirem na atividade industrial, aproveitando-se assim das vantagens comparativas que a região sul do Estado oferece.

O cenário para aqueles que resolveram atuar no ramo industrial local desde seu princípio sempre foi de muitos obstáculos de toda natureza. A carência de infraestrutura logística para no momento de escoar a produção bem como para importar matéria prima, pela via rodoviária, portuária, ferroviária e aeroportuária tem dificultado a expansão da atividade e das demais no município. Este parece ser um dos gargalos que está deixando de ser um problema e desculpa para o atraso da atividade industrial mais vigorosa e dinâmica ao longo dos próximos anos. Várias obras de infraestrutura de grande porte estão sendo implantadas no sul do estado de Santa Catarina e permitirão acesso mais rápido e menos oneroso aos principais mercados consumidores sejam eles internos ou externos.

A falta de mão de obra capacitada para atender a demanda de produção de alto nível, em todos os setores da atividade econômica dificulta e onera o processo restringindo o acesso a mercados mais competitivos e exigentes da produção local. Além do custo adicional de trazer um profissional de fora, as empresas deixam de contribuir para gerar renda e emprego nos locais onde estão inseridas.

**Tabela 09: População e PIB**

Município	Habitantes		PIB <i>per capita</i> (R\$ mil)	
	2000	2010	2000	2008
B. do Norte	24.692	29.018	7.809	15.012
Criciúma	170.420	192.308	6.784	14.927
Jaguaruna	14.613	17.290	6.304	10.817
Laguna	47.568	51.562	2.708	7.989
Tubarão	88.470	97.235	6.928	16.975

Fonte: IBGE (apud FIESC, 2011) e AMUREL (2011), adaptado pelo autor.

A carência de profissionais em áreas especializadas e em outras nem tão especializadas, foi apontado por diversos empresários e industriais durante as pesquisas feitas junto aos seus estabelecimentos. A queixa destes em relação à falta destes profissionais atinge diretamente a Universidade, pois esta não consegue colocar no mercado aquilo que o mercado tem necessidade. Argumentam que é necessário mais integração, no entanto, quando questionados sobre o que poderiam encontrar na universidade não souberam responder de forma clara e objetiva.

Para os especialistas da área econômica e de planejamento, a previsão de que em 30 ou 40 anos o Brasil será a quarta economia do mundo apenas se sustenta com o restabelecimento do papel da indústria e com o adensamento de suas cadeias produtivas. Não existem países cujos cidadãos gozem de alto padrão de vida e pleno acesso a bens e serviços que não contem com indústria sólida, diversificada e com alto grau de inserção em mercados internacionais, conforme estes mesmos estudiosos. Inserir Tubarão e seu entorno neste processo produtivo deve ser uma preocupação não somente de um setor, mas de todos os agentes públicos, privados, organizações de classe, universidades e trabalhadores, beneficiando-se assim com mais qualidade de vida para o conjunto da população.

É preciso avançar mais, reconhecer que a atual cadeia produtiva da indústria local ainda é frágil e que com o seu fortalecimento, alimentará toda a cadeia produtiva com dezenas de engrenagens. A extração e produção do carvão é um exemplo que ilustra bem essa situação no final do século passado da economia de Criciúma, e que para Tubarão, papel semelhante cabe à indústria cerâmica, que por sua vez movimentou o setor de extração de materiais, de serviços, indústrias tecnológicas, empreiteiras, etc., todos presentes e bem estabelecidas em Tubarão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, constatamos que a mais importante função da teoria nos nossos tempos é a de historicizar a realidade, isto é, a de demonstrar como toda realidade é produto da ação (consciente ou inconsciente) dos homens, revelar como foi produzida, quem a produziu, para desembocar em como pode (e deve) ser desarticulada e reconstruída conforme a ação consciente dos seres humanos. Compreender o mundo, e especificamente a área objeto deste estudo é, sobretudo, historicizá-lo, entender como ele foi constituído da forma que o conhecemos e como a ação humana reproduz essa realidade para poder captar a forma pela qual é possível desmontar e reconstruir de outra forma essa realidade.

Ao longo do desenvolvimento da presente tese, buscou-se uma resposta para a pergunta de pesquisa, qual seja: por que em Tubarão a formação sócioespacial estabelecida não conseguiu imprimir a mesma dinâmica, diversidade e complexidade nas atividades econômicas comparada a outras regiões no estado de Santa Catarina? Para tanto, necessário se fez, buscar na própria história de Tubarão e da região, dados que pudessem fornecer elementos que explicassem como ocorreu esse desenvolvimento e qual o papel dos atores sociais ao longo do processo.

A partir deste questionamento, desenvolvemos uma investigação onde buscamos analisar o processo de formação sócio-espacial de Tubarão levando em conta as combinações e contradições da sociedade no espaço e as dinâmicas surgidas pelas funções econômicas engendradas sobre o mesmo. O princípio de todo esse processo inicia com a concessão da primeira sesmaria, em 1774, aos militares requerentes, Capitão João da Costa Moreira e o Sargento Major Jacinto Jaques Nicós em lugar estratégico onde findava a via terrestre (Poço Grande) para prosseguir de barco até Laguna. A abertura do caminho entre Lages a Laguna (picadão), um ano antes, foi fundamental para que se iniciasse o aproveitamento das terras às margens do rio Tubarão, até então sem nenhum tipo de ocupação.

Quando do ato da concessão<sup>78</sup>, eram estabelecidos os direitos e deveres e, entre o principal dever, consistia demarcar, cultivar e fazer

---

<sup>78</sup> O povoamento de Tubarão inicia oficialmente no dia 05 de agosto de 1774, data da assinatura das cartas de sesmaria. Como distrito, a data oficial precisa do dia 22 de abril do ano de 1833, sendo que 19 de maio ocorreu a primeira eleição para Juiz de Paz, a autoridade distrital, sendo eleito o Alferes Antonio José Bitancourt. Em 7 de novembro de 1890, a Vila do Tubarão foi elevada a categoria de cidade, o que significa, sede do município, (VETTORETTI 1997).

benfeitorias sobre as terras. Desde a sua instituição, o objetivo maior da sesmaria foi de cultivar a terra e quando isso não acontecesse, o sesmeiro perdia a posse da terra. As pesquisas realizadas apontam para o cumprimento dessa cláusula, no prazo de dois anos assim como as demais ficando caracterizada a forma como se iniciou o processo de ocupação e formação sócio-espacial de Tubarão. Após a data acima citada, há um intervalo de quase duas décadas na concessão de novas sesmarias, quando novamente se reinicia outra etapa de distribuição ao longo do vale médio e baixo do Rio Tubarão e seus afluentes, como o Rio Capivari e Congonhas.

A partir da última década do século XVIII, novos personagens (sesmeiros) surgem e desempenharão um papel importante sobre a população do distrito do Poço Grande. A sesmaria do Sargento Nicós é adquirida pelo senhor João Teixeira Nunes, residente em Laguna, o qual doou três hectares à Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, com o objetivo expresso de construir a Igreja da Irmandade de Nossa Senhora das Dores. Esta data (1829) marca o lento início do deslocamento do embrionário centro urbano do Poço Grande para a colina onde está situada a Catedral Diocesana. Conforme destaca Vettoretti (1997), por este generoso ato, e também por seus descendentes direta e indiretamente feito parte das famílias, que por longos anos governaram Tubarão, criou-se o mito do fundador, oriundo do mesmo estrato social.

Para concluir sobre o povoamento de Tubarão, este é fruto de uma miscigenação de etnias com a predominância de portugueses, brasileiros e africanos com seus descendentes, mantendo a cultura portuguesa inalterada até o último quartel do século XIX, quando aporta no porto de Laguna, a primeira leva de imigrantes italianos, fixando-se na colônia de Azambuja. Por lá permaneceram, praticamente isolados devido à precariedade dos meios de transporte e comunicação, mantendo seus traços culturais preservados por muitos anos.

Os imigrantes italianos que possuíam algum capital ou profissão diferenciada, aos poucos foram chegando e integrando-se aos nacionais, estabelecendo laços familiares com esses, incorporando ares e postura de aristocratas, mentalidade essa que vinha se arrastando desde os primeiros povoadores. A convivência e o entrosamento foram facilitados, pois não havia nenhum tipo de conflito religioso ou de outra ordem, acentuando-se ainda mais, a partir da década de 1940 quando alguns descendentes começam a transferir seus negócios para a cidade de Tubarão.

Conhecer e compreender melhor os diversos tipos de combinações que se manifestaram sobre o espaço regional e, em especial no município de Tubarão, bem como seu nível de organização,



seu grau de integração e de complexidade foi o desafio maior deste trabalho. Desde o princípio até a primeira metade do século XX, as relações e combinações vigentes de todas as ordens eram as mais simples, e conseqüentemente o que se produzia e comercializava não apresentava nenhuma forma de valor agregado. O poder municipal e por extensão os tentáculos do poder estadual, estavam concentrados nas mãos dos antigos donos de sesmarias ou de seus descendentes, dos comerciantes e/ou intermediários e ocupantes dos principais cargos nos serviços públicos existentes na época.

A atividade econômica consistia de uma agricultura de baixa produtividade, mesmo assim o excedente, principalmente a farinha de mandioca era exportada, via porto de Laguna para os principais centros consumidores do centro do País e para mercados consumidores da América Latina e Europa. Os suprimentos que não existiam na região, entravam novamente pelo porto de Laguna, subindo o Rio Tubarão até onde as condições de navegação permitiam, alcançando assim às praças da cidade de Tubarão e de seus distritos. Na época, a atividade básica do município juntava duas formas distintas de transporte obrigatórias, descargas e recargas à lógica do entreposto comercial. Importante considerar que naquele momento, final da primeira metade do século XX, essa rota ainda era usada para abastecer o planalto serrano e esse com seus produtos a parte litorânea.

Ainda nesse período, com a transferência das oficinas e posteriormente o escritório central da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (EFDTC), juntamente com a construção dos respectivos ramais que ligavam essa aos pontos de exploração do carvão mineral, Tubarão e região envolvida com a produção e beneficiamento do mineral, receberam um grande impulso. Com esta, novos agentes passam a fazer parte do cenário local estabelecido a partir do padrão descrito acima, acrescentado novas demandas e necessidades ainda não existentes. As principais estruturas produtivas e de poder continuam nas mãos do mesmo estrato social estabelecido desde o princípio, porém passa a enfrentar algumas contradições e para as quais começa a preparar novas estratégias, evitando assim sua destituição dos poderes, incorporando novos grupos que representam outros interesses dos seus.

Logo após a descoberta dos depósitos de carvão mineral na região sul de Santa Catarina, o governo brasileiro toma as primeiras medidas para iniciar sua exploração e posterior aproveitamento como fonte energética nas atividades afins. Após o mapeamento e abertura das primeiras minas, começam os investimentos para levar o mineral até os portos de Laguna e Imbituba. Os primeiros investimentos para construção da ferrovia foram efetuados por uma empresa britânica, em

1880, inaugurando o primeiro trecho 4 anos após seu início com extensão de 117,6 Km. A qualidade do carvão mineral catarinense, no entanto, não é boa, apresentando elevado teor de cinzas, onerando toda a cadeia envolvida, desestimulando e afastando os investidores iniciais. A exploração é suspensa por um longo período, passando a ferrovia a transportar pessoas e mercadorias principalmente, de todo o sul do Estado. Esse período marca o auge da supremacia econômica e política de Laguna no contexto sul-catarinense que se mantém até meados do século XX.

Esse período, para toda atividade que envolve exploração e beneficiamento, é de profundas incertezas e mudanças de curso. Menos de duas décadas após o início das operações, o governo federal encampa a ferrovia e repassa a outra empresa, que a repassa em 1918, para a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA) do empresário Henrique Lage que mantém o direito de exploração até 1940, quando mais uma vez a União assume todo o patrimônio.

O cenário global é de recessão (1929-1945), findando mais um ciclo dentre os apontados no início do trabalho e começando outro, com ótimas perspectivas para a economia nacional. A dificuldade para importar carvão de outros países, principalmente os envolvidos com o segundo conflito mundial e aliadas a um conjunto de benefícios do governo brasileiro permitem o surgimento de condições favoráveis para exploração do carvão no sul de Santa Catarina que inicia um vigoroso processo de acumulação de capital que passa a ser investido em outras atividades.

Com o fim do conflito mundial, as relações comerciais gradativamente vão se restabelecer entre os países, trazendo novas dificuldades para exploração e comercialização do carvão em Santa Catarina. A necessidade de se encontrar outras finalidades para o mineral ganha força, quando começam a ser instaladas empresas de médio e grande porte a partir de iniciativas de grupos ou pessoas externas à região. Além da instalação do lavador de Capivari, da Companhia Siderúrgica Nacional, do complexo termoelétrico Jorge Lacerda e da Indústria Carboquímica Catarinense, contribuíram de forma significativa na manutenção das atividades junto às minas de carvão assim como o comércio atacadista especializado na revenda de equipamentos usados na exploração do carvão e da incipiente indústria cerâmica da região. Outros investimentos previstos para a cadeia do carvão na região sul, como a Siderúrgica de Santa Catarina S.A. e a Siderúrgica Sul Catarinense S.A., não tiveram êxito e jamais foram implantados.

A vinda de todas essas empresas para Tubarão, na época representou uma grande oportunidade de empregos assim como geração de renda e de impostos a partir dos fluxos de trabalho e negócios que se estabeleceram em torno dessa estrutura produtiva. No entendimento de alguns setores da sociedade tubaronense de ontem e de hoje, devidamente identificados ao longo do trabalho, afirmam que representou também uma oportunidade para o que chamaram de empreguismo nestas empresas públicas e de um modelo chamado de “economia de enclave”. Na visão desses, essas empresas sufocaram os pequenos e médios empreendedores que existiam e não permitiram que esses fornecessem suprimentos ou prestação de serviços ao longo da cadeia produtiva (auto-suficiente) como aconteceu no complexo metal-mecânico de Joinville, moveleiro no planalto catarinense e alimentar de Chapecó, por exemplo.

A pesquisa de campo realizada junto a empresários de Tubarão aponta para o caminho do meio, ou seja, vários relataram que ganharam muito dinheiro realizando serviços de diversos tipos para estas empresas, principalmente ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. Alguns empresários incrementaram suas atividades industriais exatamente pelo contato e troca que a prestação de serviços permitiu a estes, especialmente junto ao complexo termoeletrico Jorge Lacerda. O caso da Ferrovia Teresa Cristina, é mais emblemático, pois havia essa auto-suficiência nas suas atividades corroborando com as observações dos seus críticos.

Parece-nos, que estamos diante de um campo fértil e que este trabalho não conseguiu esgotar sobre esta e outras temáticas, atribuindo e ou justificando determinados fatos e acontecimentos de acordo com as conveniências ou interesses de estratos sociais específicos. Um grupo de lideranças locais e regionais, formado especialmente por autoridades públicas de plantão estão empenhadas neste momento num novo projeto para a Cidade Azul, qual seja, viabilizar a vinda de grandes empresas multinacionais (Itália e China) para Tubarão o que mantém, de certa forma, muita semelhança com os casos acima analisados. Será que essas empresas vão permitir uma integração maior com as empresas locais quanto ao suprimento de material e prestação de serviços? Quais são os atrativos que motivaram a futura vinda delas?

Num primeiro momento conseguimos identificar uma grande diferença em relação a qualificação da mão de obra. Enquanto que, especialmente nas empresas públicas, a mão de obra empregada era altamente qualificada e com os melhores salários, a população local não tinha acesso sequer ao ensino superior, pois não existia nenhuma instituição em Tubarão na época. A demanda por mão de obra

qualificada desses novos empreendimentos será igualmente grande, porém com uma diferença significativa: os salários dificilmente chegarão ao patamar dos salários dos funcionários das empresas públicas da época. Tradicionalmente as empresas multinacionais têm suas atividades focalizadas no setor capital *intensive*, ou seja, uma forte demanda de capital e pouca demanda de mão de obra.

Tubarão, considerado polo regional entre as décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970, concentrava inúmeras empresas estatais perde espaço com a desestatização da economia para outros municípios da região sul-catarinense. Os reflexos dessa perda foram significativos e de difícil assimilação por parte da população tubaronense que estava acostumada e voltada para empregos no setor público, considerando-se o expressivo número de empresas do setor aqui instaladas. A diversificação na matriz produtiva não se repetiu aqui como em outros municípios da região carbonífera, limitando-se muito mais ao comércio e prestação de serviços.

As estatísticas econômicas, quando analisadas friamente demonstravam claramente que os números não eram nada favoráveis para uma cidade que se considerava pólo regional no sul do Estado. Os sinais estavam por todos os lados e eram facilmente identificados por segmentos da sociedade que estavam envolvidos com as forças vivas desse espaço. Na área do ensino superior a defasagem era enorme o que contribuiu para que várias empresas atuantes em diferentes setores econômicos enfrentassem problemas administrativos e de gerenciamento, dificultando sua permanência no mercado. Ainda na área do ensino, as vagas voltadas para cursos profissionalizantes preparando os jovens para o mercado de trabalho específico, também estava aquém do necessário.

Sabemos que um projeto de educação de um país, estado e município vai muito além de apenas ensinar aos alunos os conhecimentos que são específicos de uma determinada área do conhecimento da qual vai se beneficiar ao longo da vida profissional. Quando bem conduzido, com objetivos claros e bem definidos provoca mudanças no conjunto da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos passando a questionar e indagar certas estruturas com as quais não estão de acordo. Ciente dessas consequências, projetos inovadores como foi o caso do CENTRO INTER-COLEGIAL INTEGRADO DE TUBARÃO (CICIT) são abortados pelas forças conservadoras que se sentem ameaçados de perder espaços consolidados há muito tempo por esses grupos. É a coexistência do moderno com um componente de cultura retrógrada, impedindo mudanças e alterações em uma realidade que demanda soluções para enfrentar problemas regionais que impedem

um desenvolvimento mais organizado e planejado dos atores econômicos e sua maior inserção no contexto regional.

Atividades produtivas que têm sua origem relacionada a partir da exploração do carvão assumiram o comando no processo de acumulação capitalista na região sul-catarinense até metade da década de oitenta, quando o setor entrou em “marcha ré”. A gênese de pequenas iniciativas locais e regionais está associada aos desdobramentos dessa acumulação que conseguiu inserir-se rapidamente no mercado estadual e nacional, sendo imprescindível à sua compreensão. Portanto, compreender o dinamismo de uma combinação, seu alcance, seu crescimento em detrimento das combinações vizinhas e, por último, sua própria degenerescência.

O Estado brasileiro era até a década de 1980 o principal agente produtor e fomentador da economia nacional, via industrialização através da montagem da infraestrutura e principalmente dos serviços de utilidade pública, como telefonia e energia elétrica. Coube ao Estado porque, além de o volume de investimentos a ser aplicado ser altíssimo e seu retorno muito lento, o setor privado nacional não tinha condições financeiras de fazê-lo. O sul do Estado de Santa Catarina é contemplado com esses serviços, via complexo Jorge Lacerda com a produção e distribuição de energia elétrica inicialmente para atender a demanda estadual e, posteriormente interligada ao sistema de distribuição nacional.

Um quadro de crise de proporções macroeconômicas se instala sobre o cenário econômico brasileiro com consequências sobre a falta de crédito internacional (petrodólares) e perda de capacidade de autofinanciamento das empresas (endividamento) resultou em um cenário de estagnação estrutural da Administração como um todo, e iniciou um processo de paralisia dos serviços públicos essenciais de infraestrutura, como os de transporte, energia, telecomunicação, petróleo, saneamento básico, dentre outros. Esse é o cenário com o qual a economia de Tubarão passa a conviver de forma direta a partir do final da década de 1980, somado às dificuldades já identificadas anteriormente.

Dessa forma, a década de 1990 foi marcada pela tentativa de transformar o Estado e racionalizar o setor público, cuja capacidade de investimento encontrava-se esgotada, implantando a privatização e concedendo os setores estratégicos de infraestrutura, mantendo na Administração Pública apenas os meios institucionais de controle e regulação. Essas mudanças foram especificadas e apresentadas no Programa Nacional de Desestatização, do governo federal que visava retomar o crescimento do país por meio de reformas estruturais obtidas a

partir da abertura comercial e financeira dando mais liberdade de ação e controle para o capital privado.

O novo modelo, baseado na acumulação flexível, exigiu um novo sistema de regras. Seguindo uma tendência de expansão de uma nova onda liberal privatista, o Estado foi substancialmente reduzido e afastado de funções de desenvolvimento, ficando atrelado ao controle e à regulação. No caso do Brasil, a difusão do modelo econômico foi facilitada pela ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, especialmente durante o final da década de 1980, momento em que o País concentrava sua preocupação na questão monetária. Desencadeou-se uma verdadeira onda de privatizações de grandes empresas do setor de infraestrutura que, no Brasil, foi realizada às pressas, sem que o Estado estivesse preparado para assumir novas funções.

Para Santos (2006), a conformação de um mercado global fez com que grandes empresas multinacionais passassem a disputar os territórios com suas estratégias de expansão, despertando uma verdadeira guerra entre os lugares, com benefício para as que conseguem se inserir no mercado de forma competitiva. As fronteiras tornam-se porosas, e os territórios, mais vulneráveis à ação do capital. As empresas passaram a negociar sua expansão diretamente com os territórios, desvalorizando a ação dos governos nacionais.

A desorganização da atuação do Estado, explicitada pela disputa entre as unidades federativas pela alocação de empresas, tem levado o Estado a preparar as infraestruturas para sua instalação e a priorizar incentivos fiscais para as mesmas. Como resultado dessa guerra entre os lugares, as regiões incluídas reforçam o discurso em favor da redução de impostos e tarifas, argumentando que o Estado impede que se maximize os efeitos do desenvolvimento. A provável vinda das empresas multinacionais citadas acima preenchem perfeitamente a todos esses tópicos relacionados e propalados por parte significativa dos seus idealizadores.

Os reflexos nas atividades relacionadas ao setor privado em Tubarão, assim como em outros lugares e regiões a partir da implantação das políticas neoliberais no final da década de 1980 foram de difícil absorção. As plantas industriais e principalmente a produtividade estavam muito aquém da realidade dos principais parques industriais do mundo globalizado dificultando a competitividade dos produtos brasileiros nos concorridos mercados interno e externo. Na área deste estudo, o parque cerâmico foi um dos que mais sentiu os efeitos dessa mudança, apesar de seu adiantado estágio de desenvolvimento, uma característica deste na região sul do Brasil para época conforme apresentado anteriormente.

Depois de um período de paralisia e de compreensão sobre o comportamento das atividades econômicas em Tubarão, novos cenários e segmentos começam a se destacar e ocupar posições importantes, principalmente quando consideramos o número de vagas criadas. O segmento da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos aproveita muito bem essa nova realidade e entra em um processo de forte expansão no Município. As atividades relacionadas com o setor de prestação de serviços que sempre foi destaque, apresenta novas atividades que até então não ocupavam lugar de destaque: são os setores de ensino, alimentação e alojamentos, serviços médicos e odontológicos, entre outros.

Especificamente em relação a atividade econômica da indústria de confecção de peças do vestuário no município de Tubarão que compreende mais de duas dezenas de empresas de pequeno e médio porte, esta tem se mostrado como uma atividade de ascensão visível, e de influência em toda a região próxima. Esta influência é ainda maior no que tange a geração de empregos, renda e a arrecadação de impostos resultante da produção realizada por essas empresas ano após ano.

As condições para o surgimento dessas empresas, as características apresentadas são muito semelhantes com as que o setor encontrou em municípios próximos a Tubarão, como Criciúma e Içara. Constatamos qual foi o marco inicial para a implantação de atividades de confecção: a liberação de mão de obra de algum setor da economia, nesse caso, a mão de obra feminina, por influência das atividades carboníferas, constituindo-se o principal marco no processo de implantação da indústria de confecção no município de Tubarão e toda a região. No aspecto dificuldades e carências, levantadas pela pesquisa, constatamos que as empresas não dispõem de material humano especializado para as respectivas funções administrativas, de gerenciamento, de contadores não apenas para fazer a parte contábil e de um profissional especializado em design de moda no quadro permanente da empresa.

A concorrência neste setor da atividade econômica e a conquista de novos mercados é frenética e envolve *players* do mundo todo, especialmente do sudeste asiático, porém mesmo assim como a influência espacial, o crescimento da produção vem num crescente de forma bastante expressiva e o mercado consumidor destas indústrias vem aumentando consideravelmente. A produção tubaronense é absorvida por mercados de diversas partes do país, concentrando-se principalmente no Centro-Sul que vão desde grandes Magazines e redes de departamentos de multinacionais até lojas de pequeno e médio porte. Desta forma, podemos afirmar que a indústria de confecção de peças do

vestuário, possui grande destaque entre as atividades econômicas de Tubarão. No segmento indústria, é a atividade que mais emprega na Cidade Azul.

No que tange aos setores de comércio e serviços, a cidade consolida-se cada vez mais como pólo regional no comércio varejista e na prestação de serviços. Por este motivo, é imprescindível que ocorram aperfeiçoamentos com mais ofertas e de maior complexidade. A falta de profissionais melhor capacitados, relatado pelos empresários, em áreas estratégicas para empresas que estão inseridas no mercado global, prejudica o desempenho destas e, ainda, a oferta de serviços e de consultorias qualificadas, deixando de atender esse nicho do mercado na região e no município.

Ainda no setor prestação de serviços com ênfase para área da saúde, é necessário que ocorra uma maior articulação e integração entre universidade, como geradora do conhecimento através da pesquisa, e os prestadores destes serviços em todos os níveis, especialidades e complexidades. A partir do mapeamento e integração desses arranjos produtivos é possível o surgimento de um ciclo virtuoso de descobertas e negócios, oferecendo uma alternativa para acelerar o processo de desenvolvimento em um setor que é tradicional e forte em Tubarão.

A partir de ações conjuntas entre instituições de ensino e da sociedade civil, foram fomentados projetos que envolvem ações associativas de apoio e capacitação para o desenvolvimento local, com base nos arranjos produtivos locais previamente definidos por estes. O entendimento sobre o papel de cada elemento no conjunto das forças vivas para enfrentar um quadro desfavorável não passa por soluções ingênuas, como a de atribuir este papel apenas ao Estado, ao mercado ou à capacidade de mobilização das regiões, dos municípios em torno de suas potencialidades. É por meio de um conjunto de ações simultâneas, em diferentes escalas, visando à melhoria da estrutura produtiva à participação da sociedade na construção de soluções e à superação do imediatismo através do planejamento e da execução de políticas de longo prazo.



## REFERÊNCIAS

A TRIBUNA. **Imigrantes**: Suplemento do Departamento Comercial. Edição I. Criciúma, 1º de agosto de 2007.

ALEXANDER, John W. Conceito básico-não básico das funções econômicas urbanas. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, n. 203, ano 27, p. 34-50, mar./abr. 1968

ANUÁRIO ECONÔMICO 2010/2011. **NotiSul**, Tubarão, 2011.  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE LAGUNA (AMUREL).  
**Indicadores Financeiros e Sociais dos Municípios da AMUREL**.  
Disponível em:  
<<http://www.amurel.org.br/conteudo/?item=1470&fa=889&cd=4281>>.  
Acesso em: 23 nov. 2011.

BASTOS, José Messias et al. **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Comércio no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Bases teóricas para o estudo do comércio no Sul do Brasil**. Florianópolis: Fotocopiado, 2005.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. As refregas do desenvolvimentismo. **Revista Carta Capital**. Disponível em:  
<<http://www.cartacapital.com.br/economia/as-refregas-do-desenvolvimentismo/?autor=13>>. Acesso em: 08 jan 2012.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Julio Gomes de. Como recuperar o vigor. **Instituto de Estudos para Desenvolvimento da Indústria - IEDI**. Disponível em:  
<[http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2012/iedi\\_na\\_imprensa\\_20120307\\_como\\_recuperar\\_o\\_vigor.html](http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2012/iedi_na_imprensa_20120307_como_recuperar_o_vigor.html)>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BELTRÃO, L. M. V. **A industrialização em Sombrio/SC: gênese e evolução**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

BÉRZIN, Ivan. A transição conservadora: o caso das privatizações no sul do estado de Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, ALCIDES. (Org.). **Ensaio sobre a economia sul-catarinense, II**. Criciúma: UNESC, 2005. p. 29-44.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro**. 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Tradução Henrique A. Rego Monteiro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), Boletins Mensais, anos de 1955 a 1965; Relatórios Anuais, anos de 1955 a 1964; Instrução 70, de 09 de outubro de 1953.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS** – Relação Anual de Informações. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/rais/default.asp>>. Acesso em: 23 out. 2006.

CASTRO, Antônio Barros de. **Os sete ensaios sobre a economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1975.

CASTRO, M. H. M. de. **Dualidade, Modernidade e Atualidade** In: O Pensamento de Ignácio Rangel. São Paulo: Editora 34, 1998.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil: da independência aos dias atuais**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

CROCETTI, Zeno Soares. **Evolução sócio-espacial do Paraná**: estudos de Geografia Econômica do Paraná. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

DA CRUZ, Karina Martins. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense**: o caso da região metropolitana de Florianópolis (SC). Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais. **Mapa Hidrogeológico do Brasil**. Programa Hidrogeológico Internacional. Brasília, DF, 1983.

ESPÍNDOLA, Carlos, J.; SILVA, Marcos A. da. Formação sócio-espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas). **Experimental**, n. 3, p. 61-67, 1997.

ESPÍNDOLA, C. J. **As Agroindústrias no Brasil**: O caso Sadia. (dissertação de mestrado). Chapecó: Grifos, 1999.

\_\_\_\_\_. **As Agroindústrias de Carne do Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **Santa Catarina em dados 2011**. Florianópolis: FIESC, 2011. (Unidade de Política Econômica e Industrial). Disponível em: <<http://www.fiescnet.com.br/>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. São Paulo: Ática, 2000.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA – FESSC. Plano Diretor de desenvolvimento integrado de Tubarão. Tubarão: FESSC, 1973.

\_\_\_\_\_. Termos de reflexão do processo de planejamento micro-regional. Tubarão: FESSC, 1976. 2 volumes.

\_\_\_\_\_. Programa micro-regional da Região da AMUREL (Justificativa). Tubarão: FESSC, 1979.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Política**

**cambial e indústria.** Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaCambial>>. Acesso em: 04 jan 2012.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento enfoque interdisciplinar.** São Paulo: Editora Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1997.

GARNIER, J. B. **Geografia urbana.** 2. ed. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito da região e sua discussão. In: LOBATO, Roberto Corrêa; CASTRO; Iná Elias; GOMES, Paulo. (Orgs.). **Geografia conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOULARTI FILHO, Alcides; NETO, Roseli Jenoveva. **A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

\_\_\_\_\_. Siderúrgica Sul Catarinense (Sidersul): a persistência de um fracasso. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 205-246.

\_\_\_\_\_. Usina termoeétrica em Santa Catarina: da concepção da Sotelca à privatização da Jorge Lacerda. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 319-353.

\_\_\_\_\_. Diversificação produtiva no sul de Santa Catarina: uma contribuição à história econômica regional. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Ensaio sobre a economia sul-catarinense II.** Criciúma: UNESC, 2005. p. 13-28.

INÁCIO, Leonardo Rodrigues. **A indústria têxtil de confecção : implicações sócio-espaciais no município de Tubarão (SC).** Florianópolis, SC, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
**Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32,  
1959.

\_\_\_\_\_. Contas nacionais: Produto Interno Bruto dos municípios – 1999-  
2002. Rio de Janeiro, 2005. (ISBN 85-240-3813-6 (CD-ROM))

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG,  
1999.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na  
Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande  
indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4. ed. São Paulo:  
Brasiliense, 1983.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Reestruturação industrial em Santa Catarina**:  
Pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante  
os desafios dos anos 90. Florianópolis: UFSC, 2000.

KONDRATIEFF, N. **The long waves in economic life**. Londres:  
Review of Economics and Statistics 17, 1935, pt. 2, p. 105-15.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São  
Paulo: Editora Perspectivas, 1987.

MAMIGONIAN, Armen. **Brusque**: estudo de geografia urbana e  
econômica. Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

\_\_\_\_\_. Atualidades Geográficas: vida regional em Santa Catarina.  
**Revista Orientação**, São Paulo, n. 2, 1966. Departamento de Geografia,  
FFLCH/USP.

\_\_\_\_\_. A Geografia e “a formação social como teoria e como  
método”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org.). **O mundo do  
cidadão um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 198-206.

\_\_\_\_\_. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. In: **Geosul**,  
Florianópolis: v. 14, n. 28, p. 152-157, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, n. 2. Florianópolis: EDUFSC, 2000.

\_\_\_\_\_. A Escola de Geografia Francesa e o papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**. Departamento de Geociências – CFH/UFSC, Florianópolis, n. 6, maio 2003.

\_\_\_\_\_. **Indústria de Santa Catarina**. Tese de livre docência, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento. In: MAMIGONIAN, Armen. (Org.). **Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social**. Florianópolis: GNC/CFH/UFSC, 2011, p. 73-120.

MÂNFRIO, Antônio João. **Centro inter-colegial integrado de Tubarão: a teoria na prática**. 1981. 243 f. Dissertação (Mestrado Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1981.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico – 1956 – aos precatórios – 1997**. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço**. 3. ed. São Paulo: Hucitec: 1993.

MORAES, Fábio Farias de. O carvão catarinense e o planejamento estatal. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (Org.). **Ensaio sobre a economia sul-catarinense**. Criciúma: UNESC, 2003, p. 73-108.

MORAES, Fábio Farias de. Siderúrgica de Santa Catarina (Sidesc): uma idéia perdida no tempo. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 187-204.

NASSIF, Luis. Como o Brasil se poderá beneficiar da crise. **Último Segundo**. Disponível em:

<<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/como-o-brasil-podera-se-beneficiar-da-criese-i>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

NEU, Márcia Fernandes Rosa. **Porto de Imbituba (SC):** de armação baleeira a porto carbonífero (da gênese a crise). Florianópolis, UFSC, 1999. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

\_\_\_\_\_. **Porto de Imbituba:** de armação baleeira a porto carbonífero. Tubarão: Editora Unisul, 2003.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **A classificação funcional das cidades e sua evolução. Aplicação do método das exigências mínimas, de Ullman e Dacey, ao estudo da evolução das funções urbanas e da classificação funcional das cidades do Estado de Santa Catarina.** Tese submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Livre Docente. Departamento de Geociências, Florianópolis, 1974.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: a lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE da Reforma do Estado.** MARE, Caderno 1, Brasília – DF, 1997, p. 27.

POSSAS, Mário L. Concorrência schumpeteriana. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. (Orgs.). **Economia industrial:** fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PERROUX, François. **A economia do século.** Lisboa: Herder, 1967.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo. **Trabalhando por você.** Disponível em: <<http://www.tubarao.sc.gov.br/secretarias/cultura-esporte-e-turismo/pontos-turisticos>>. Acesso em: 04 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Ex-prefeitos de Tubarão. Disponível em: <<http://www.tubarao.sc.gov.br/a-prefeitura/ex-prefeitos>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RANGEL, Ignácio. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 01, n. 4, p. 5-34, out./dez. 1981.

\_\_\_\_\_. O Brasil na fase “b” do 4º Kondratieff. In: **Ciclo, Tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. **Milagre e anti-milagre**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

Departamento de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, (CD-ROM).

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, jun. 1977, p. 81-99.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e crise na região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1995. Dissertação de Mestrado em Geografia. Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

SILVA, Célia Maria E. **Ganchos (SC)**: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: UFSC/Fundação Catarinense de Cultura, 1992.

SILVA, M. A. da. **Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. O processo de industrialização no Sul do Brasil. Florianópolis: CFH/UFSC, **Cadernos geográficos**, n. 15, 2006.



\_\_\_\_\_. Transição capitalista, industrialização e desenvolvimento urbano e regional: notas sobre o Sul do Brasil. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: tradições e perspectivas, X, 2007. **Anais ...** Florianópolis.

TAGLIETTI, Dablio Batista. **A natureza social e econômica da lei de terras de 1850**. Disponível em: <[http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1\\_3\\_35.pdf](http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_35.pdf)>. Acesso em: 05 jan 2012.

VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão**: das origens ao século XX. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992.

\_\_\_\_\_. **A estação da piedade**. Tubarão: Copiart, 2004.

\_\_\_\_\_. A política. **O Notisul**. Disponível em: <<http://www.notisul.com.br/n/colunas/politica-29721>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2010-2014**. Tubarão, maio de 2010. Disponível em CD.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. **Formação social brasileira e geografia**: reflexões sobre um debate interrompido. Florianópolis, UFSC, 1992. Dissertação de Mestrado em Geografia. Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. coment. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ZUMBLICK, Walter Carlos. **“Teresa Cristina”**: a ferrovia do carvão. Tubarão: EFD Teresa Cristina, 1967.

\_\_\_\_\_. **Este meu Tubarão**. [S.l.: s.n., 19--?]. 1 v.